

CIDADE
EMPREENDEDORA



Luiz Alves
EM NÚMEROS

••• Edição 2017 •••

SEBRAE

© 2017. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – SEBRAE/SC

Todos os direitos reservados.

É permitida a utilização desta obra, desde que citada a fonte e sem finalidade comercial.

Conselho Deliberativo do Sebrae/SC

Presidente: Sergio Alexandre Medeiros – FCDL/SC

Vice-Presidente: Alaor Tissot – FACISC

Entidades que compõem o Conselho Deliberativo do SEBRAE/SC

Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC

Banco do Brasil S.A

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

Caixa Econômica Federal – CAIXA

Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras – CERTI

Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina – FACISC

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina – FAESC

Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – FAMPESC

Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina – FCDL/SC

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina – FECOMÉRCIO/SC

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/DR-SC

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Conselho Fiscal

Titulares:

Hamilton Peluso

Fernando Pisani de Linhares

Lourival Pereira Amorim

Suplentes:

Erimar de Souza

Gilson Angnes

José Agenor de Aragão Júnior

Diretoria Executiva

Carlos Guilherme Zigelli – Diretor Superintendente

Anacleto Ângelo Ortigara – Diretor Técnico

Sérgio Fernandes Cardoso – Diretor Administrativo e Financeiro

Unidade de Atendimento Individual

Fabio Burigo Zanuzzi – Gerente

Coordenação Técnica

Diego Wander Demetrio

Edgar Macedo Junior

Mariana Marrara Vitarelli

Thatiana Isabela Colombo

Município em Números utiliza nesta publicação a solução View da empresa Feeder Consultoria.

Responsável Técnico

Cleber Borba Nascimento

Editoração e Projeto Gráfico

Áquara Comunicação Inteligente Ltda.

S4911 Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – Sebrae/SC
Luiz Alves em números/ Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – Sebrae/SC. – Organizadores Cleber Borba Nascimento; Diego Wander Demetrio – Florianópolis: Sebrae/SC, 2017.

114 p.; il.; (Cidade Empreendedora)

Inclui índice

ISBN:

1. Desenvolvimento econômico – Luiz Alves. 2. Políticas públicas. I. Sebrae/SC. II. Título.

CDU: 338.45(816.4)





O município em números vai nos apresentar um diagnóstico geral do município. A partir deste diagnóstico, poderemos planejar ações estratégicas em cada área de atuação, pois teremos conhecimento da nossa realidade local, podendo assim, buscar o desenvolvimento do nosso município.

Marcos Pedro Veber

Prefeito de Luiz Alves



O Sebrae/SC acredita que o desenvolvimento socioeconômico de um município está diretamente atrelado às políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo. Por isso, temos convicção de que a iniciativa privada e o poder público devem ser aliados na promoção de ações que consolidem as cidades catarinenses como propulsoras e facilitadoras do ambiente de negócios.

Este estudo, que contempla os dados gerais do município, assim como informações mercadológicas, sociais, econômicas e de infraestrutura, pode garantir aos gestores públicos informações fundamentais para a construção de um planejamento assertivo que busca o crescimento das empresas e o desenvolvimento social e econômico das cidades catarinenses.



Carlos Guilherme Zigelli

Diretor Superintendente do Sebrae/SC



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
1 ASPECTOS GERAIS	7
1.1 Histórico	7
1.2 Indicadores Gerais.....	7
2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	10
3 ASPECTOS SOCIAIS	18
3.1 Desenvolvimento Humano.....	18
3.2 Saúde	21
3.3 Educação	31
3.4 Renda.....	39
3.5 Potencial de Consumo.....	43
3.6 Segurança Pública.....	51
4 INFRAESTRUTURA.....	55
4.1 Energia	55
4.2 Abastecimento de água	56
4.3 Coleta de esgoto	56
4.4 Coleta de lixo.....	57
4.5 Telecomunicações.....	57
4.6 Transportes	58
5 FINANÇAS PÚBLICAS	59



6	ASPECTOS ECONÔMICOS	69
6.1	Produto Interno Bruto - PIB.....	69
6.2	Comércio Exterior	75
6.3	Empresas e Empregos	77
6.4	Microempreendedor Individual – MEI.....	87
6.5	Valor Adicionado Fiscal - VAF	89
7	ANÁLISE DO SETOR PRIMÁRIO	92
8	SEGMENTOS ECONÔMICOS ESTRATÉGICOS	97
	METODOLOGIA	101
	Convenções Estatísticas Utilizadas	109
	REFERÊNCIAS.....	110



APRESENTAÇÃO

O Sebrae/SC, por meio do Programa Cidade Empreendedora objetiva incentivar a transformação local pela implantação de políticas de desenvolvimento nos eixos de desburocratização, compras públicas, educação empreendedora, pesquisas e planejamento estratégico da gestão pública, gestão de projetos e plano de desenvolvimento econômico.

Uma das primeiras ações do Programa Cidade Empreendedora, diz respeito à elaboração do presente estudo, denominado, Luiz Alves em Números. Iniciativa que visa – por meio da reunião de informações, dados estatísticos e comparativos – a formatação de um panorama socioeconômico para Luiz Alves. Este é o primeiro de uma série de publicações que serão desenvolvidas pelo Sebrae/SC no âmbito do Cidade Empreendedora. Os demais volumes compreendem ao Levantamento de Oportunidades de Investimento, o Planejamento Estratégico Municipal, o Plano de Desenvolvimento Econômico e o Relatório Final.

As informações trazidas neste estudo estão lastreadas em dados secundários públicos, originários de fontes oficiais de órgãos do Governo Estadual e da União. Mais que uma compilação de dados estatísticos, Luiz Alves em Números diferencia-se pelo estabelecimento de comparativos e análises que servem de insumos para a instrumentalização dos subsequentes estudos e planejamentos previstos pelo Programa Cidade Empreendedora.

Visando incentivar o diálogo e o compartilhamento de esforços dos diversos agentes locais de desenvolvimento, este estudo traz um olhar para temas relevantes e de interesse da municipalidade, dentre eles: aspectos sociais, demográficos, econômicos, finanças públicas, infraestrutura e a dinâmica empresarial e do mercado de trabalho. Com esta perspectiva, este documento foi organizado em oito capítulos.

O primeiro deles, realiza uma breve introdução ao estudo por meio do estabelecimento de uma visão geral do município. O segundo capítulo avança sobre a caracterização da dinâmica demográfica de Luiz Alves.

O terceiro, ocupa-se da análise de indicadores associados ao desenvolvimento social luizalvense, abrangendo aspectos relacionadas à saúde, educação, renda, potencial de



consumo e segurança pública. O quarto capítulo traz um resumo de condicionantes ligadas à infraestrutura. O quinto, ocupa-se da avaliação das finanças públicas.

No sexto capítulo é analisada a *performance* econômica de Luiz Alves sob a perspectiva do produto interno bruto, comércio exterior, base empresarial e mercado de trabalho.

O sétimo capítulo compreende uma caracterização do setor primário. Neste item são trazidos números de estabelecimentos agropecuários, empresas e empregos e um referencial a respeito de quais itens do setor primário se configuram entre os mais estratégicos para a dinâmica econômica do município.

A última parte do estudo assinala as atividades econômicas compreendidas como estratégicas para Luiz Alves, o que se constitui em um instrumento orientativo para o futuro estabelecimento de ações setoriais e estratégias de apoio às atividades selecionadas como importantes eixos de desenvolvimento.

As informações trazidas ao longo deste estudo são apresentadas em gráficos, tabelas, figuras e comentários que consideram a análise de séries históricas e comparativos do município, frente ao agregado estadual, nacional e de um grupo de municípios catarinenses tidos como de “características semelhantes”, aos quais, denominamos de *cluster*. Neste sentido, cumpre recomendar uma prévia leitura do capítulo Metodologia, onde está descrito o procedimento adotado para a construção deste estudo, a listagem dos municípios que integram o *cluster*, bem como, os critérios que levaram à delimitação do mesmo.

Por fim, vale ressaltar que os resultados apresentados ao longo deste estudo foram desenvolvidos a partir de dados secundários. É necessário, portanto, que os diversos agentes locais de desenvolvimento, em conjunto, completem este estudo realizando a validação e o desdobramento do mesmo em planos de ação, não sendo o seu objetivo esgotar o assunto ou tratar de exceções.



1 ASPECTOS GERAIS

1.1 Histórico

O nome Luiz Alves foi dado devido ao rio de mesmo nome que passa pelo município. Este, por sua vez, foi assim chamado devido ao nome do proprietário de terras na barra do rio Itajaí-açú, na confluência do rio Luiz Alves com este.

A colonização teve início em 1877 com imigrantes italianos. Logo depois chegaram alemães, franceses, austríacos, belgas e poloneses. Antes, porém, já havia descendentes de portugueses habitando terras fora dos limites da colônia, hoje pertencentes ao município. Grande parte das terras da Colônia Luiz Alves atualmente pertence ao município de Massaranduba, mas a “sede” ou “freguesia” da colônia permanece como Centro do município.

É conhecido como a “Capital Nacional da Cachaça” devido ao grande volume de produção e por produzi-la ainda de forma artesanal, além de também industrializada. Também é conhecido como o “Paraíso Verde do Vale”, devido à grande área verde de mata atlântica existente.

Fonte: Prefeitura Municipal de Luiz Alves.

1.2 Indicadores Gerais

Luiz Alves, segundo as estimativas do IBGE para o ano de 2016, possui uma população de 12.162 habitantes. Em 2010, o município alcançou um IDHM de 0,737, índice que o situa dentro da faixa de desenvolvimento humano considerada alta pelo PNUD.

Em 2014, o município registrou um PIB de R\$ 472,5 milhões, montante que o coloca na 85ª posição estadual. Descontado o valor adicionado dos impostos e da administração pública, 19,0% do PIB municipal está associado ao setor primário, 47,3% ao secundário e 33,7% ao terciário. No período compreendido entre 2010 e 2014, seu PIB apresentou uma taxa média

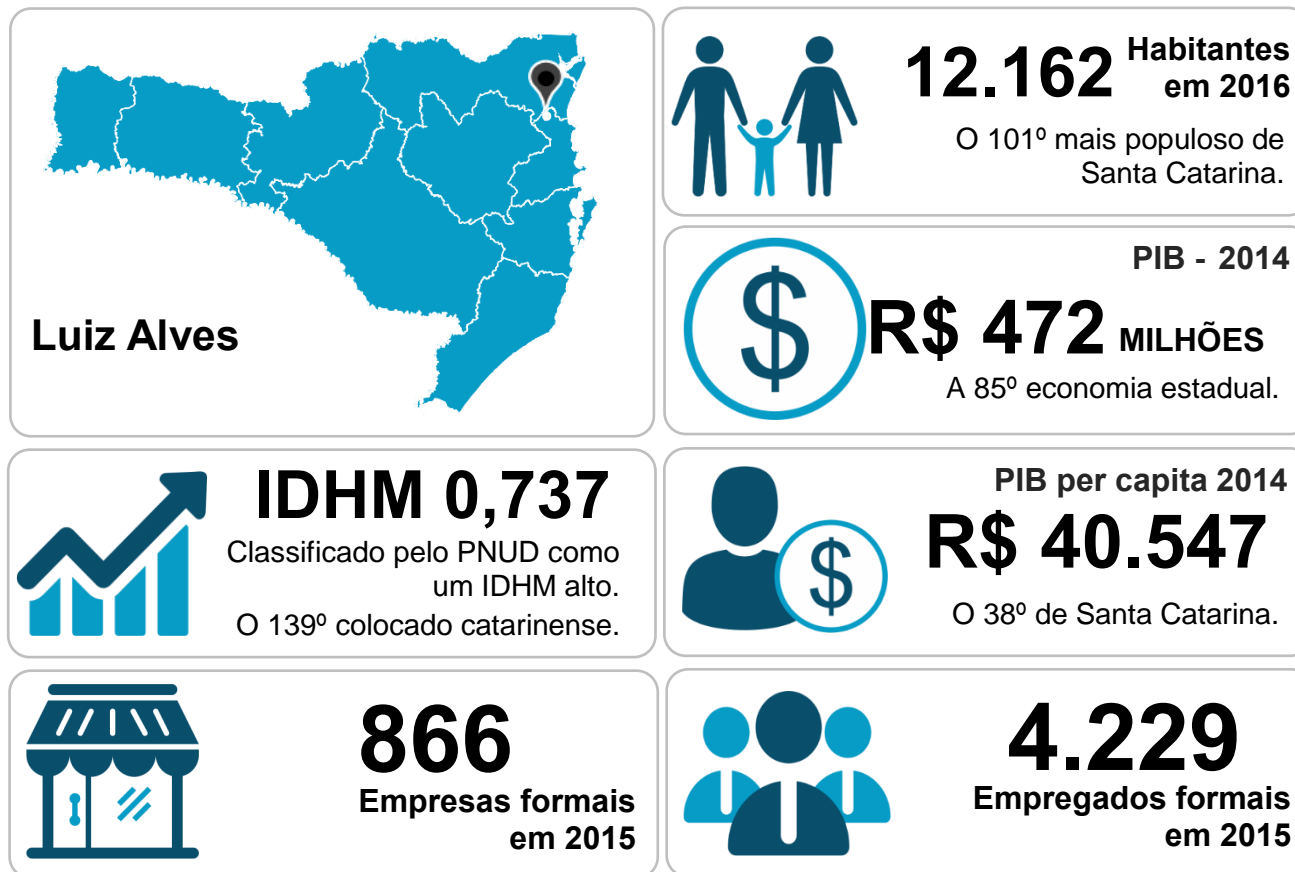


de crescimento de 9,7% ao ano. Um crescimento abaixo da média estadual, que no mesmo período foi de 12,2% ao ano.

De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego, relativos a 2015, Luiz Alves contava com 866 empresas, as quais foram responsáveis pela geração de 4.229 empregos formais. Em 2015, as empresas de micro e pequeno porte representavam 99,3% dos estabelecimentos presentes no município. As MPE foram responsáveis por 51,9% dos postos formais de trabalho.

Em Luiz Alves 15,5% dos estabelecimentos estão ligados a agropecuária, 29,1% à indústria, 28,2% ao comércio e 27,3% são do setor de prestação de serviços. O setor industrial é o que mais emprega no município (59,8%) seguido pelo comércio com 17,6% e o de prestação de serviços com 16,5% dos empregos de carteira assinada. A figura a seguir apresenta um resumo dos principais indicadores do município.





Indicadores gerais de Luiz Alves.

Fonte: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013; IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Produto Interno Bruto dos Municípios - 2014 e Estimativa Populacional 2016.

2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Segundo delimitação adotada pelo Sebrae/SC, Luiz Alves integra a Coordenadoria Regional Foz do Itajaí. Conforme dados do IBGE relativos a 2016, o município possui uma população de 12.162 habitantes distribuídos em uma área de 260 km², condição que lhe confere uma densidade demográfica de 47 habitantes por km², a 107ª maior densidade catarinense.

No período compreendido entre 2000 e 2016, a taxa média anual de crescimento da população de Luiz Alves foi de 2,7% ao ano. Um crescimento relativamente alto, especialmente, quando comparado à média nacional e catarinense, que no mesmo período foi de, respectivamente, 1,2% e 1,6% ao ano.

De acordo com dados do último Censo Demográfico realizado em 2010 – pelo IBGE – 31,2% da população luizalvense residia em áreas urbanas. Neste mesmo ano, os homens representavam cerca de 51,6% da população e as mulheres, 48,4%.

Em conformidade ao panorama estadual e nacional, Luiz Alves apresentou modificações importantes na sua estrutura etária, destacando-se a perda relativa da população com idade inferior a 9 anos e aumento, em contrapartida, da proporção da população adulta (de 30 a 59 anos) e idosa (de 60 anos ou mais). No comparativo entre 1991 e 2010, Luiz Alves reduziu em 6,9 pontos percentuais a representatividade relativa da população abaixo de 9 anos de idade e em 1,3 p.p. a representatividade da faixa etária dos 10 aos 19 anos.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, Luiz Alves, responde pelo 109º maior colégio eleitoral de Santa Catarina. As páginas seguintes apresentam indicadores e comparativos a respeito dos aspectos demográficos de Luiz Alves.



População de Luiz Alves e taxa média anual de crescimento populacional – 2016/2000

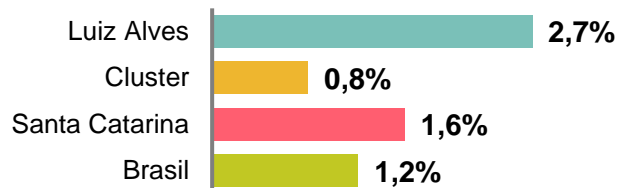


Estimativa populacional – Luiz Alves – 2016

12.162

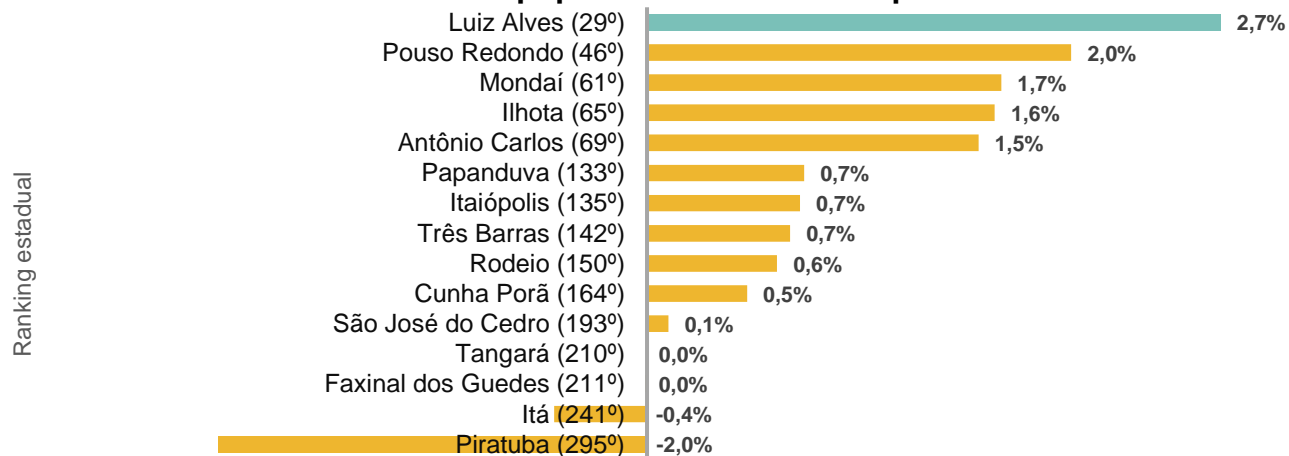
Habitantes

Comparativo da taxa média anual de crescimento populacional – 2016/2000



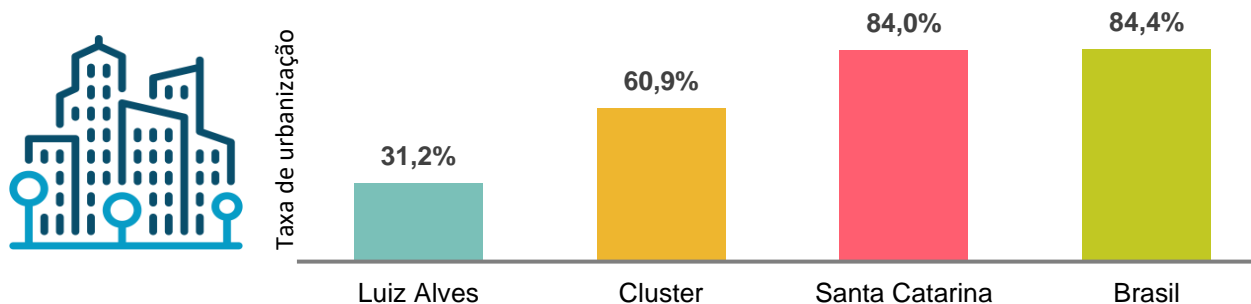
Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Estimativa Populacional 2016 e Censo Demográfico 2010.

Taxa média anual de crescimento populacional dos municípios do Cluster – 2016/2000



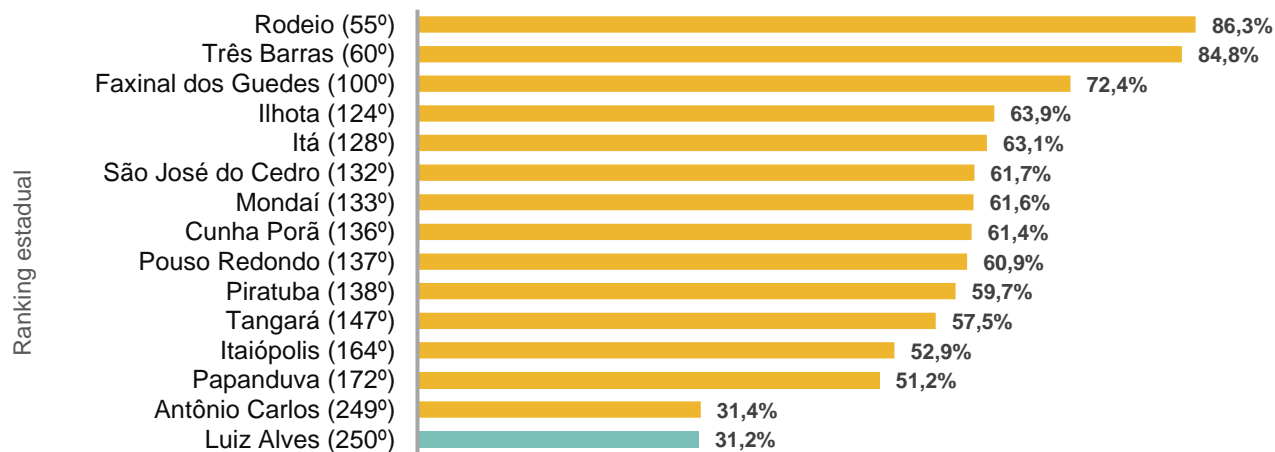
Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Estimativa Populacional 2016.

População residente em domicílios urbanos – 2010



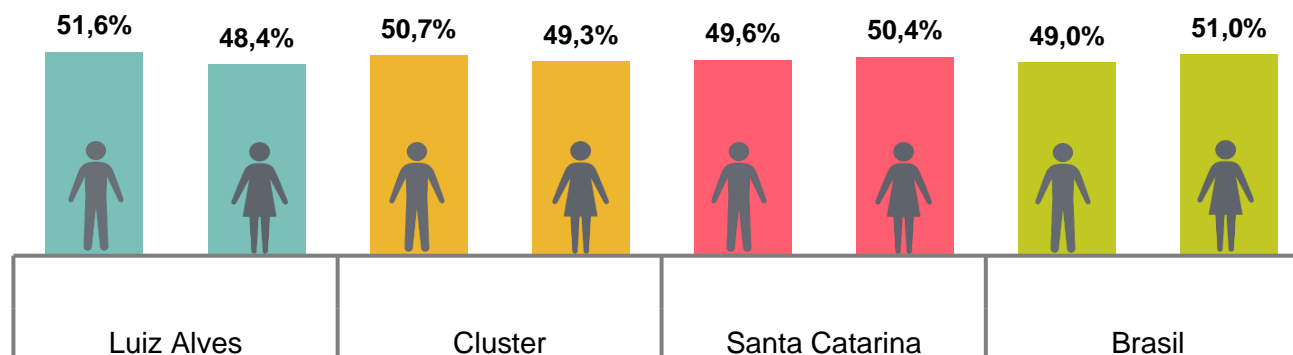
Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Censo Demográfico 2010.

Taxa de urbanização dos municípios do Cluster – 2010



Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Censo Demográfico 2010.

População residente segundo o gênero – 2010



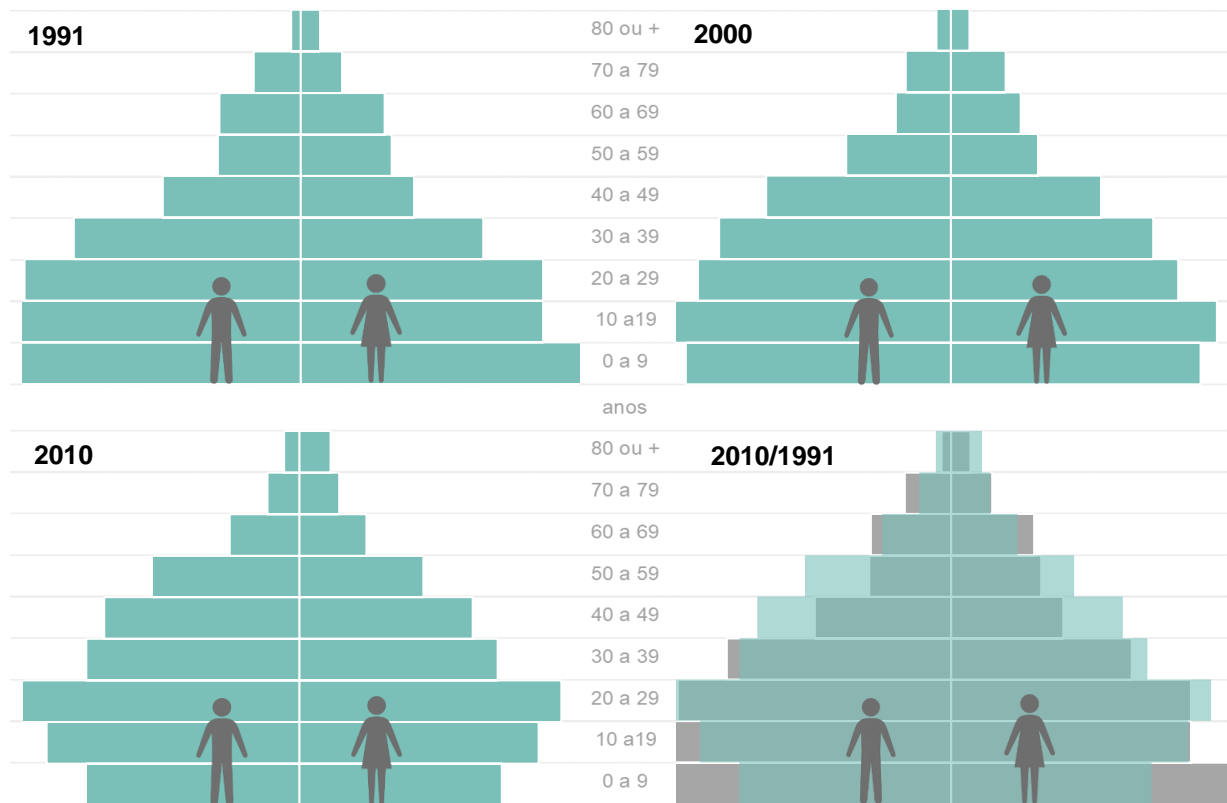
Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Censo Demográfico 2010.

Evolução da pirâmide etária em Luiz Alves - 1991/2010

Faixa etária	População 1991		População 2000		População 2010		Variação 2010/1991	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Δ (%)
0 a 9	1.412	21,9	1.490	18,7	1.572	15,1	160	11,3
10 a 19	1.233	19,1	1.569	19,7	1.861	17,8	628	50,9
20 a 29	1.204	18,7	1.389	17,4	2.069	19,8	865	71,8
30 a 39	950	14,8	1.256	15,8	1.554	14,9	604	63,6
40 a 49	583	9,1	969	12,2	1.393	13,3	810	138,9
50 a 59	403	6,3	555	7,0	1.026	9,8	623	154,6
60 a 69	383	5,9	362	4,5	516	4,9	133	34,7
70 a 79	205	3,2	289	3,6	271	2,6	66	32,2
80 ou +	67	1,0	95	1,2	176	1,7	109	162,7
Total	6.440	100,0	7.974	100,0	10.438	100,0	3.998	

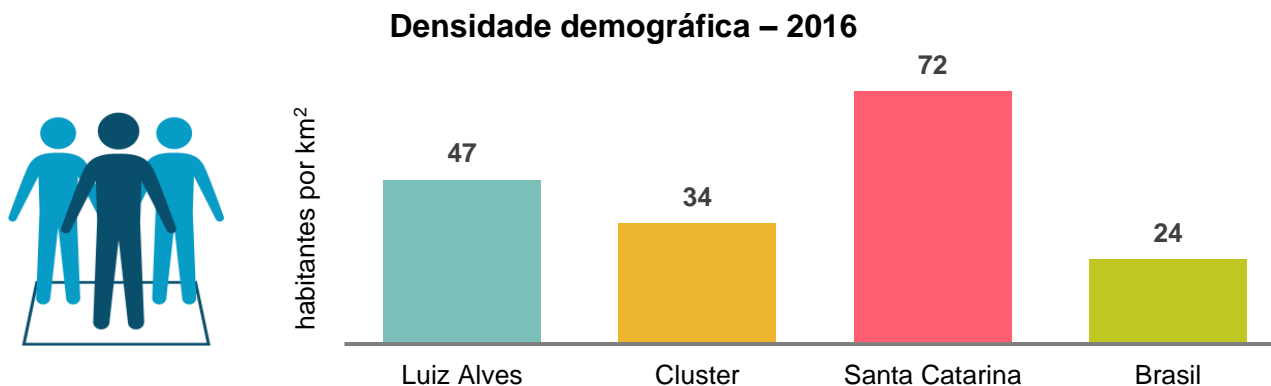
Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Censo Demográfico 2010.

Evolução da pirâmide etária de Luiz Alves – 1991/2010

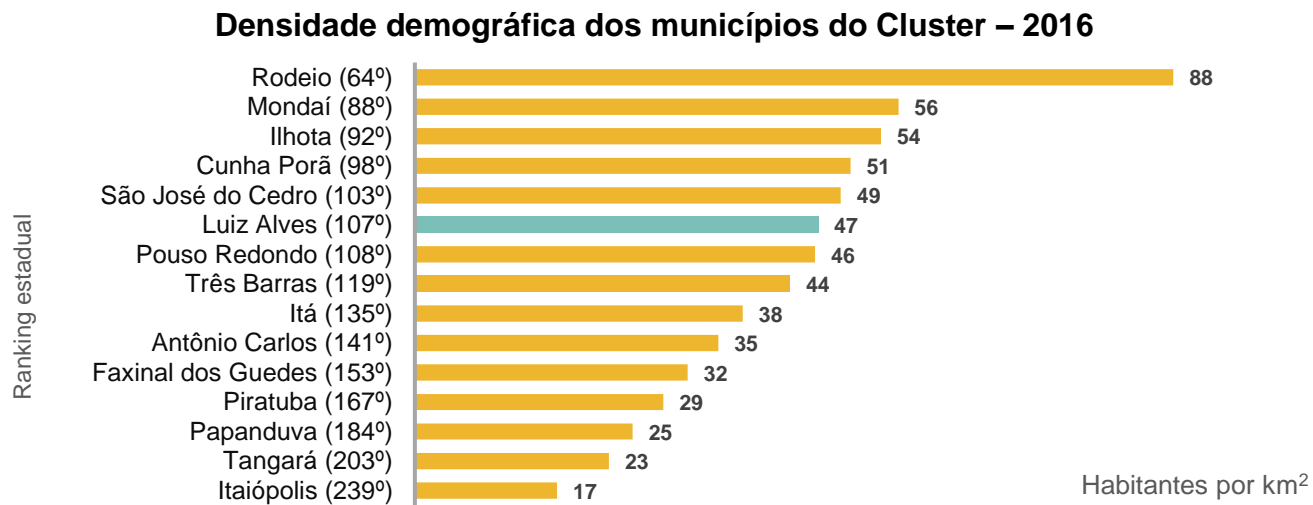


O cinza mostra o segmento da população que diminuiu entre os anos de 1991 e 2010

Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Estimativa Populacional 2016.



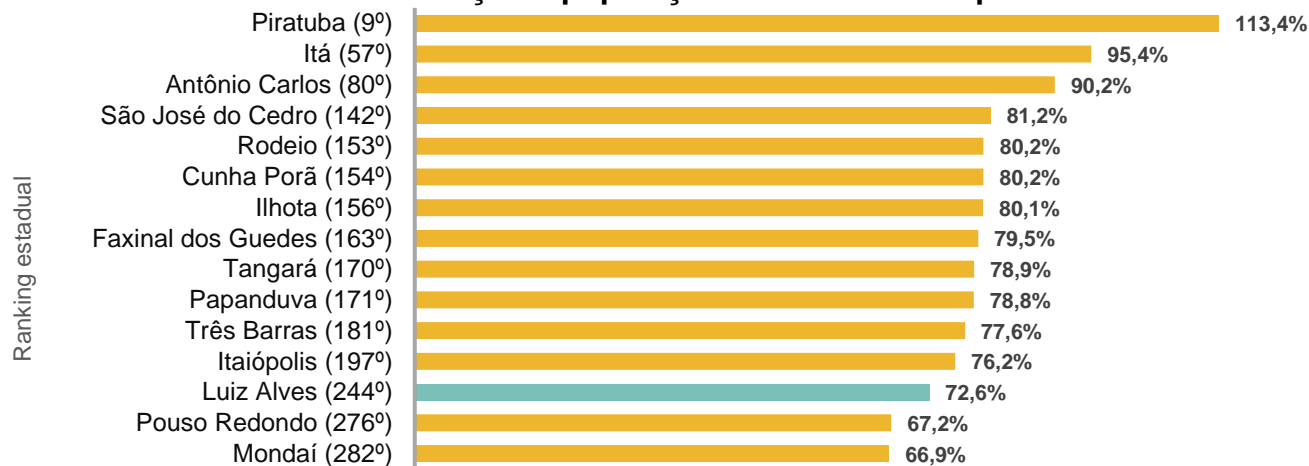
Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Estimativa Populacional 2016.

Número e perfil dos eleitores de Luiz Alves – 2016



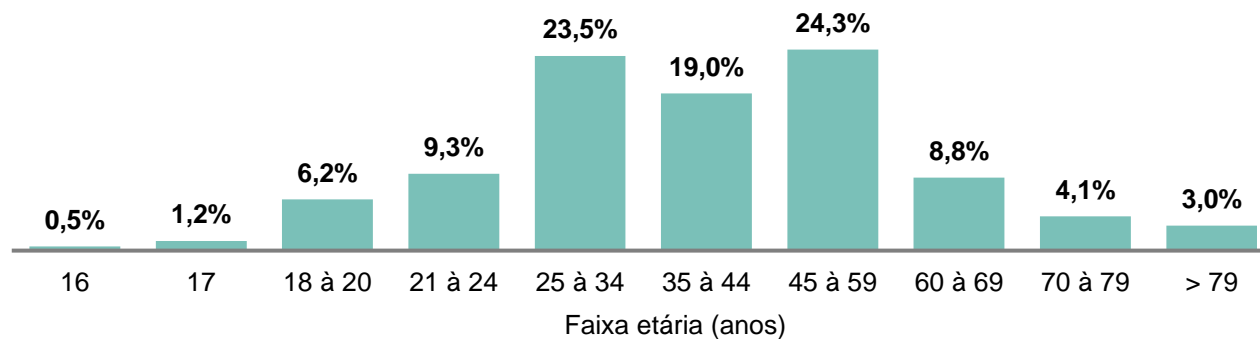
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Eleitores aptos – 2016.

Percentual de eleitores em relação à população total dos municípios do cluster – 2016



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Eleitores aptos – 2016.

Faixa etária dos eleitores de Luiz Alves – 2016



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Eleitores aptos – 2016.

3 ASPECTOS SOCIAIS

O presente capítulo traz um panorama dos principais indicadores sociais relativos a Luiz Alves. De tal modo, os subitens a seguir correlacionam um conjunto dos principais indicadores sobre desenvolvimento humano, saúde, educação, renda, potencial de consumo e segurança pública.

3.1 Desenvolvimento Humano

Nas últimas décadas, Luiz Alves elevou seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), saindo de uma faixa de desenvolvimento considerada baixa pelo PNUD (0,500 a 0,599) em 1991, para alta (0,700 a 0,799) em 2010.

Apesar do crescimento registrado, o município perdeu 62 posições no ranking catarinense de desenvolvimento humano. Em 1991, ocupava a 77^o colocação estadual, posicionamento que caiu para 139^o em 2010. Trata-se de um importante indicativo de que outros municípios catarinenses estão sendo mais eficientes em relação às políticas de desenvolvimento social de sua população.

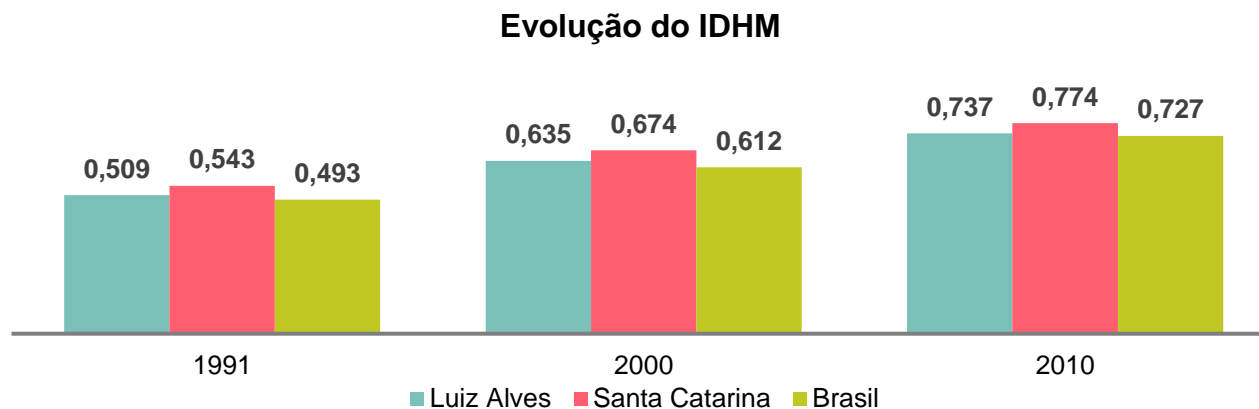
Outro indicador amplamente empregado em estudos sociodemográficos refere-se ao Índice de Gini¹ – um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda e a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

Sob a perspectiva do Índice de Gini, cumpre destacar que Luiz Alves registrou uma pequena evolução em relação à diminuição da concentração de renda de seus municípes. Todavia, conforme será ilustrado, ocupa a 129^a posição, dentre os 295 municípios de Santa Catarina. As páginas a seguir apresentam um panorama de Luiz Alves sob a perspectiva da evolução do IDHM e do Índice de Gini.

¹ Numericamente, o Índice de Gini varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

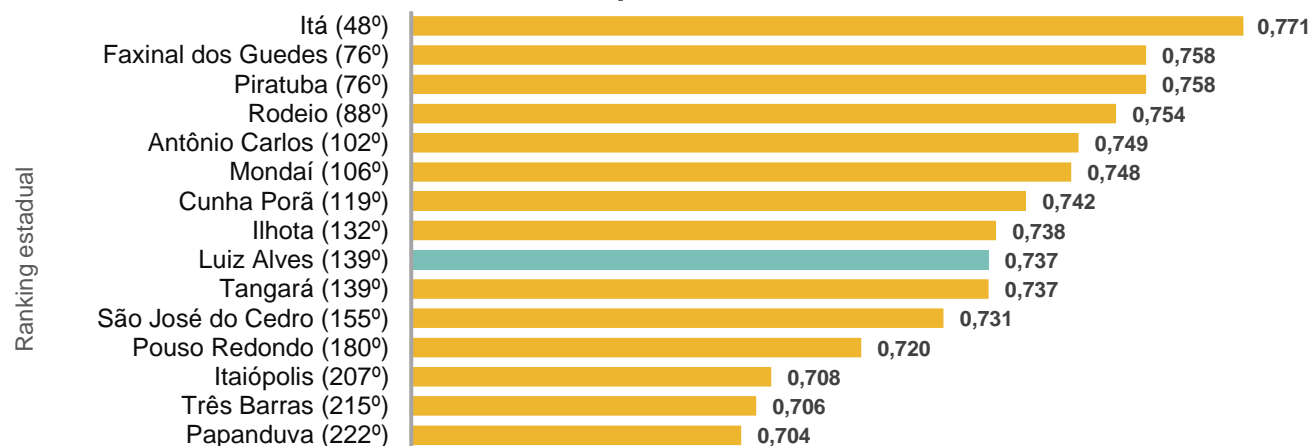
Evolução do IDHM e suas dimensões – Luiz Alves				
Ano	Dimensão			IDHM
	Renda	Longevidade	Educação	
1991	0,646	0,753	0,271	0,509
2000	0,702	0,795	0,459	0,635
2010	0,766	0,870	0,600	0,737
Varição 2010/1991	18,6%	15,5%	121,4%	44,8%

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.



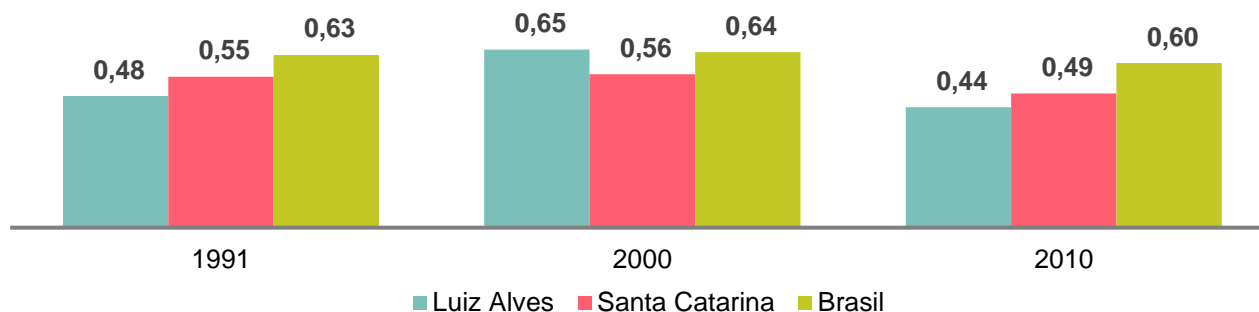
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

IDHM dos municípios do Cluster – 2010



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Índice de Gini



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Índice de Gini dos municípios do Cluster – 2010



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

3.2 Saúde

A redução da taxa bruta de natalidade² apresenta-se como uma característica geral do país. A análise deste indicador fixou-se nos anos de 2010 a 2015, período em que o município apresentou um comportamento semelhante, ou seja, uma redução da taxa. Cabe observar que a taxa bruta de natalidade de Luiz Alves fechou o ano de 2015, em 13,9. Um patamar inferior à média estadual (14,2) e nacional (14,4).

² A taxa bruta de natalidade ou coeficiente geral de natalidade – refere-se ao número de nascidos vivos, por mil habitantes, em determinado ano geográfico, no ano considerado.

A taxa de mortalidade infantil³ refere-se a um indicador que somente pode ser aplicado a municípios com mais de 80.000 habitantes, para os demais, emprega-se como referencial o número absoluto de óbitos de menores de um ano. Em 2015, Luiz Alves registrou o óbito de uma criança com menos de um ano de idade. Para efeito comparativo, uma vez calculada a taxa de mortalidade infantil do município para 2015, esta equivaleria a 6,1 óbitos de menores de um ano de idade por mil nascidos vivos. No mesmo ano, a taxa catarinense e nacional foi, respectivamente, 9,3 e 15,4.

No que diz respeito à disponibilidade de estabelecimentos, dados divulgados pelo Ministério da Saúde dão conta de que, em dezembro de 2016, Luiz Alves possuía um total de 24 estabelecimentos de saúde. No mesmo período, o município totalizava 39 leitos de internação, dos quais, 38 eram do SUS. A relação de números de leitos de internação por mil habitantes de Luiz Alves supera a média catarinense e nacional.

Em 2016, o município contava com 42 profissionais ligados à área da saúde. Destes, 8 eram médicos. No mesmo ano, a relação de médicos por mil habitantes em Luiz Alves foi de 0,7 – inferior à média catarinense (1,9) e nacional (1,8).

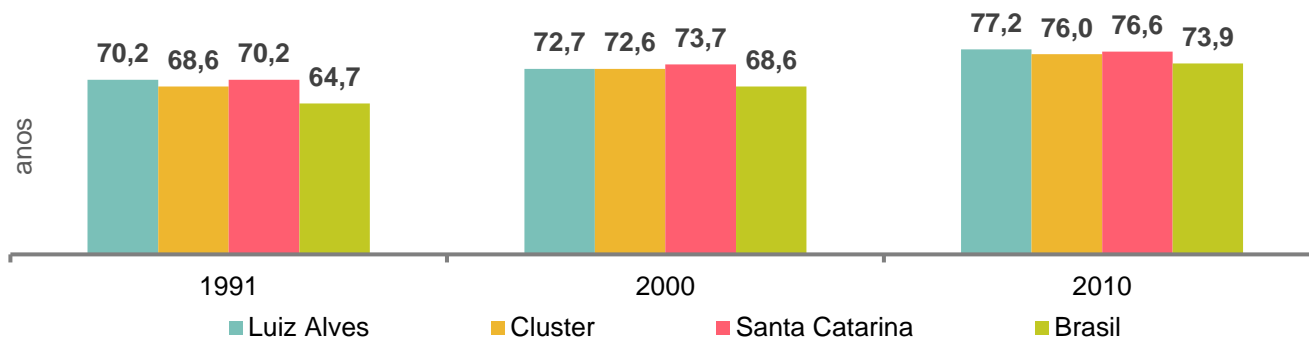
Em 2014, segundo a Secretaria de Estado da Saúde, 18,3% da população do município contava com a cobertura de planos de saúde privados.

Taxa bruta de natalidade – 2010-2015						
Território	Ano					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Luiz Alves	14,1	13,6	13,4	14,7	16,0	13,9
Cluster	13,3	13,0	12,9	12,9	13,5	13,9
Santa Catarina	13,4	13,8	13,9	13,5	13,8	14,2
Brasil	14,4	14,6	14,5	14,0	14,3	14,4

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – 2010-2016.

³ A taxa de mortalidade infantil – diz respeito ao número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A mortalidade infantil compreende a soma dos óbitos ocorridos nos períodos *neonatal precoce* (0-6 dias de vida), *neonatal tardio* (7-27) dias e *pós-neonatal* (28 dias e mais).

Esperança de vida ao nascer



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Tipos de estabelecimentos de saúde presentes em Luiz Alves – dez. /2016

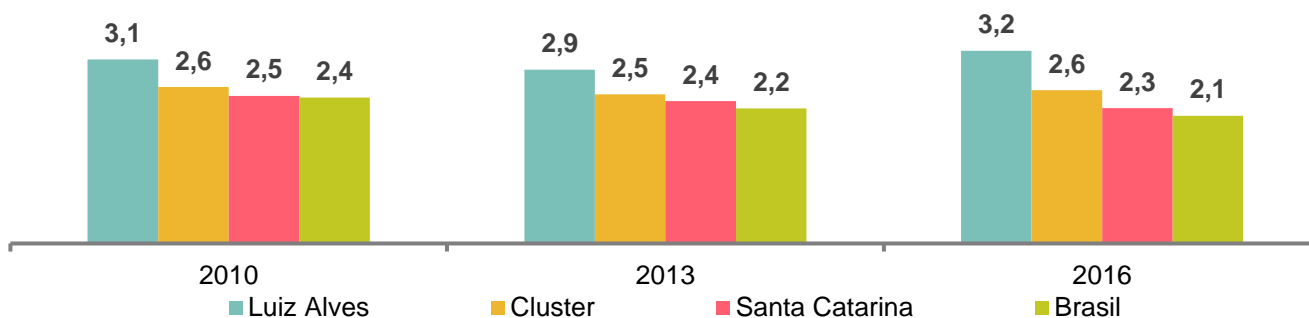
Tipo de estabelecimento	Quantidade
Academia da saúde	1
Centro de saúde/unidade básica de saúde	6
Clínica especializada/ambulatório especializado	1
Consultório	12
Hospital geral	1
Secretaria de saúde	1
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	2
Total	24

Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS – 2016.

Número de leitos de internação – dez. / 2016			
Território	Leitos de internação do SUS		Total de leitos de internação (inclusive privados)
	Número de leitos	Participação total	
Luiz Alves	38	97,4%	39
Média do cluster	26	80,2%	32
Média catarinense	38	71,8%	53
Média brasileira	55	70,3%	79

Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS – 2016.

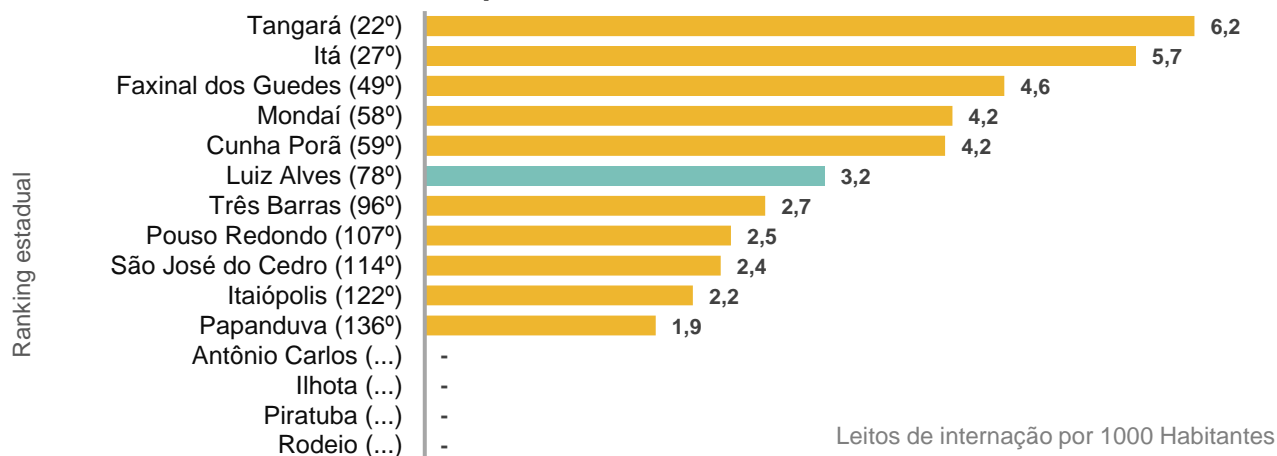
Número de leitos de internação por mil habitantes – dez. 2010/2016



Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS – 2016.

Nota: Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS – o ideal é que se tenha de 3 a 5 leitos para cada mil habitantes.

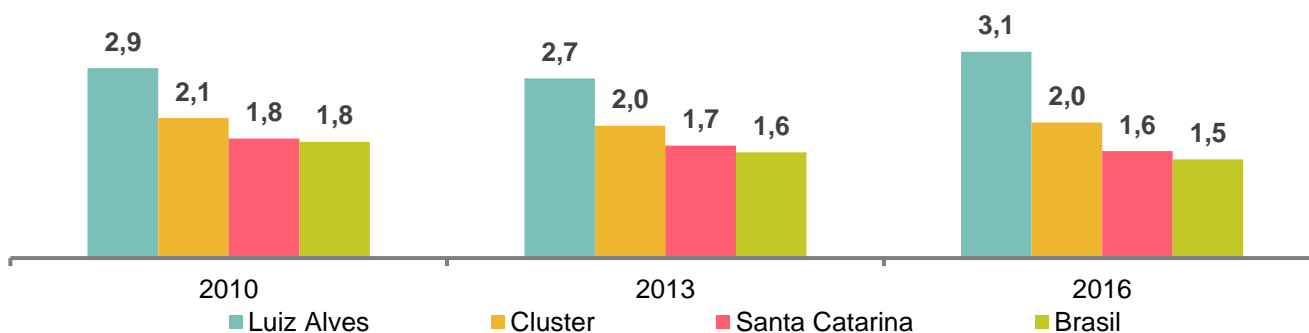
Número de leitos de internação por mil habitantes nos municípios do Cluster – dez. /2016



Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS – 2016.

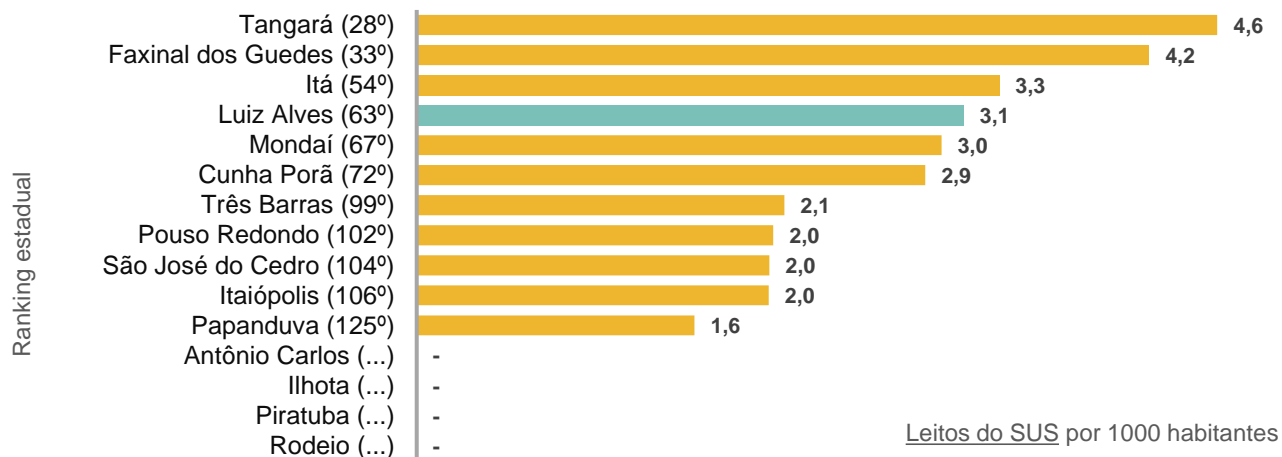
Nota: Por não possuírem leitos de internação, Antônio Carlos, Ilhota, Piratuba e Rodeio não foram ranqueados.

Número de leitos de internação do SUS por mil habitantes – dez. 2010/2016



Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS – 2010-2016.

Número de leitos de internação do SUS por mil habitantes nos municípios do Cluster – dez. /2016



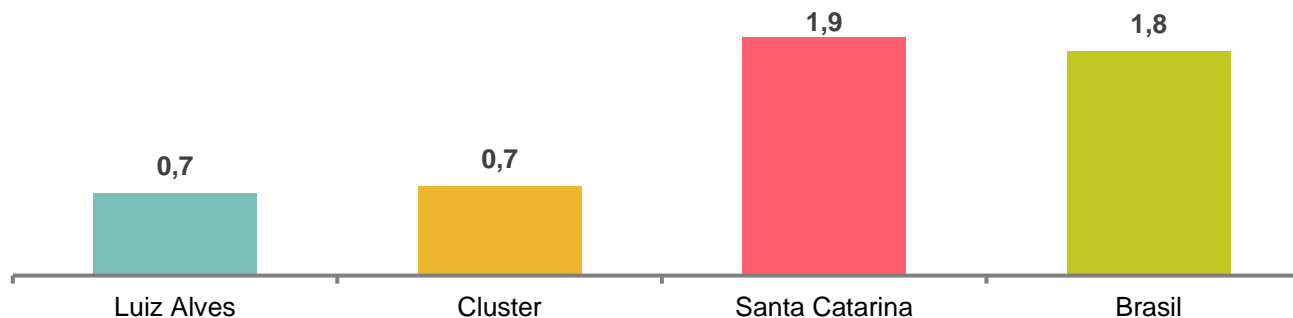
Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS – 2016.

Nota: Por não possuírem leitos de internação, Antônio Carlos, Ilhota, Piratuba e Rodeio não foram ranqueados.

Número de profissionais ligados à saúde – dez. /2016				
Ocupação	Luiz Alves	Média do cluster	Média catarinense	Média brasileira
Assistente social	-	1,7	3,3	5,4
Bioquímico/farmacêutico	4	2,6	4,3	4,8
Cirurgião geral	0	0,1	0,7	1,6
Clínico geral	8	4,9	16,9	18,6
Enfermeiro	8	8,7	26,0	40,3
Fisioterapeuta	4	4,1	9,2	12,5
Fonoaudiólogo	1	1,1	2,6	3,5
Ginecologista obstetra	-	0,3	1,8	3,6
Médico de família	2	2,8	4,3	5,3
Nutricionista	2	1,4	3,1	4,6
Odontólogo	9	7,7	19,1	22,3
Pediatra	-	0,3	3,8	6,7
Psicólogo	3	3,5	8,6	9,8
Psiquiatra	-	0,1	1,0	1,4
Outras especialidades médicas	-	0,8	15,3	27,2
Outras ocup. de nível superior relac. à saúde	1	2,5	4,6	6,6
Total	42	42,6	124,7	174,3

Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS – 2016.

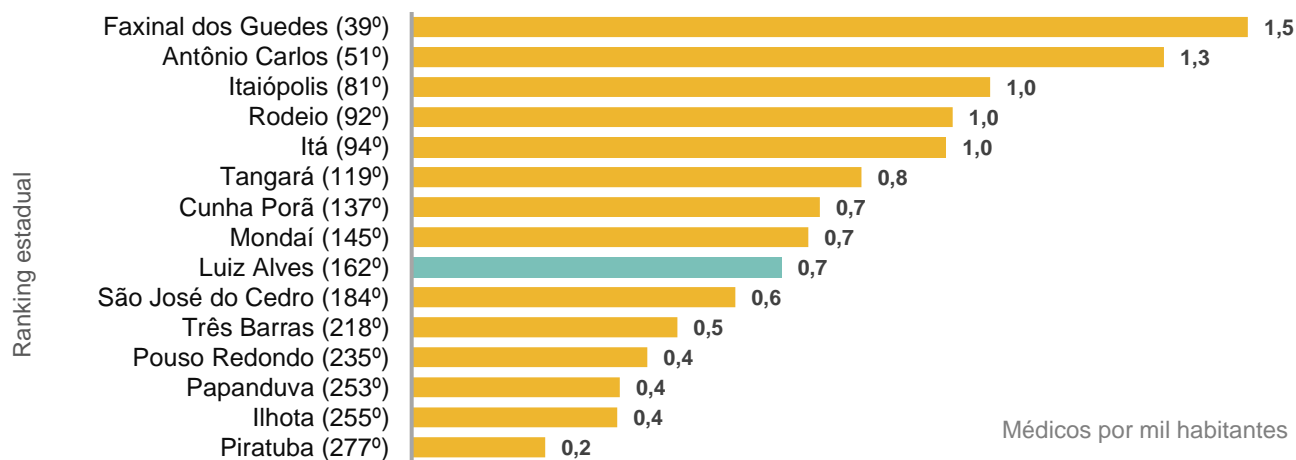
Número de médicos por mil habitantes – dez. /2016



Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS – 2016.

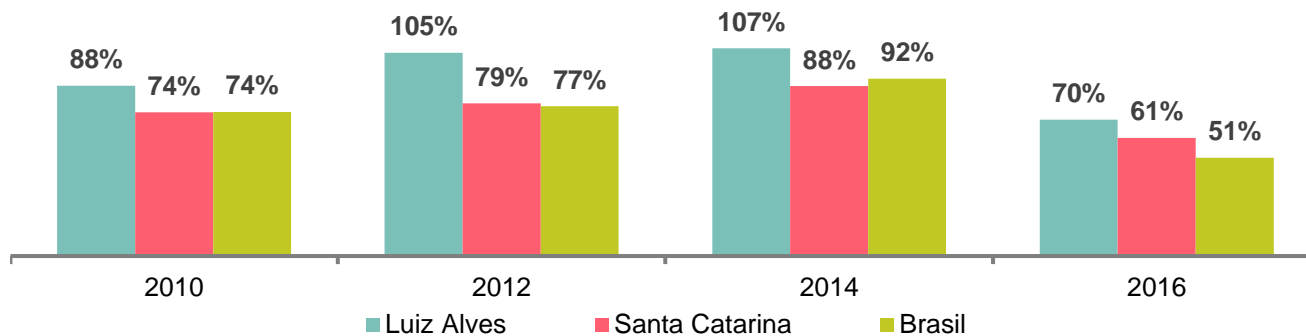
Nota: A Organização Mundial de Saúde – OMS – preconiza como parâmetro ideal de atenção à saúde da população a relação de 1 médico para cada 1.000 habitantes.

Número de médicos por mil habitantes nos municípios do Cluster – dez. /2016



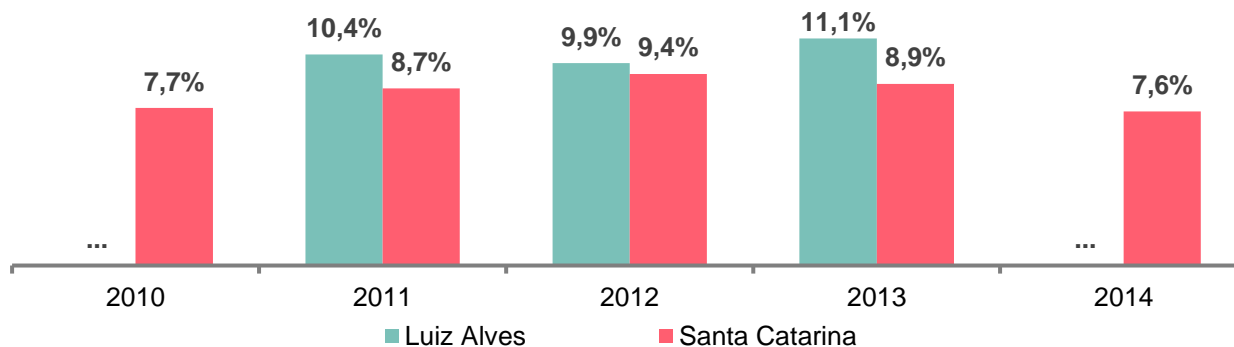
Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS – 2016.

Percentual de cobertura vacinal



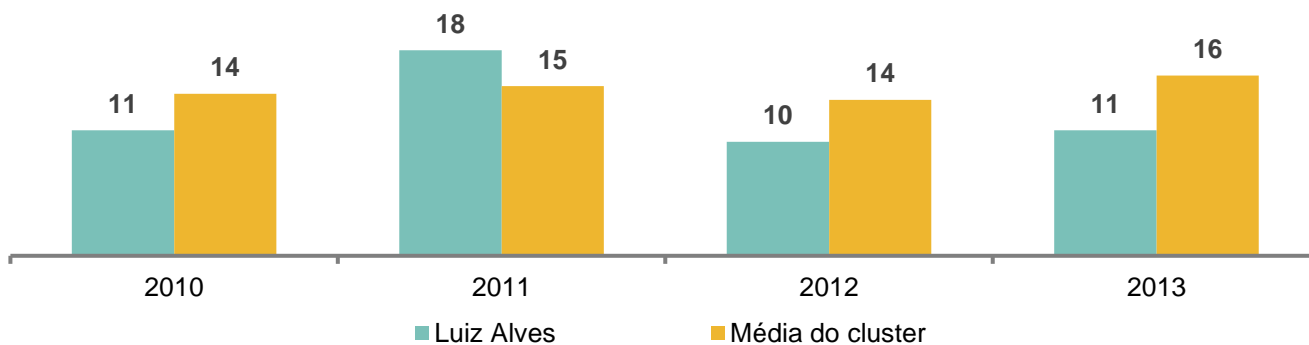
Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – 2016.

Percentual da população cadastrada com hipertensão



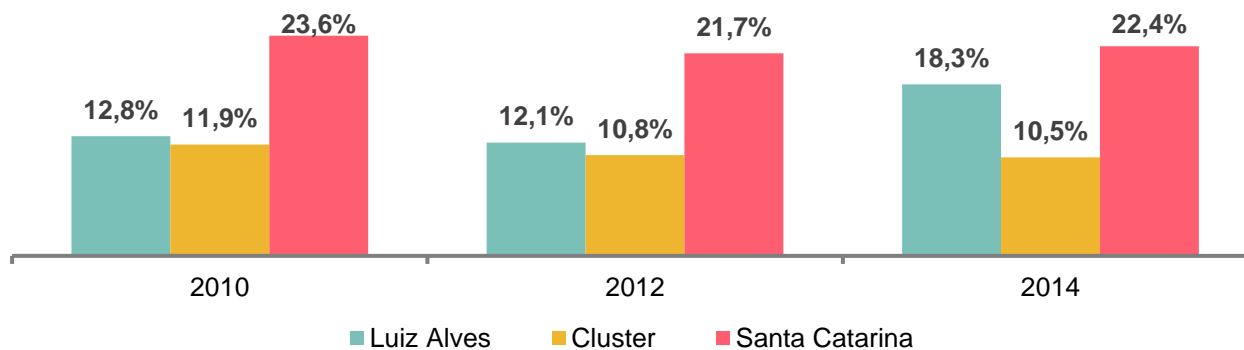
Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – 2016.

Número de óbitos ocasionados por neoplasia maligna



Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – 2016.

Percentual da população coberta por planos de saúde



Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina –2010-2014.

3.3 Educação

Nos últimos anos, a escolaridade média vem aumentando no Brasil, seguindo essa tendência, o município de Luiz Alves apresentou desempenho similar. Assim, em consequência da elevação do nível de escolaridade médio da população, no período compreendido entre 1991 e 2010, registrou-se a queda da taxa de analfabetismo.

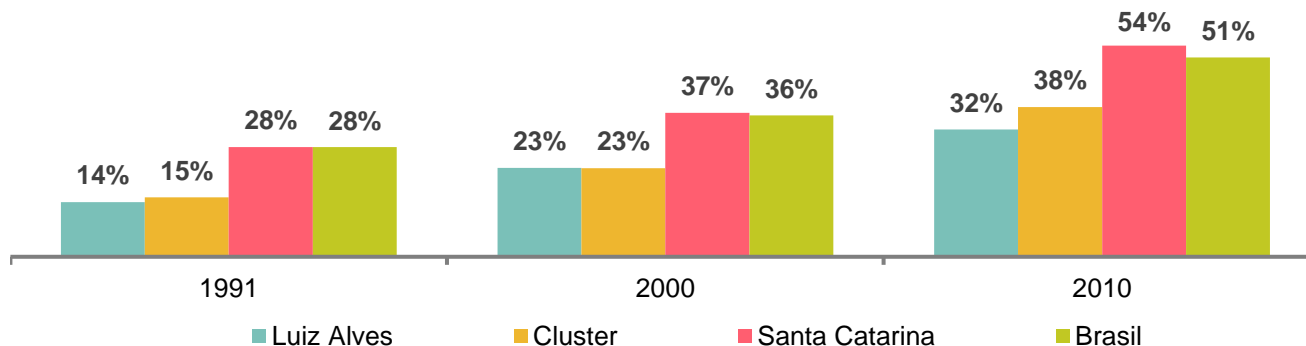
De acordo com dados do PNUD, em Luiz Alves, 7% da faixa etária da população de 15 anos ou mais, não era alfabetizada em 1991. Em 2010 essa proporção caiu para 4%, período em que o estado e o país apresentaram, respectivamente, uma taxa de analfabetismo de 4% e 10%. Comparado aos demais municípios catarinenses, Luiz Alves detém a 78ª menor taxa de analfabetismo nesta faixa da população.

Em relação à média estadual, a população adulta (25 ou mais anos de idade) de Luiz Alves apresenta uma menor proporção de pessoas com ensino médio e superior completo. Luiz Alves é o 170º colocado catarinense em termos percentuais de população adulta com ensino superior completo.

Segundo dados do Ministério da Educação, em 2016, Luiz Alves possuía 2.864 alunos matriculados junto à educação infantil, ensino fundamental, médio, profissionalizante e na educação de jovens e adultos. As páginas a seguir apresentam uma visão a respeito da educação em Luiz Alves.

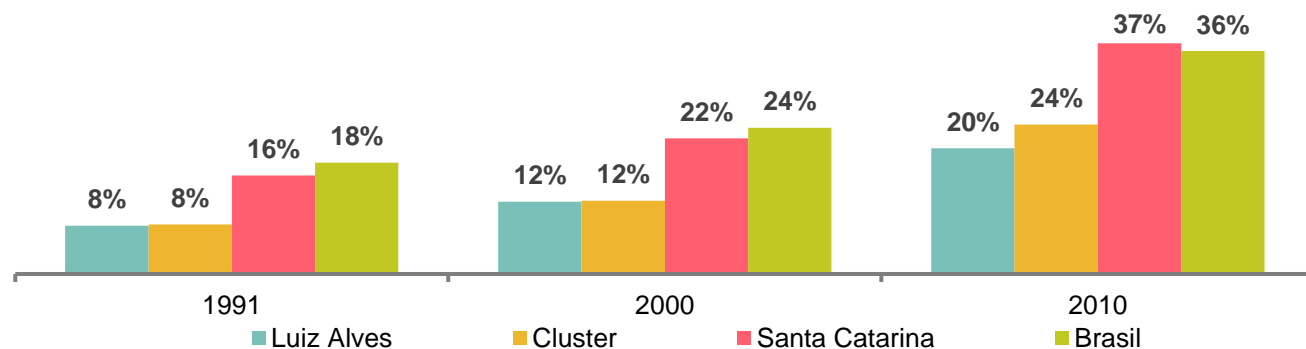


Percentual da população adulta (25 anos ou +) com ensino fundamental completo



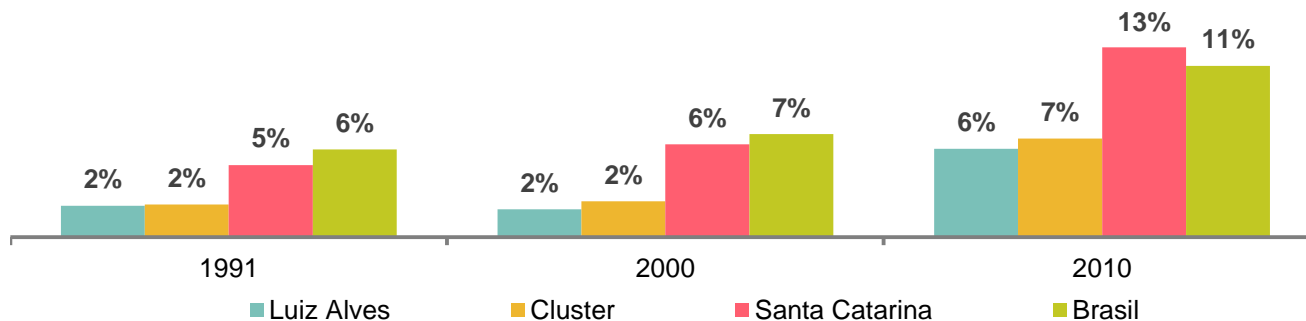
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Percentual da população adulta (25 anos ou +) com ensino médio completo



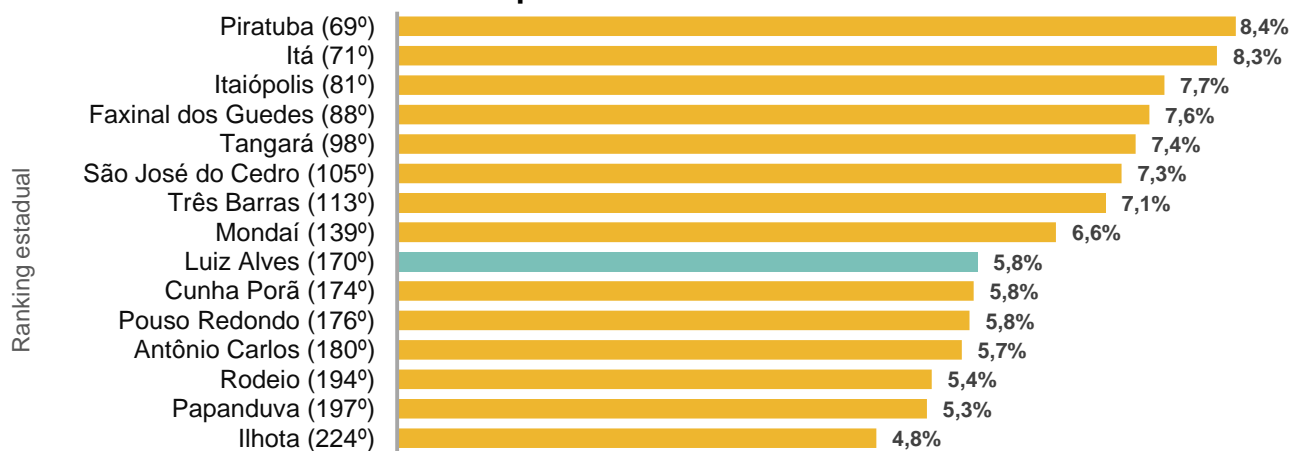
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Percentual da população adulta (25 anos ou +) com ensino superior completo



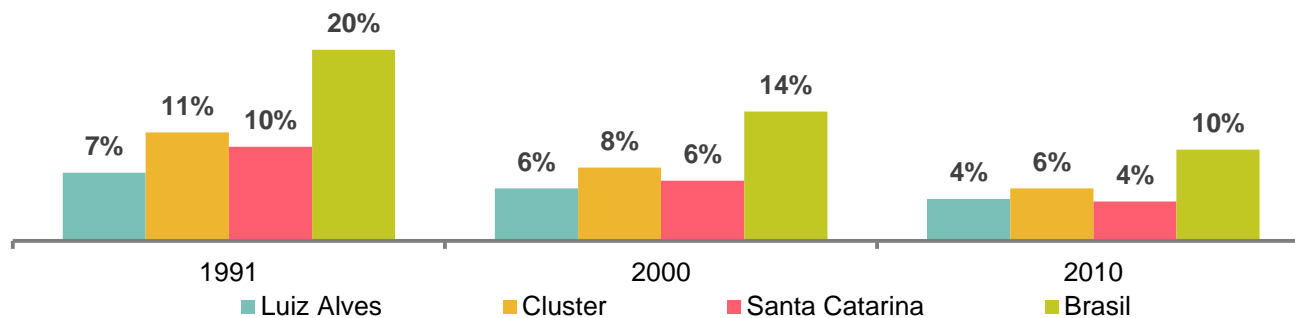
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Percentual da população adulta (25 anos ou +) com ensino superior completo nos municípios do Cluster – 2010



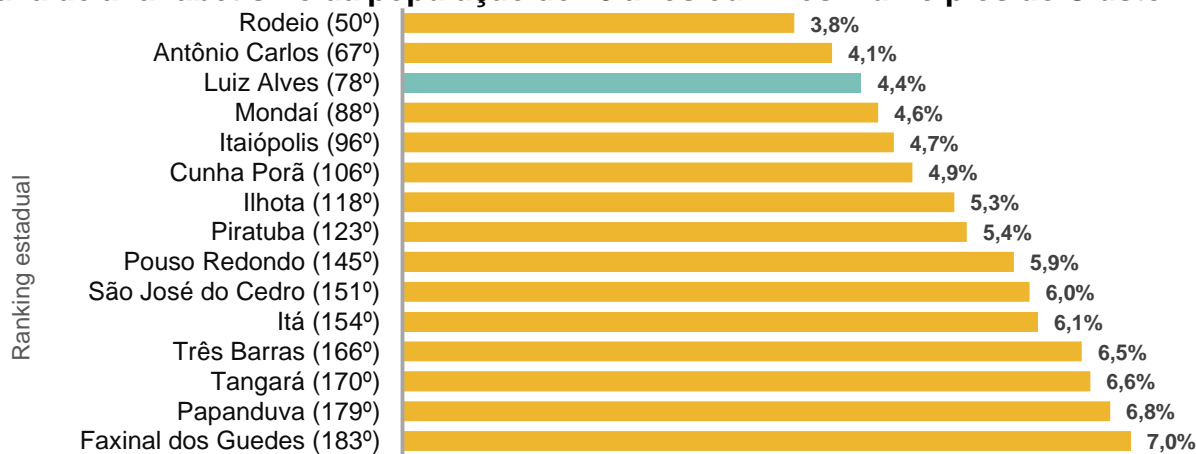
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou +



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou + nos municípios do Cluster - 2010



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Número de matrículas, segundo as modalidades de ensino – Luiz Alves – 2012/2016					
Modalidade de ensino	2012		2016		Δ (%) 2016/2012
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	
Educação Infantil	582	21,8	690	24,1	18,6
- Creche	266	45,7	279	40,4	4,9
- Pré-Escola	316	54,3	411	59,6	30,1
Ensino Fundamental	1.564	58,6	1.685	58,8	7,7
- Anos iniciais	898	57,4	923	54,8	2,8
- Anos finais	666	42,6	762	45,2	14,4
Ensino Médio	474	17,8	366	12,8	-22,8
- Ensino Médio Propedêutico	474	100,0	366	100,0	-22,8
- Ensino Médio Normal/Magistério	-	0,0	-	0,0	0,0
- Curso Téc. Integrado (E. M. Integrado)	-	0,0	-	0,0	0,0
Educação Profissional	-	0,0	-	0,0	0,0
- Escolarização Integrada	-	0,0	-	0,0	0,0
- Concomitante/FIC	-	0,0	-	0,0	0,0
- Subsequente	-	0,0	-	0,0	0,0
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	47	1,8	123	4,3	161,7
- Ensino Fundamental	47	100,0	61	49,6	29,8
- Ensino Médio	-	0,0	62	50,4	0,0
- Profissionalizante	-	0,0	-	0,0	0,0
Total de matriculados	2.667	100,0	2.864	100,0	7,4

Fonte: Ministério da Educação – Sinopse Estatística da Educação Básica 2010/2016.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

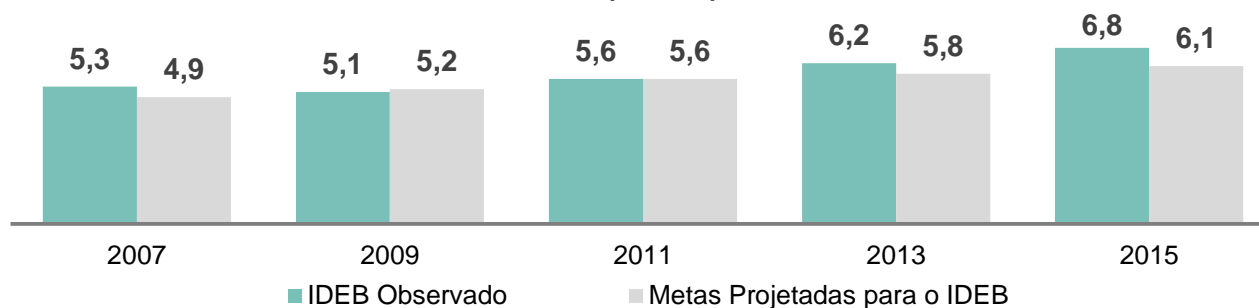
Número de matrículas, segundo modalidades de ensino e dependência administrativa – Luiz Alves – 2016

Modalidade de ensino	Dependência administrativa				
	Federal	Estadual	Municipal	Privado	Total
Educação Infantil	-	-	690	-	690
- Creche	-	-	279	-	279
- Pré-Escola	-	-	411	-	411
Ensino Fundamental	-	1.050	635	-	1.685
- Anos iniciais	-	399	524	-	923
- Anos finais	-	651	111	-	762
Ensino Médio ⁽¹⁻²⁾	-	366	-	-	366
Educação Profissional	-	-	-	-	-
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	-	113	10	-	123
- Ensino Fundamental	-	51	10	-	61
- Ensino Médio	-	62	-	-	62
- Profissionalizante	-	-	-	-	-
Total de matriculados	-	1.529	1.335	-	2.864

Fonte: Ministério da Educação – Sinopse Estatística da Educação Básica - 2016.

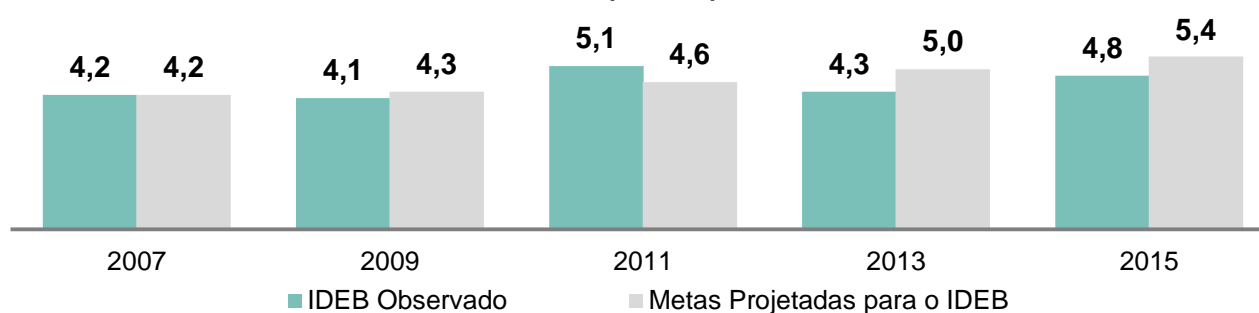
Nota: (1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula; (2) inclui matrículas no Ensino Médio Propedêutico, Normal/Magistério e Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) de Ensino Regular.

IDEB – 4ª série (5º ano) – Luiz Alves



Fonte: Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – 2007/2015.

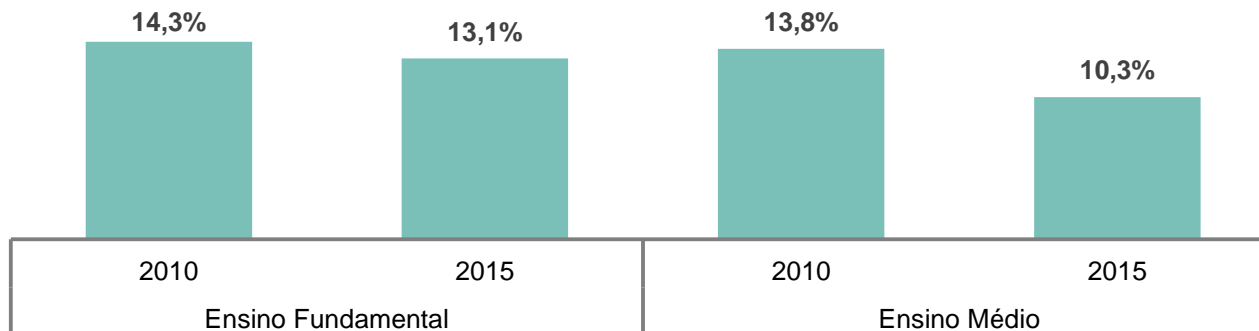
IDEB – 8ª série (9º ano) – Luiz Alves



Fonte: Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – 2007/2015.

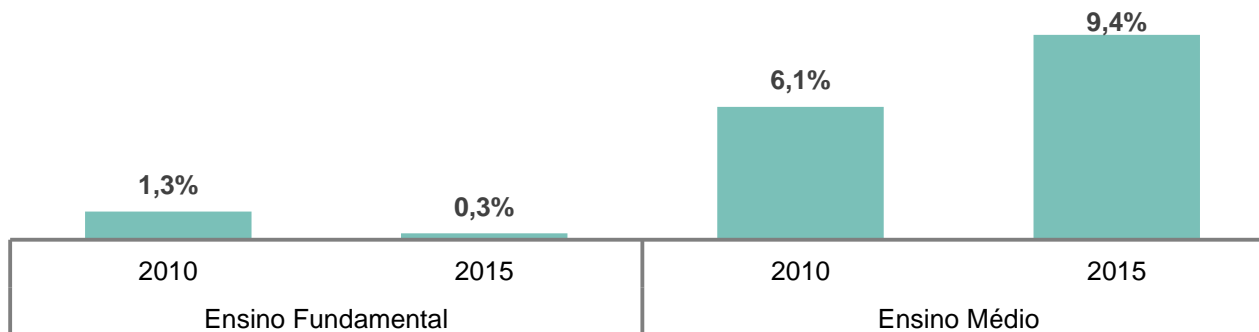
Segundo dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC – em 2016, Luiz Alves não contava com instituições ofertantes de cursos técnicos profissionalizantes. De acordo com o INEP, o município também não possuía instituições de ensino superior em 2015.

Taxa de distorção idade-série – Luiz Alves



Fonte: Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – 2007/2015.

Taxa de abandono escolar⁴ – Luiz Alves



Fonte: Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – 2007/2015.

⁴ Diferença entre abandono e evasão escolar. O abandono ocorre quando o aluno deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo. Entende-se por evasão escolar a situação do aluno que abandonou a escola ou reprovou em determinado ano letivo, e que no ano seguinte não efetuou a matrícula para dar continuidade aos estudos.

3.4 Renda

Uma das dimensões de especial relevância para a análise do desenvolvimento de um território está associada à mensuração de seu potencial de geração e distribuição de renda para a população.

Segundo dados do IBGE, a exemplo do que ocorreu no estado e no país, a cidade de Luiz Alves apresentou nas últimas décadas uma evolução da renda per capita média. De acordo com dados do último Censo Demográfico de 2010, o valor do rendimento médio domiciliar per capita dos domicílios luizalvense alcançou o patamar R\$ 868,00 – o que significou a 47ª melhor média catarinense.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social, em dezembro de 2016, 122 famílias de Luiz Alves foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. E somente naquele mês, foram repassados R\$ 19,6 mil, o que significou um benefício médio de R\$ 160,35. A cobertura do programa é de 96,8% em relação à estimativa de pobreza⁵ do município.

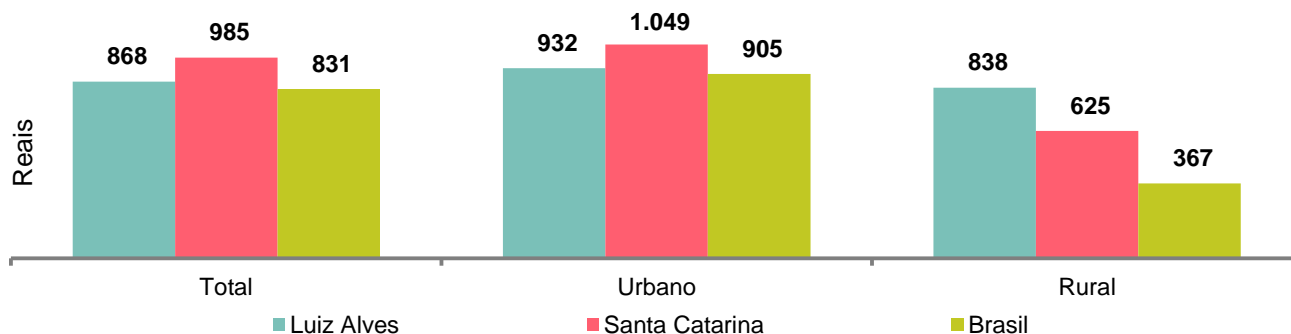
Dados mais recentes – extraídos do Ministério do Trabalho e Emprego – apontam que em 2015, a média salarial dos empregos de carteira assinada em Luiz Alves era de R\$ 1691,00. Um valor abaixo da média catarinense (R\$ 2.243,00) e nacional (R\$ 2.451,00). Neste quesito, Luiz Alves ocupa a 146ª posição estadual.

Considerando o agregado das atividades econômicas, em 2015, a média salarial dos homens foi de R\$ 1.850 e a das mulheres, R\$ 1.524,00 (18% abaixo da média salarial dos homens).

As páginas a seguir apresentam indicadores e comparativos a respeito do perfil da renda da população.

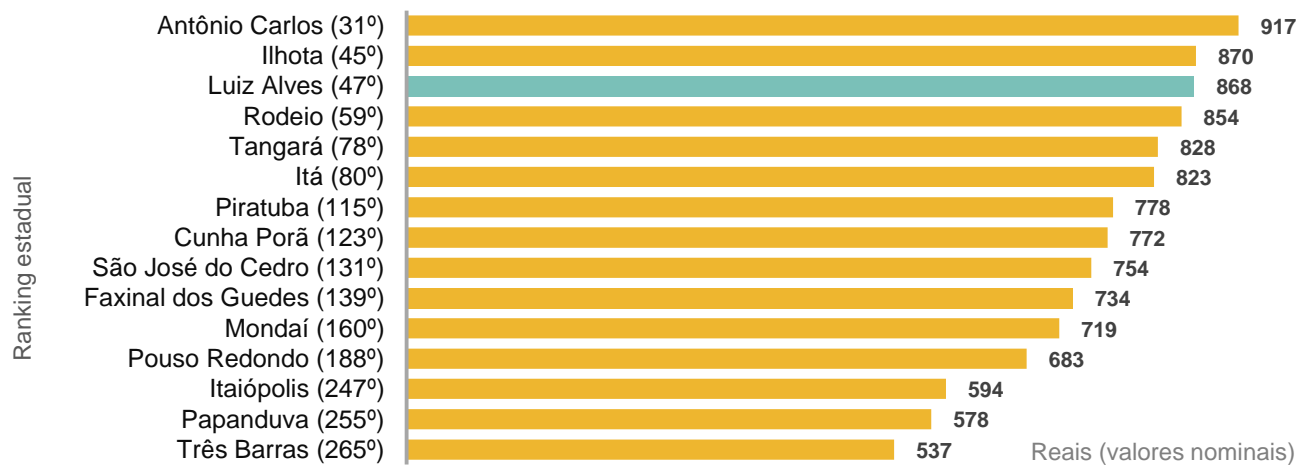
⁵ Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Rendimento nominal médio mensal domiciliar per capita dos domicílios particulares com rendimento – 2010



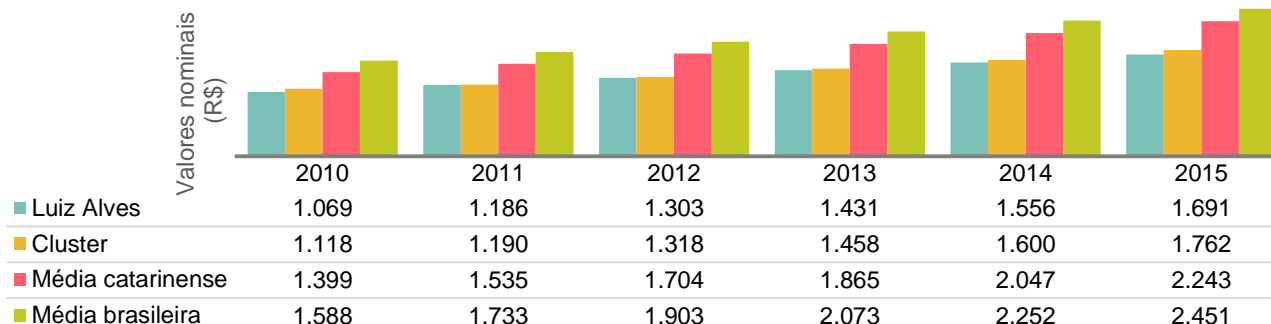
Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Censo Demográfico 2010.

Rendimento nominal médio mensal domiciliar per capita dos domicílios particulares com rendimento nos municípios do Cluster – 2010



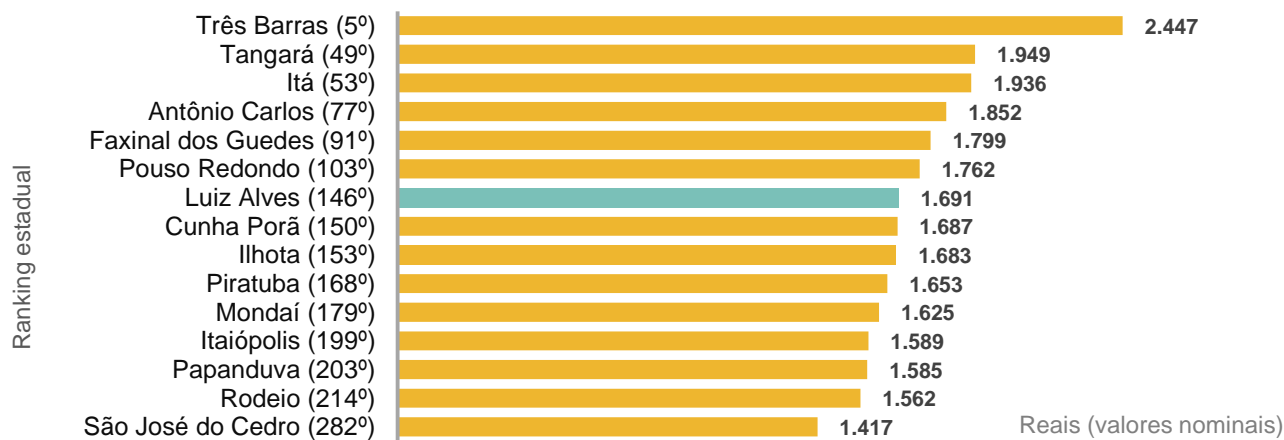
Fonte: IBGE – Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia – Censo Demográfico 2010.

Média salarial dos empregos formais



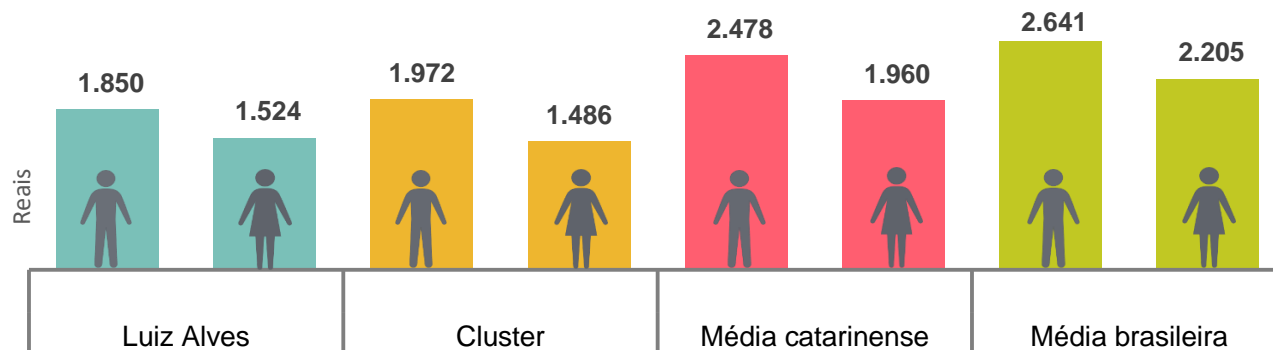
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Média salarial dos empregos formais nos municípios do Cluster – 2015



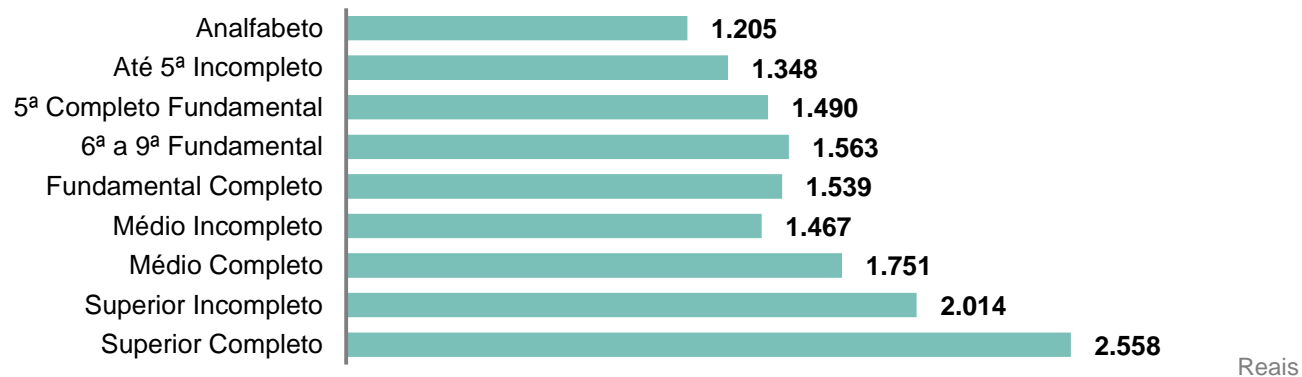
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Média salarial dos empregos formais – 2015



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Média salarial dos empregos formais, segundo grau de escolaridade – Luiz Alves – 2015



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

3.5 Potencial de Consumo

Em complemento ao item anterior, esta seção visa contribuir para um melhor delineamento e avaliação do perfil de renda e potencial de consumo das famílias do município, o que de certo modo contribui para o planejamento e modelagem de futuros investimentos associados à oferta de produtos e serviços.

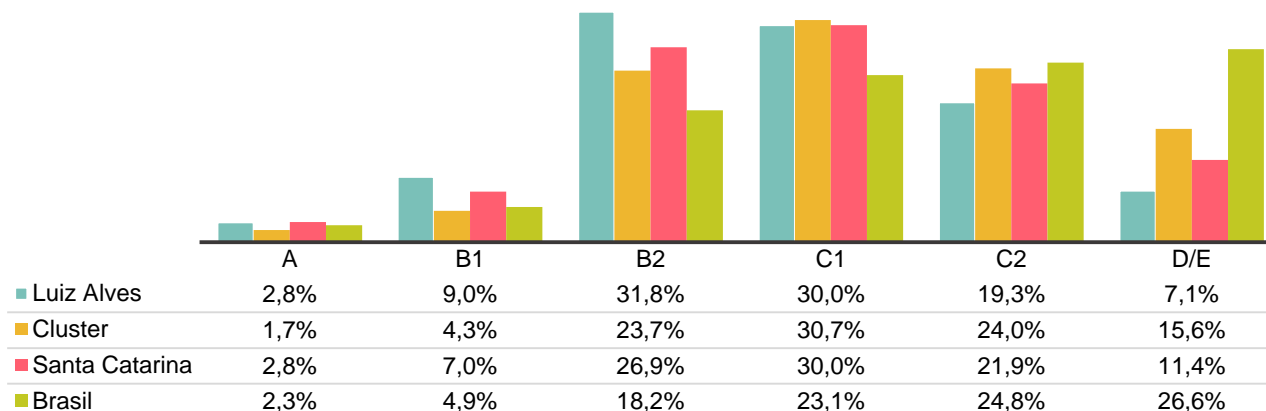
As projeções que serão apresentadas a respeito do potencial de consumo para o ano de 2017 foram elaboradas pela iPC Marketing Editora e estão amparadas na metodologia recomendada pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). A referida metodologia, em vigor desde 2015, configura-se como o critério mais utilizado pelos institutos de pesquisa de mercado e opinião.

Segundo a ABEP, o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) é um instrumento de segmentação econômica que utiliza o levantamento de características domiciliares (presença e quantidade de itens domiciliares de conforto e grau escolaridade do chefe de família) para diferenciar a população. O critério atribui pontos em função de cada característica domiciliar somando estes pontos. Realiza uma correspondência entre faixas de pontuação do critério e estratos de classificação econômica definidos por A1, A2, B1, B2, C1, C2, D, E. Para maiores informações a respeito destes critérios, recomenda-se a consulta ao *website* da ABEP (<http://www.abep.org/criterio-brasil>).

Visando oferecer uma ideia aproximada da renda média domiciliar dos estratos socioeconômicos resultantes da aplicação do Critério Brasil, tais estratos estão assim configurados: Classe A (R\$ 20.888,00); Classe B1 (R\$ 9.254,00), Classe B2 (R\$ 4.852,00), Classe C1 (R\$ 2.705,00), Classe C2 (R\$ 1.625,00) e Classe D-E (R\$ 768,00).

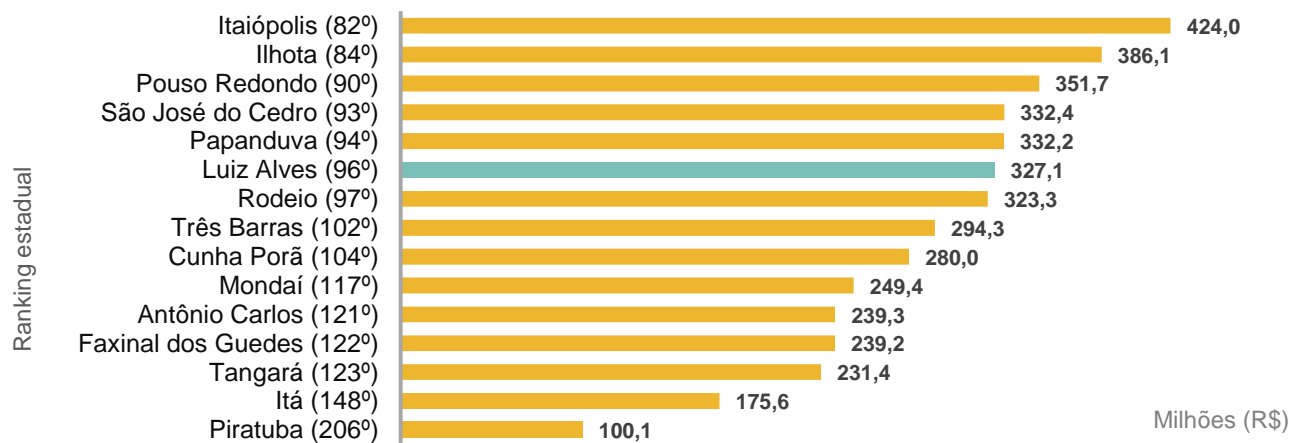
Em resumo, as projeções realizadas para Luiz Alves sugerem um potencial de consumo da ordem de R\$ 327,1 milhões para 2017. Sendo, R\$ 114,4 milhões relacionado ao consumo urbano e R\$ 212,7 milhões ao rural. Segundo essas projeções, Luiz Alves apresenta-se como o 96º maior mercado consumidor catarinense.

Configuração dos domicílios urbanos, segundo o perfil das classes econômicas – 2017



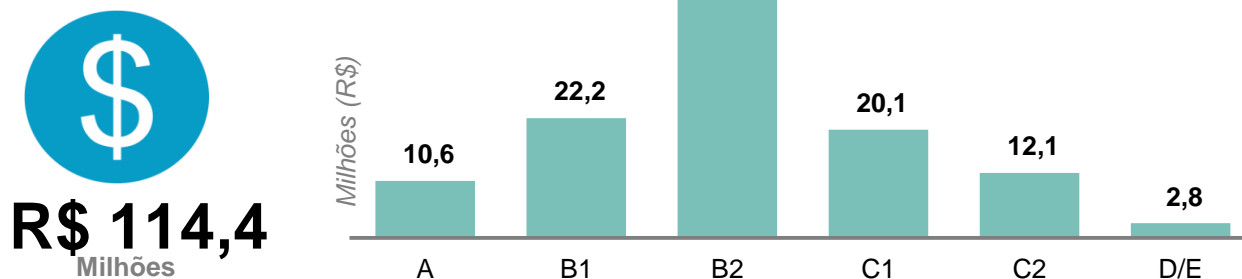
Fonte: iPC Marketing – IPC Maps – 2017.

Estimativa do potencial de consumo total dos municípios do Cluster – 2017



Fonte: iPC Marketing – IPC Maps – 2017.

Estimativa do potencial de consumo urbano total, segundo as classes econômicas – Luiz Alves – 2017



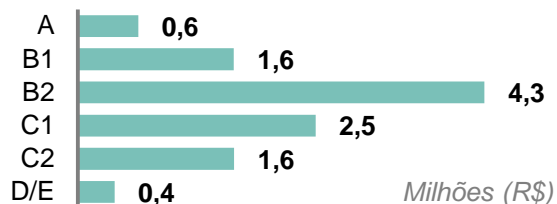
Fonte: iPC Marketing – IPC Maps – 2017.

As próximas páginas apresentam comparativos a respeito destas projeções e, de modo especial, estratificam o potencial de consumo urbano de Luiz Alves para as classes econômicas A, B1, B2, C1, C2 e D/E em conformidade a 22 categorias de despesas.



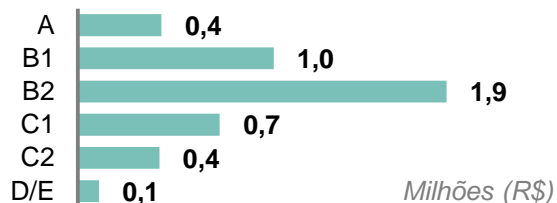
Alimentação no domicílio

11,1 Milhões



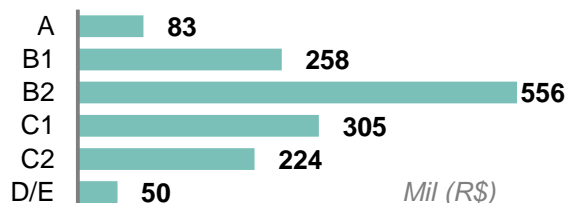
Alimentação fora do domicílio

4,7 Milhões



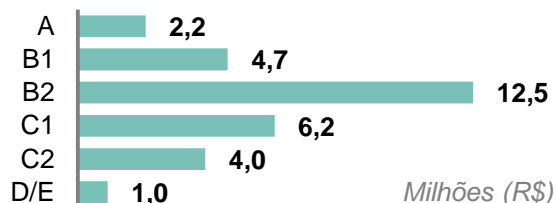
Bebidas

1,5 Milhão



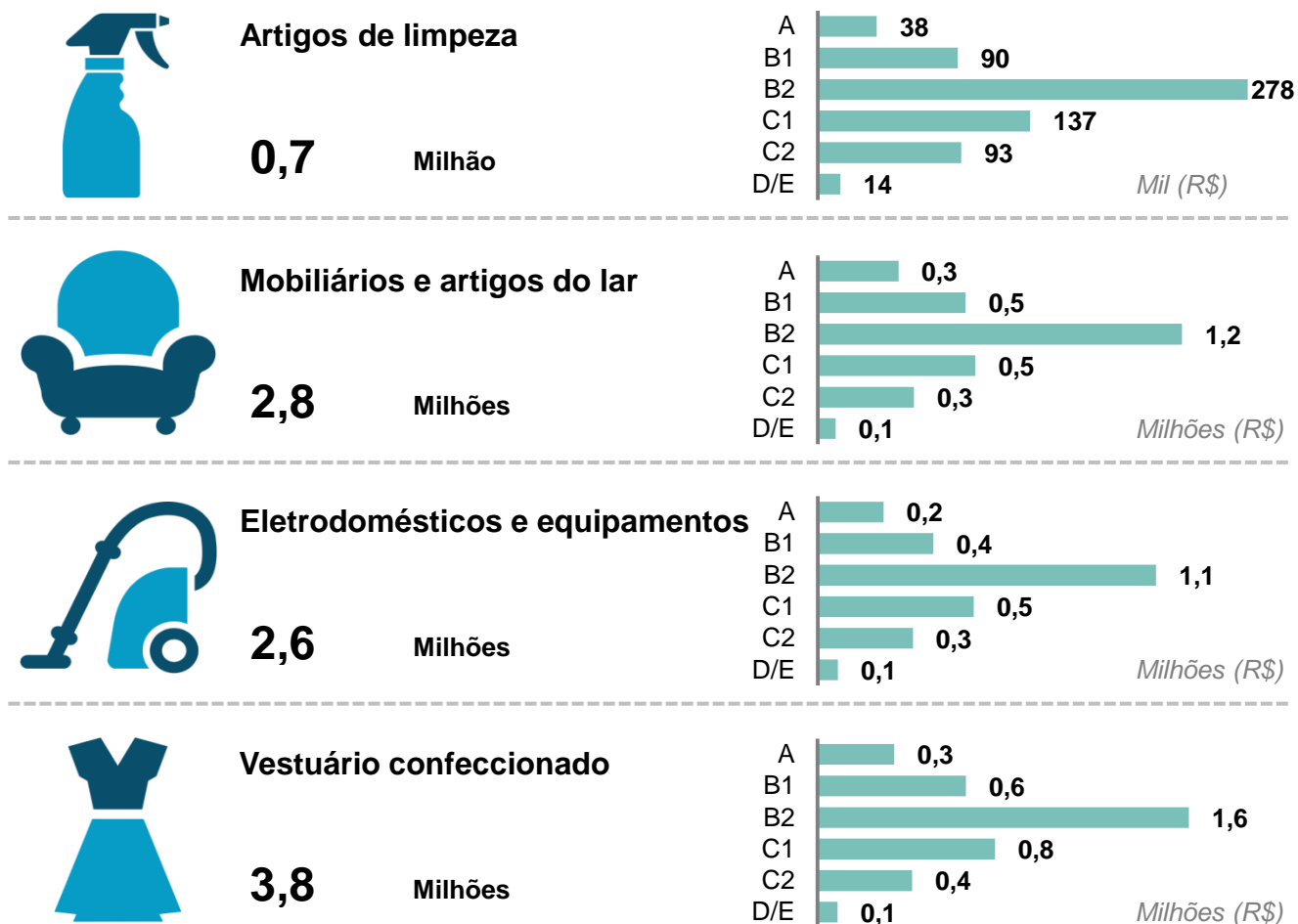
Manutenção do lar

30,6 Milhões



Projeção do potencial de consumo urbano de Luiz Alves - 2017, para despesas com: alimentação no domicílio, alimentação fora do domicílio, bebidas e manutenção do lar.

Fonte: iPC Marketing – IPC Maps – 2017.



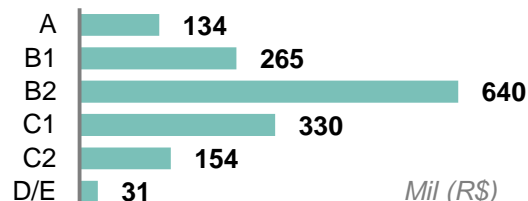
Projeção do potencial de consumo urbano de Luiz Alves - 2017, para despesas com: artigos de limpeza, mobiliário e artigos do lar, eletrodomésticos e equipamentos e, vestuário confeccionado.

Fonte: iPC Marketing – IPC Maps – 2017.



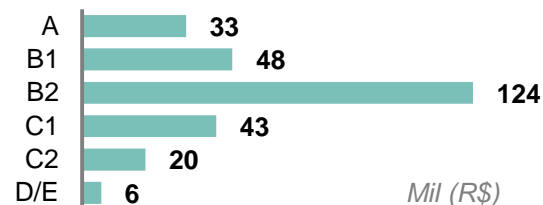
Calçados

1,6 Milhão



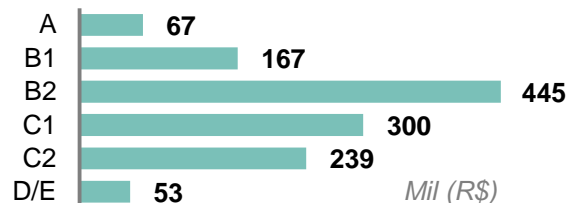
Outras despesas com vestuário

0,3 Milhão



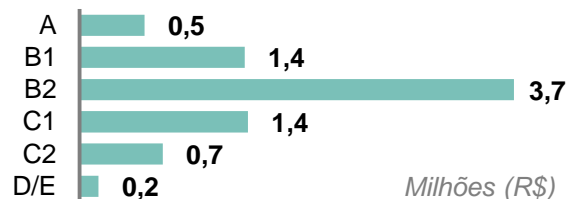
Transportes urbanos

1,3 Milhão



Gastos com veículo próprio

7,9 Milhões



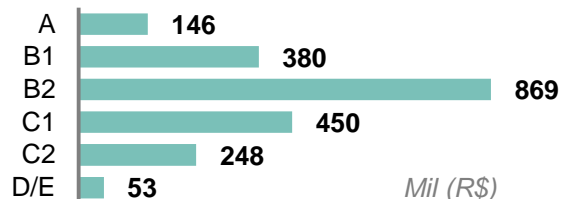
Projeção do potencial de consumo urbano de Luiz Alves - 2017, para despesas com: calçados, outras despesas com vestuário, transportes urbanos e gastos com veículo próprio.

Fonte: iPC Marketing – IPC Maps – 2017.



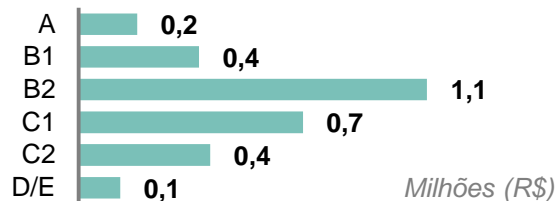
Higiene e cuidados pessoais

2,1 Milhões



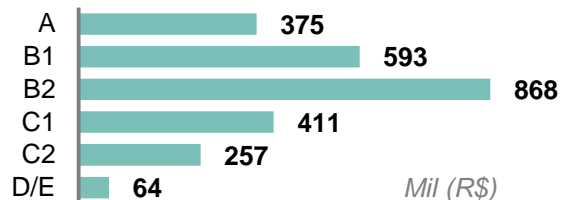
Gastos com medicamentos

2,9 Milhões



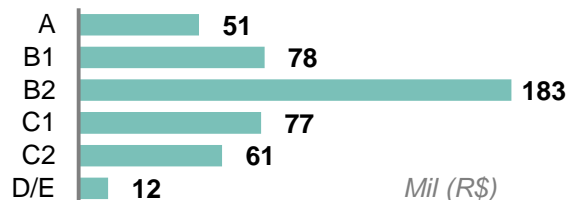
Outras despesas com saúde

2,6 Milhões



Livros e material escolar

0,5 Milhão



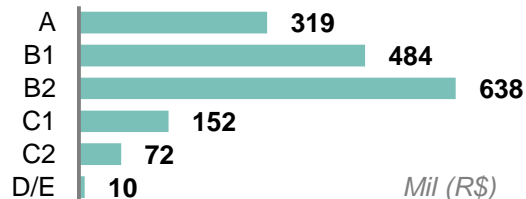
Projeção do potencial de consumo urbano de Luiz Alves - 2017, segundo despesas com: higiene e cuidados pessoais, medicamentos, outras despesas com saúde e livros e material escolar.

Fonte: iPC Marketing – IPC Maps – 2017.



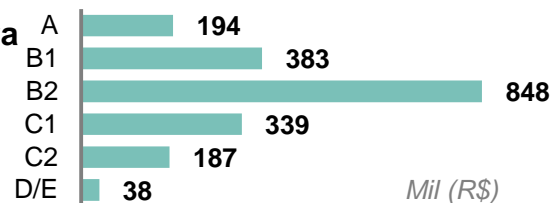
Matrículas e mensalidades

1,7 Milhão



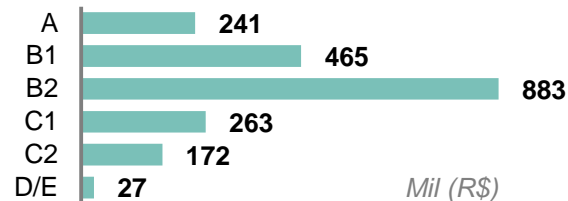
Despesas com recreação e cultura

2,0 Milhões



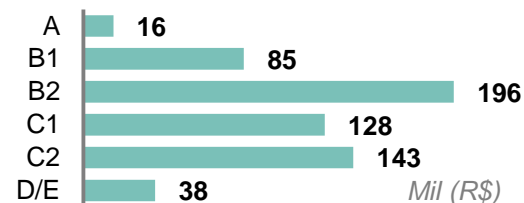
Despesas com viagens

2,1 Milhões



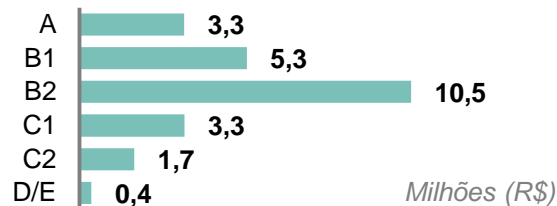
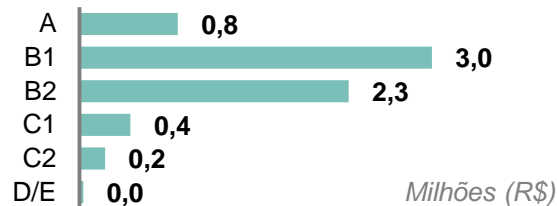
Fumo

0,6 Milhão



Projeção do potencial de consumo urbano de Luiz Alves - 2017, para despesas com: matrículas e mensalidades, recreação e cultura, viagens e fumo.

Fonte: iPC Marketing – IPC Maps – 2017.



Projeção do potencial de consumo urbano de Luiz Alves - 2017, segundo despesas com: materiais de construção e outras despesas.

Fonte: iPC Marketing – IPC Maps – 2017.

3.6 Segurança Pública

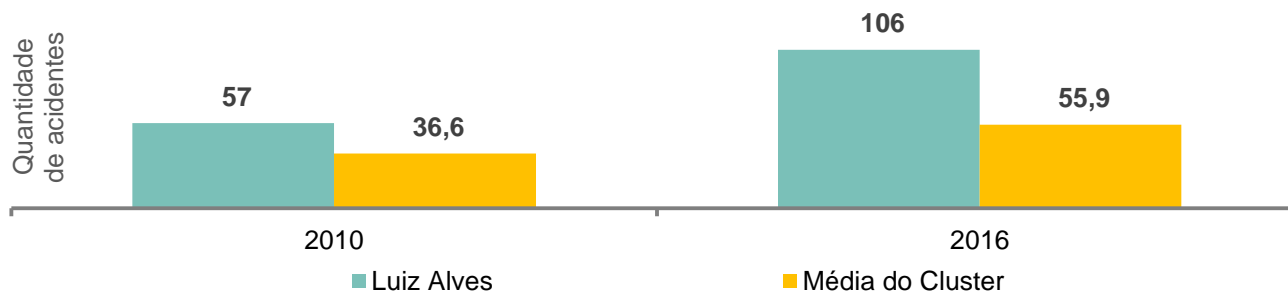
Os gráficos e tabelas a seguir apresentam um panorama a respeito da segurança pública em Luiz Alves. Os dados apresentados foram coletados junto à Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP-SC).

Registro de ocorrência de mortes violentas em Luiz Alves – 2010/2016			
Tipo de ocorrência	2010	2016	Δ (%) 2016/2010
Homicídio doloso	-	2	0,0
Latrocínio	-	-	0,0
Lesão corporal seguida de morte	-	-	0,0
Homicídio decorrentes de ação da polícia civil	-	-	0,0
Homicídio decorrentes de ação da polícia militar	-	-	0,0
Policial civil morto em serviço ¹	-	-	0,0
Policial militar morto em serviço ¹	-	-	0,0

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina – Segurança em Números – 2010-2016.

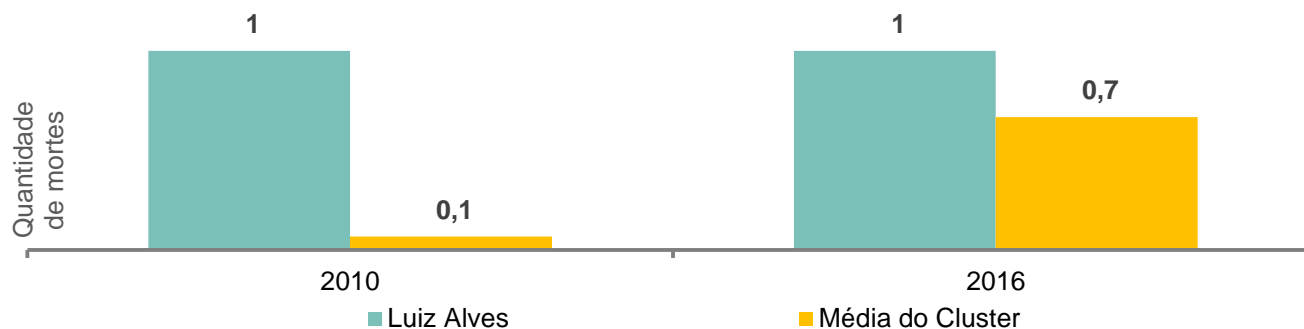
Nota: (1) já contabilizado no indicador homicídio doloso.

Registro de ocorrência de acidente de trânsito (apenas danos materiais)



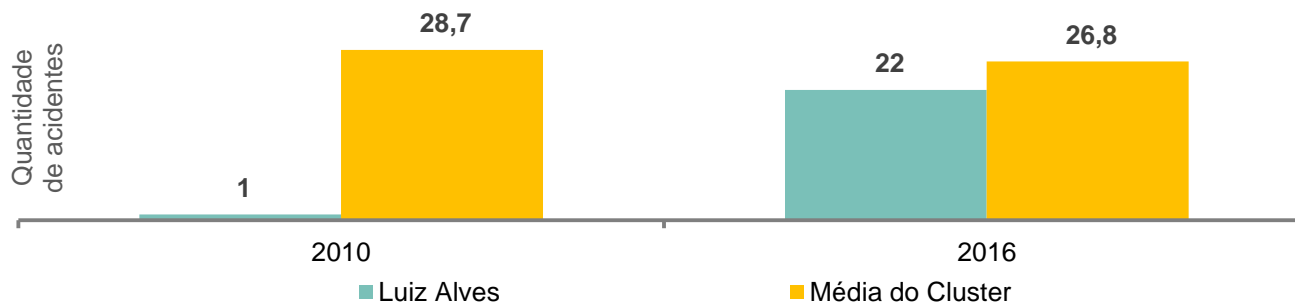
Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina – Segurança em Números – 2010-2016.

Registro de ocorrências de mortes em acidente de trânsito



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina – Segurança em Números – 2010-2016.

Registro de ocorrências de lesão corporal dolosa



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina – Segurança em Números – 2010-2016.

Registro de ocorrência de furtos em Luiz Alves – 2010/2016

Tipo de furto	2010	2016	Δ (%) 2016/2010
Furto a banco	-	-	0,0
Furto de bicicleta	3	6	100,0
Furto de motocicleta	4	1	-75,0
Furto de automóvel/camioneta	6	6	0,0
Furto em veículo	12	7	-41,7
Furto em residência	30	59	96,7
Furto em comércio	7	12	71,4
Furto em empresa/fábrica	0	7	0,0
Furto de telefone celular	4	6	50,0
Outros furtos	42	51	21,4
Total de furtos	108	155	43,5

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina – Segurança em Números – 2010-2016.

Registro de ocorrência de roubos em Luiz Alves – 2010/2016

Tipo de roubo	2010	2016	Δ (%) 2016/2010
Roubo a banco	1	-	-100,0
Roubo a transeunte	2	-	-100,0
Roubo de motocicleta	2	1	-50,0
Roubo de automóvel/camioneta	6	3	-50,0
Roubo em veículo	-	1	0,0
Roubo em comércio	2	1	-50,0
Roubo em residência	5	1	-80,0
Outros roubos	1	2	100,0
Total de roubos	19	9	-52,6

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina – Segurança em Números – 2010-2016.

Nota: (-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

4 INFRAESTRUTURA

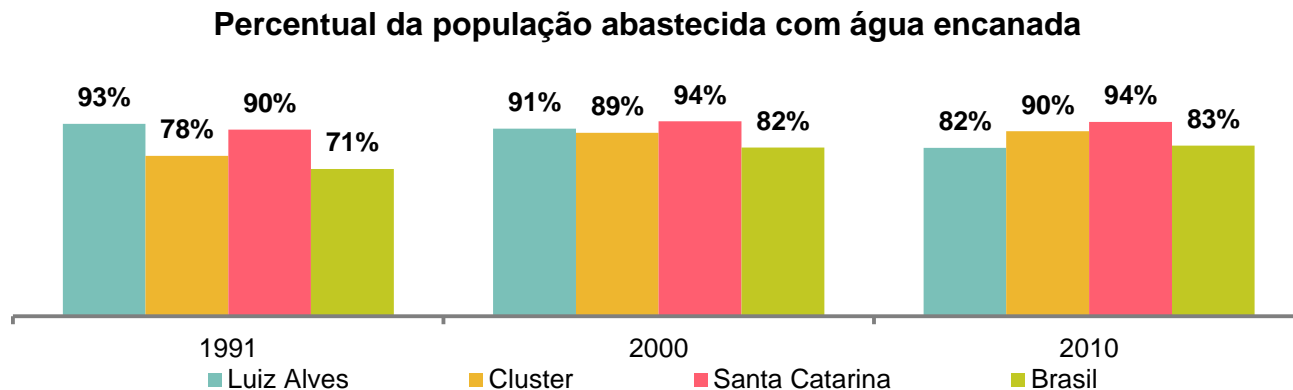
Este capítulo apresenta indicadores relacionados à infraestrutura de Luiz Alves tomando por referencial aspectos como: energia, abastecimento de água, coleta de esgoto, telecomunicações e transportes.

4.1 Energia

Perfil do consumo de energia elétrica em Luiz Alves – 2012				
Tipologia das unidades consumidoras	Unidades consumidoras		Consumo kWh (Cativo + livre)	
	Unidades	Participação (%)	KWh (Cativo + livre)	Participação (%)
Residencial	2.135	51,7	5.826.427	14,7
Industrial	188	4,6	22.093.287	55,9
Comercial	235	5,7	2.946.813	7,5
Rural	1.530	37,0	6.788.893	17,2
Poder Público	30	0,7	401.406	1,0
Iluminação Pública	1	0,0	1.233.850	3,1
Serviço Público	10	0,2	236.025	0,6
Próprio	1	0,0	2.104	0,0
Revenda	-	0,0	-	0,0
Consumidores Total	4.130	100,0	39.528.805	100,0

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina de Santa Catarina - 2012.

4.2 Abastecimento de água



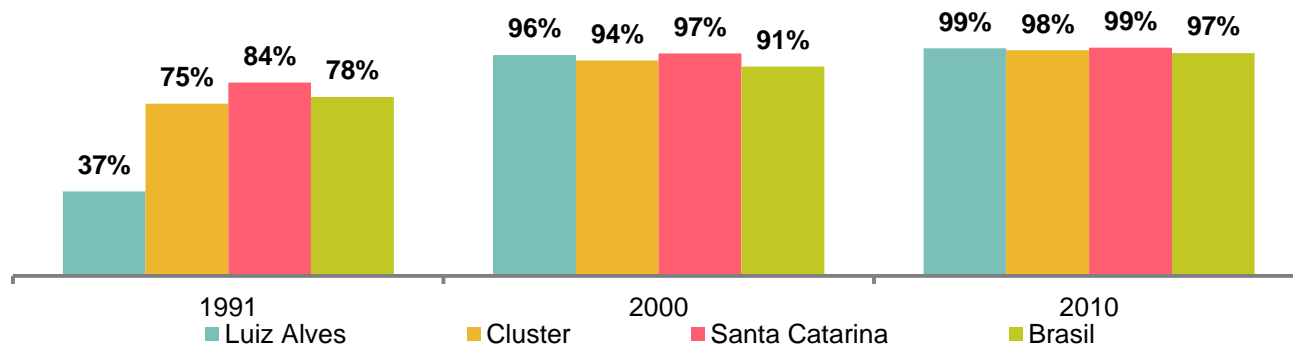
Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE.

4.3 Coleta de esgoto

Segundo dados do IBGE, Luiz Alves apresenta 40,8% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado. Comparativamente aos demais municípios catarinenses, Luiz Alves ocupa a 208ª colocação neste indicador. Vale salientar que o termo “adequado” se refere ao escoamento de dejetos através de ligação do domicílio à rede coletora ou fossa séptica. Sobre este aspecto, dados do IBGE relativos a 2000 apontam que somente 6,7% dos domicílios estavam ligados à rede de esgoto ou pluvial, os demais 93,3% tinham as fossas sépticas como destinação.

4.4 Coleta de lixo

Percentual da população em domicílio com coleta de lixo



Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE.

4.5 Telecomunicações

Estações de Rádio Base (ERB) instaladas em Luiz Alves – 2016

DDD	Operadora	ERB instalada
47	CLARO	Sim
	NEXTEL	Não
	OI MÓVEL	Não
	TIM	Sim
	VIVO	Sim

Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) – Estações de Rádio Base – 2016.

Nota: A não instalação de ERB, não indica a ausência de cobertura.

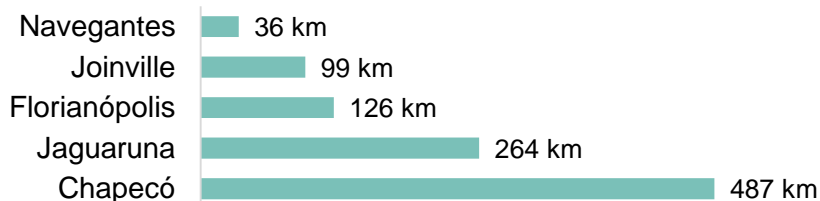
4.6 Transportes

Segundo o IBGE, em 2010, Luiz Alves apresentava 61,7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 7,3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

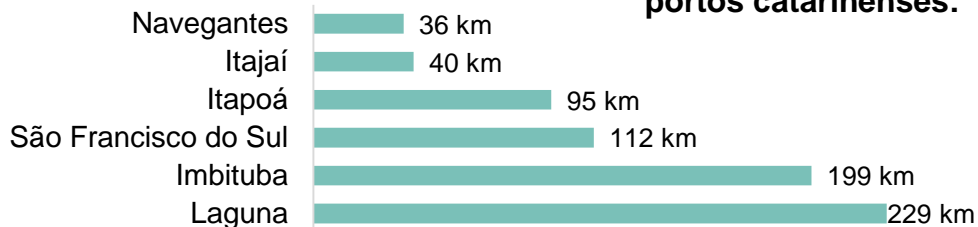
A principal via rodoviária do município é a Rodovia SC-414 (anteriormente denominada Rod. SC 413), que o liga ao litoral pelas BR 470 e BR 101. O aeroporto mais próximo da cidade está localizado a 36 km, em Navegantes.



Distância rodoviária de Luiz Alves em relação aos principais aeroportos catarinenses:



Distância rodoviária de Luiz Alves em relação aos principais portos catarinenses:



Distância rodoviária em relação aos principais aeroportos e portos catarinenses.

Fonte: CIASC – Mapa Interativo de Santa Catarina.

5 FINANÇAS PÚBLICAS

Os indicadores e informações apresentados neste capítulo são oriundos de dados oficiais coletados junto a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Em 2015, Luiz Alves registrou uma receita arrecadada de R\$ 29,9 milhões e uma despesa de R\$ 30,6 milhões. Considerando a parcela disponível da receita corrente após a cobertura das despesas de pessoal e custeio e da amortização e juros da dívida, a capacidade de poupança do município ficou em 3,2% - um patamar abaixo dos 9,9% registrado em 2013, ou seja, houve uma redução da capacidade de financiar investimentos com recursos próprios. Vale notar que no tocante à capacidade de investimento público per capita, Luiz Alves fechou o ano de 2015 na 192ª colocação catarinense.

Em 2015, as Receitas de Transferência da União representaram 33,6% da receita arrecadada pelo município. No mesmo ano, as receitas tributárias somaram R\$ 1,9 milhão (a 141ª arrecadação tributária de Santa Catarina).

Sob a perspectiva da relação entre capacidade de geração de receita própria e transferências intergovernamentais, no ano de 2015, Luiz Alves registrou uma relação de 0,13. Ou seja, para cada R\$ 1,00 oriundo de transferências intergovernamentais, o município conseguiu gerar R\$ 0,13 de receita própria. Em 2013, esta relação era de 0,10.

Em 2015, Luiz Alves ficou na 239ª colocação em arrecadação per capita de ISS e na 179ª posição estadual de recolhimento per capita de IPTU.



Receita Orçamentária – Luiz Alves – 2013/2015

Rubrica	2013		2015		Δ (%) 2015/2013
	Reais	(%)	Reais	(%)	
Receita Corrente	28.190.488	112,0	32.446.923	108,4	15,1
Receita tributária	1.493.794	5,3	1.905.952	5,9	27,6
ISS	389.136	26,1	517.147	27,1	32,9
IPTU	294.490	19,7	364.369	19,1	23,7
IRRF	251.008	16,8	252.130	13,2	0,4
ITBI	105.548	7,1	168.382	8,8	59,5
ITR	-	0,0	-	0,0	0,0
Taxas e Cont. de melhoria	453.612	30,4	603.925	31,7	33,1
Receita de transf. intergovernamentais	25.032.785	88,8	27.979.448	86,2	11,8
Cota FPM	7.345.225	29,3	8.401.777	30,0	14,4
Cota ICMS	9.271.396	37,0	9.917.040	35,4	7,0
FUNDEB	3.690.552	14,7	4.455.202	15,9	20,7
SUS (União + Estado)	2.468.479	9,9	2.289.110	8,2	-7,3
Cota IPVA	1.076.006	4,3	1.300.566	4,6	20,9
Royalties	104.400	0,4	88.075	0,3	-15,6
Outras transf. intergovernamentais	1.076.729	4,3	1.527.677	5,5	41,9
Outras receitas de transferências	618.079	2,2	583.242	1,8	-5,6
Outras receitas correntes	1.045.830	3,7	1.978.281	6,1	89,2
Receita de capital	516.180	2,1	1.470.946	4,9	185,0
Total de deduções	- 3.535.172	-14,0	- 3.993.673	-13,3	13,0
Total da receita	25.171.496	100,0	29.924.196	100,0	18,9

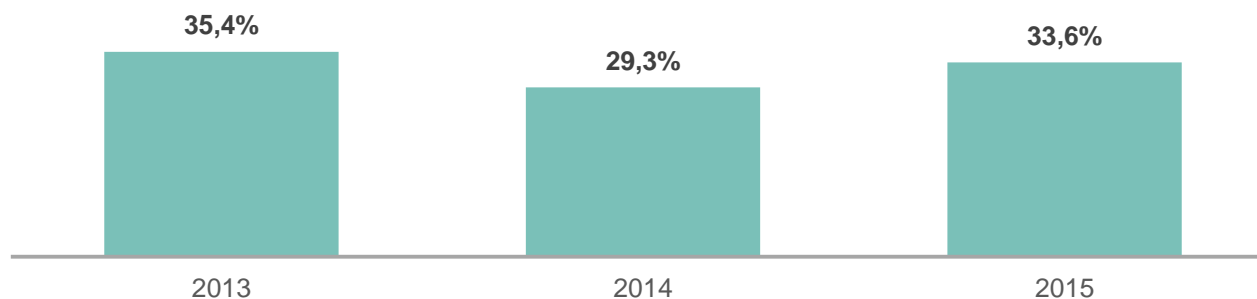
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – 2013-2015.

Despesas Orçamentárias Empenhadas – Luiz Alves – 2013/2015

Rubrica	2013		2015		Δ (%) 2015/2013
	Reais	(%)	Reais	(%)	
Despesas Correntes	21.754.218	90,4	27.312.668	89,2	25,6
Pessoal e encargos sociais	12.195.498	56,1	14.410.818	52,8	18,2
Juros e encargos dívida	145.957	0,7	12.347	0,0	-91,5
Outras despesas correntes	9.412.763	43,3	12.889.503	47,2	36,9
Despesas de Capital	2.299.474	9,6	3.300.572	10,8	43,5
Investimentos	1.199.297	52,2	3.036.383	92,0	153,2
Inversões financeiras	640.000	27,8	300	0,0	-100,0
Amortização da dívida	460.177	20,0	263.889	8,0	-42,7
Reserva de RPPS e de contingência	-	0,0	-	0,0	0,0
Total da despesa	24.053.692	100,0	30.613.240	100,0	27,3

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – SICONFI – 2013-2015.

Participação das Transferências da União na Receita Arrecadada de Luiz Alves



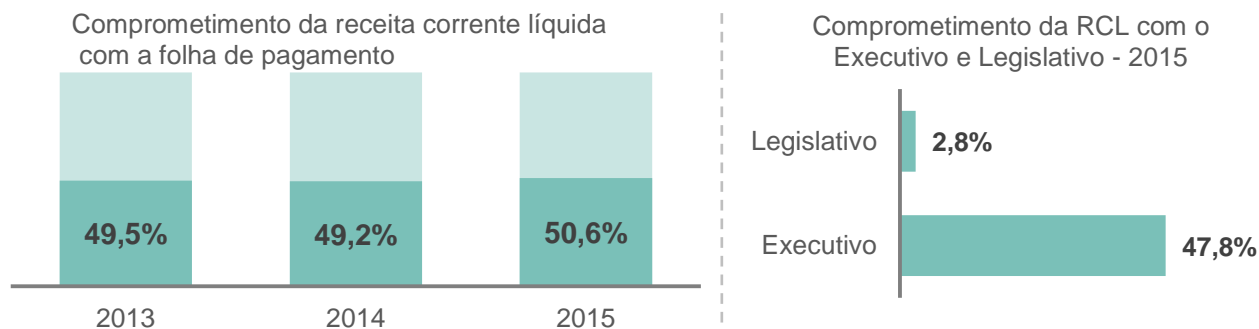
Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina – Informações dos municípios – 2013-2015.

Participação das Transferências da União na Receita Arrecadada nos municípios do Cluster – 2015



Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina – Informações dos municípios – 2015.

Comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) de Luiz Alves com a folha de pagamento e da RCL com o Legislativo e Executivo municipal

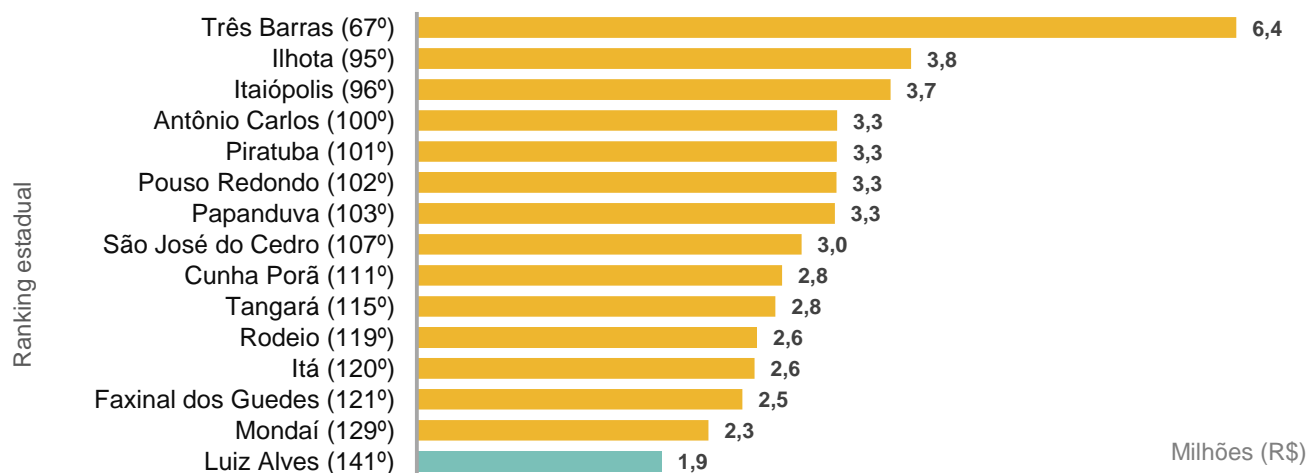


Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina – Informações dos municípios – 2013-2015.

Conforme apresentado no gráfico anterior, vale sublinhar que, nos três anos da série apresentada, Luiz Alves atendeu ao disposto no artigo 169 da Constituição Federal de 1988, dispõe que “a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar”.

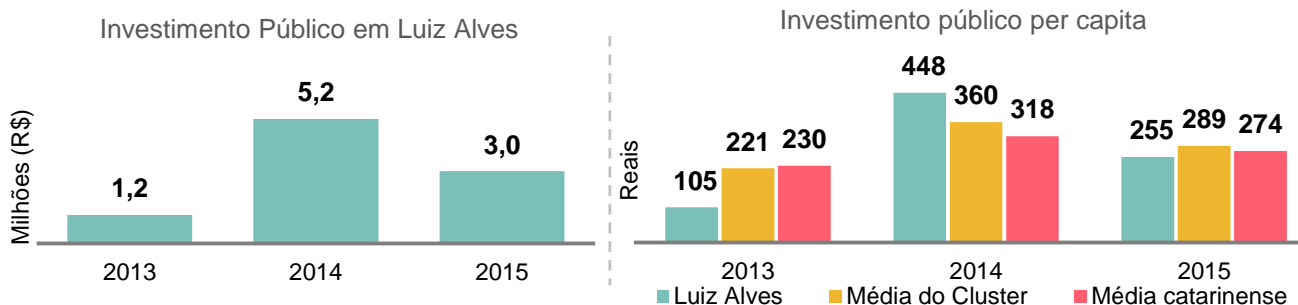
A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) fixou que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, para os Municípios, não poderá exceder o percentual de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida (artigo 19), assim distribuídos (artigo 20): 6% para o Legislativo e 54% para o Executivo.

Comparativo da receita tributária dos municípios do Cluster – 2015



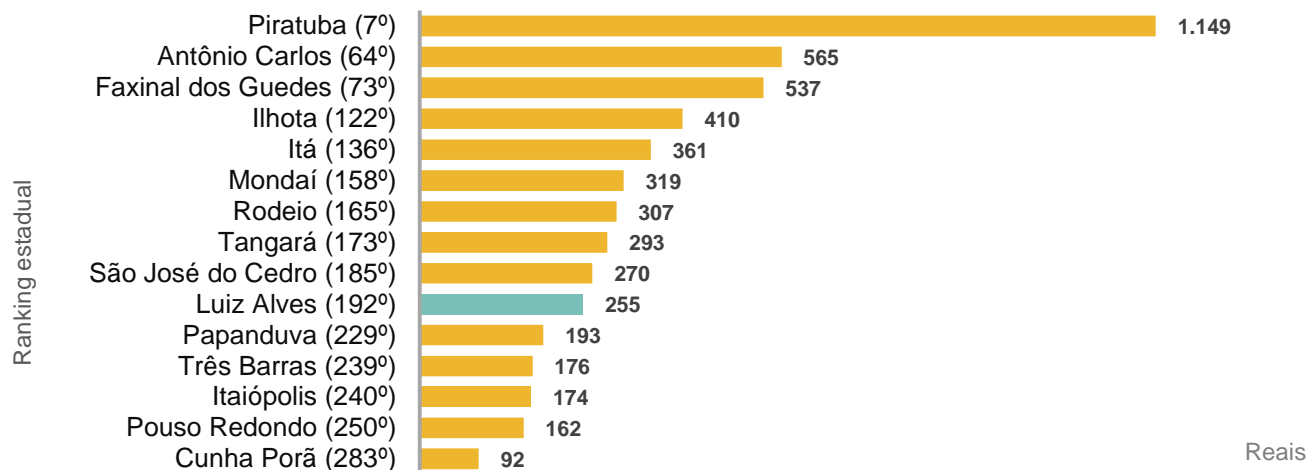
Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina – Informações dos municípios – 2015.

Investimento Público em Luiz Alves e comparativo do investimento per capita



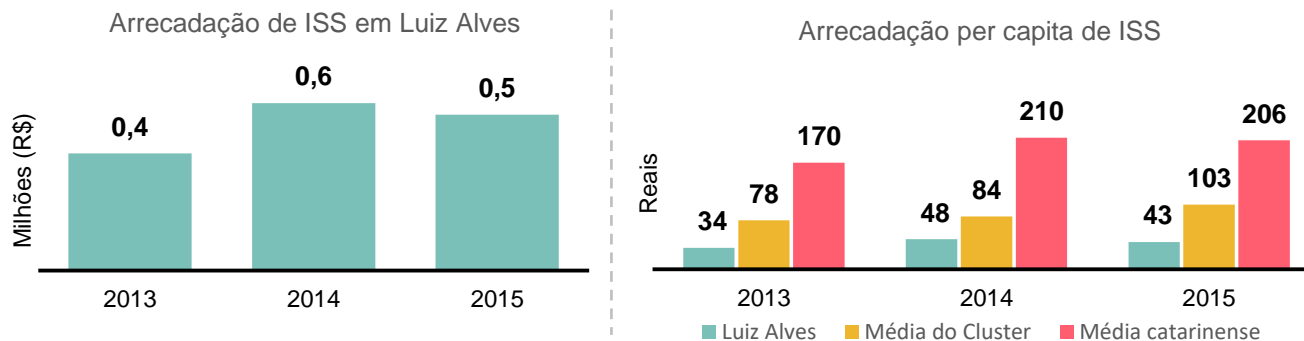
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – SICONFI – 2013-2015.

Investimento público per capita dos municípios do Cluster – 2015



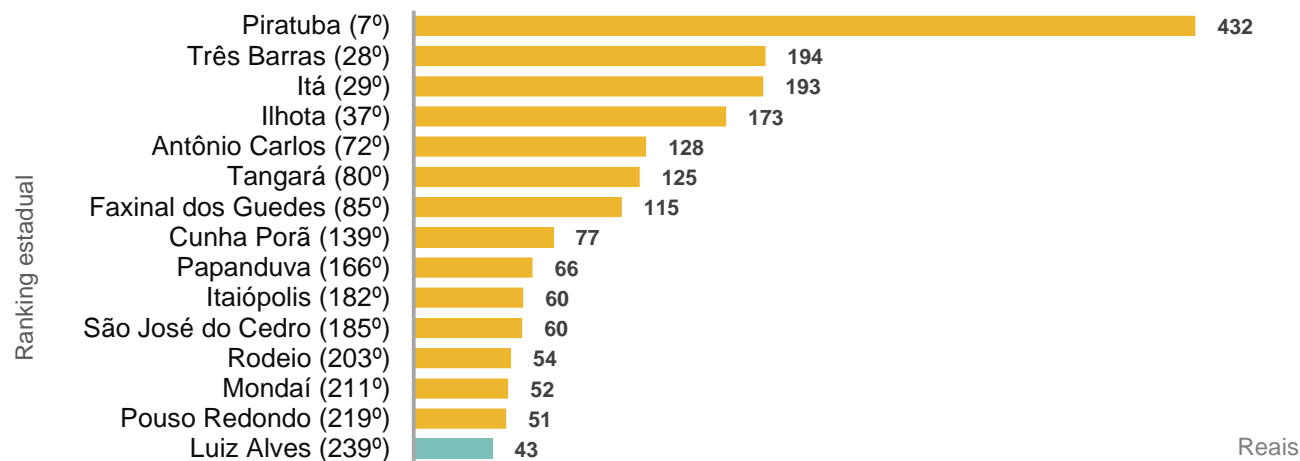
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – SICONFI – 2015.

Arrecadação de ISS em Luiz Alves e comparativo da arrecadação per capita



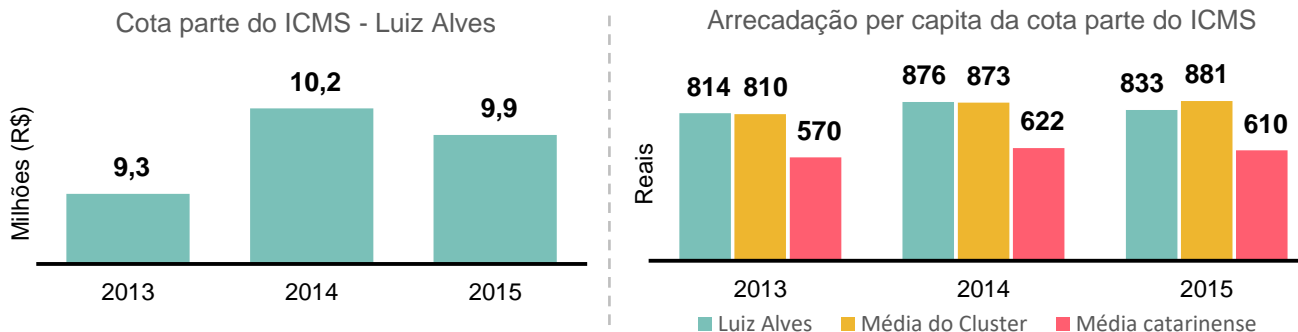
Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina – Informações dos municípios – 2013-2015.

Arrecadação per capita de ISS nos municípios do Cluster – 2015



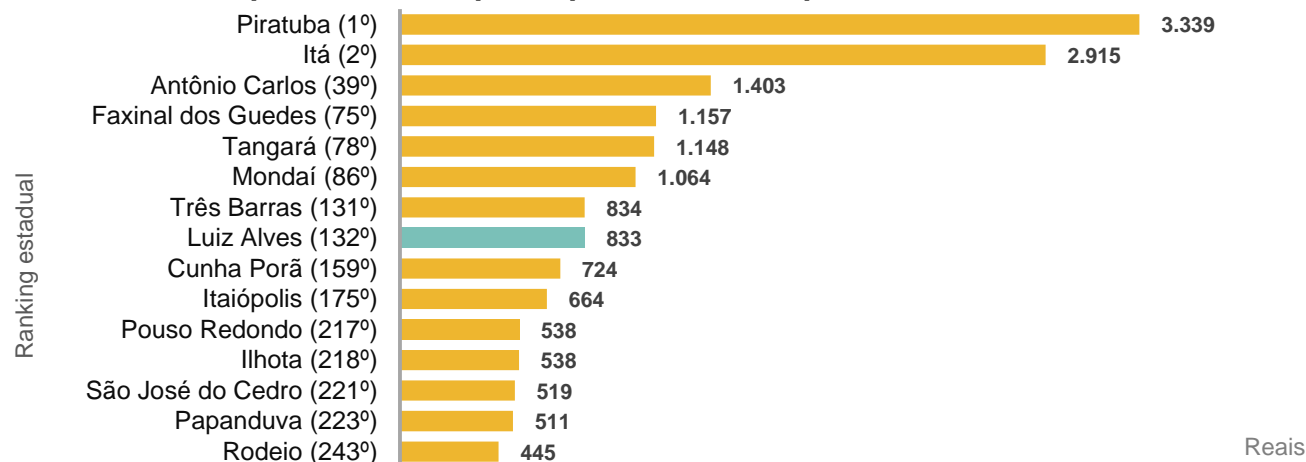
Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina – Informações dos municípios – 2015.

Cota parte do ICMS em Luiz Alves e comparativo da arrecadação per capita



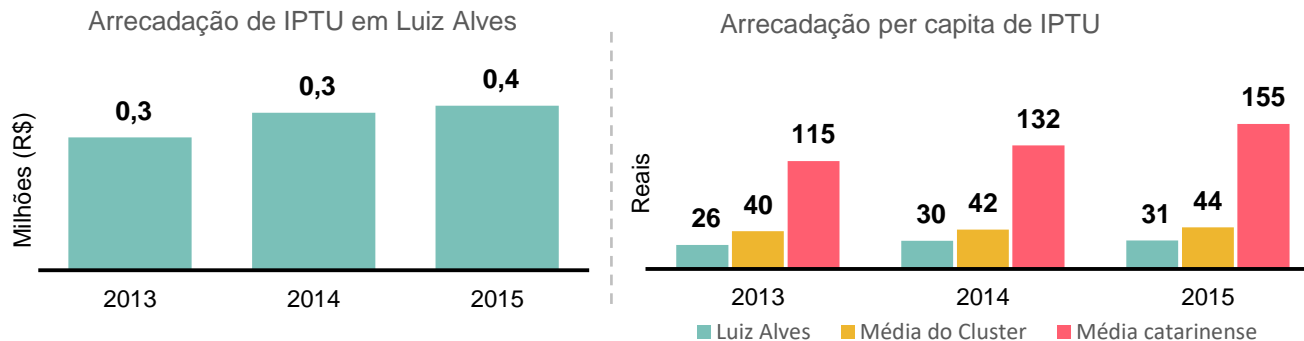
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – SICONFI – 2013-2015.

Cota parte do ICMS per capita dos municípios do Cluster – 2015



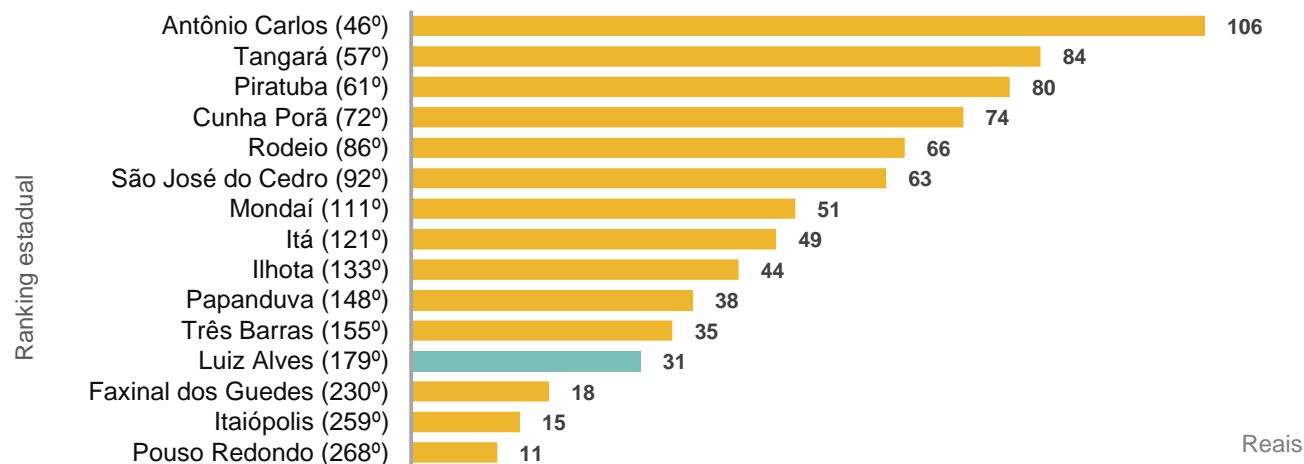
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – SICONFI – 2015.

Arrecadação de IPTU em Luiz Alves e comparativo da arrecadação per capita



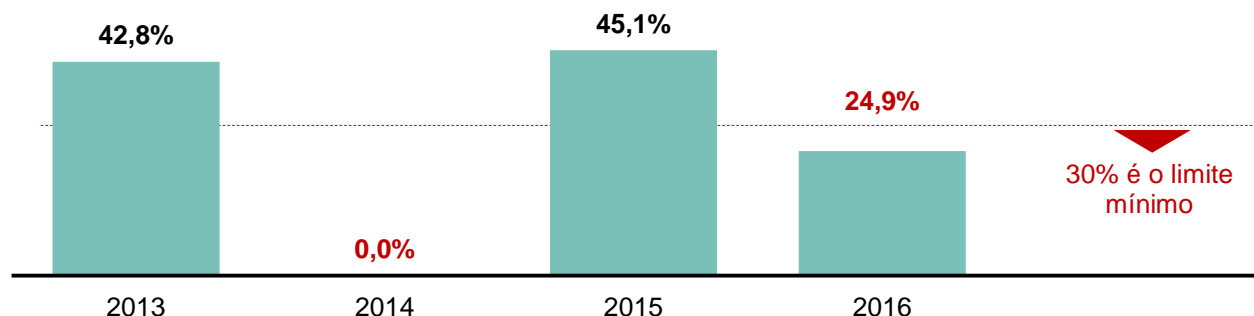
Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina – Informações dos municípios – 2015.

Arrecadação per capita de IPTU nos municípios do Cluster – 2015



Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina – Informações dos municípios – 2015.

Percentual de aquisição de produtos da agricultura familiar⁶ para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Luiz Alves



Fonte: Fundo Nacional da Educação – FNDE.

Luiz Alves alcançou o limite mínimo estipulado de aquisição de produtos da agricultura familiar (PNDE) em dois dos quatro anos da série.

⁶ A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório. A conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da AE, em especial no que tange:

- Ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e;
- Ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar.

6 ASPECTOS ECONÔMICOS

Esta seção estabelece uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica econômica de Luiz Alves. As informações e análises trazidas, são oriundas de fontes oficiais e estão organizadas em cinco subitens: produto interno bruto, comércio exterior, empresas e empregos, microempreendedores individuais e valor adicionado fiscal.

6.1 Produto Interno Bruto - PIB

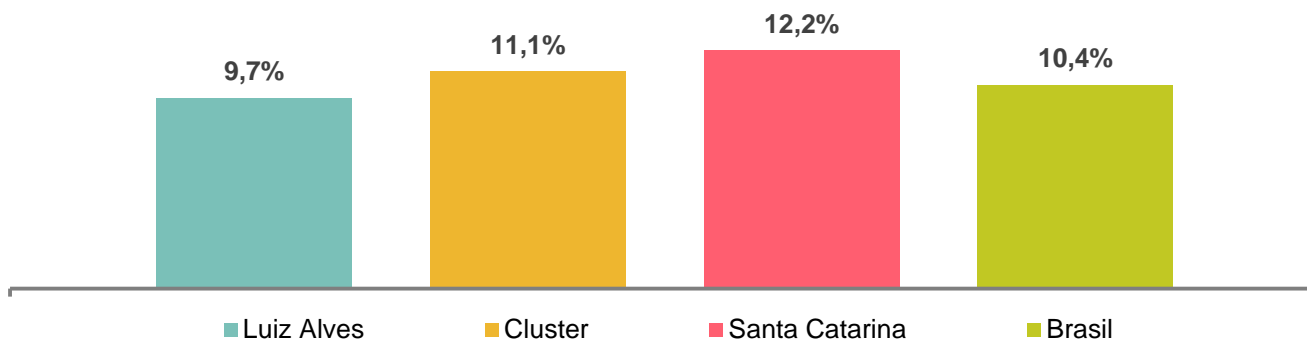
Segundo o IBGE, em 2014, a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos por Luiz Alves alcançou um montante de R\$ 472,5 milhões. O PIB deste município apresentou um ritmo de crescimento inferior à média estadual, o que significou a queda de sua participação de 0,21% em 2010, para 0,19% do PIB catarinense em 2014.

PIB e PIB per capita a preços correntes – Luiz Alves – 2010-2014				
Ano	PIB a preços correntes		PIB per capita a preços correntes	
	(Mil reais)	Posição em SC	(Reais)	Posição em SC
2010	326.048	79º	31.237	24º
2011	322.168	90º	30.313	48º
2012	353.866	87º	32.732	47º
2013	406.347	88º	35.660	49º
2014	472.491	85º	40.547	38º

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios – 2014.

Nota: PIB em valores nominais.

Taxa média anual de crescimento do PIB em valores correntes – 2010-2014



Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios - 2014.

Em 2014, segundo dados da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina, 13,9% do PIB luizalvense estava ligado à agropecuária, 34,6% à indústria, 6,4% ao comércio e 18,3% ao segmento de prestação de serviços. A administração pública e os impostos representavam 26,8%.

Representatividade do VAB na composição do PIB – 2014

Valor adicionado bruto (VAB)	Luiz Alves	Cluster	Santa Catarina
1. Agropecuária	13,9%	16,9%	5,2%
2. Indústria	34,6%	36,5%	25,5%
3. Comércio	6,4%	6,9%	13,5%
4. Serviços	18,3%	19,4%	29,1%
5. Administração Pública	9,3%	10,4%	10,9%
6. Impostos	17,4%	9,9%	15,8%
Total do PIB	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina - Diretoria de Estatística e Cartografia - 2014.

As tabelas a seguir apresentam uma estratificação do valor adicionado bruto (VAB) da agropecuária, indústria, comércio e serviços.

Estratificação do VAB Agropecuário e Industrial, segundo atividades econômicas – Luiz Alves – 2014		
Segmento econômico	Mil (reais)	Participação
1. VAB Agropecuária	65.911	13,9%
1.1 Lavoura permanente	46.220	70,1%
1.2 Lavoura temporária	5.604	8,5%
1.3 Pecuária	3.873	5,9%
1.3.1 Criação de aves	1.153	29,8%
1.3.2 Criação de suínos	97	2,5%
1.3.3 Criação de bovinos e outros animais	2.623	67,7%
1.4 Pesca e aquicultura	1.362	2,1%
1.5 Silvicultura e extração vegetal	8.852	13,4%
2. VAB Indústria	163.485	34,6%
2.1 Extrativa	-	0,0%
2.2 Transformação	147.511	90,2%
2.2.1 Alimentos e Bebidas	12.346	8,4%
2.2.2 Automóveis	-	0,0%
2.2.3 Confecção e Têxtil	123.423	83,7%
2.2.4 Madeira e Celulose	2.615	1,8%
2.2.5 Eletrometal-Mecânica	594	0,4%
2.2.6 Demais	8.533	5,8%
2.3 Construção Civil	11.230	6,9%
2.4 Serviços industriais de utilidade pública	4.744	2,9%

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina - Diretoria de Estatística e Cartografia - 2014.

Nota: VAB em valores nominais.

Estratificação do VAB do Comércio e Serviços, segundo atividades econômicas – Luiz Alves – 2014

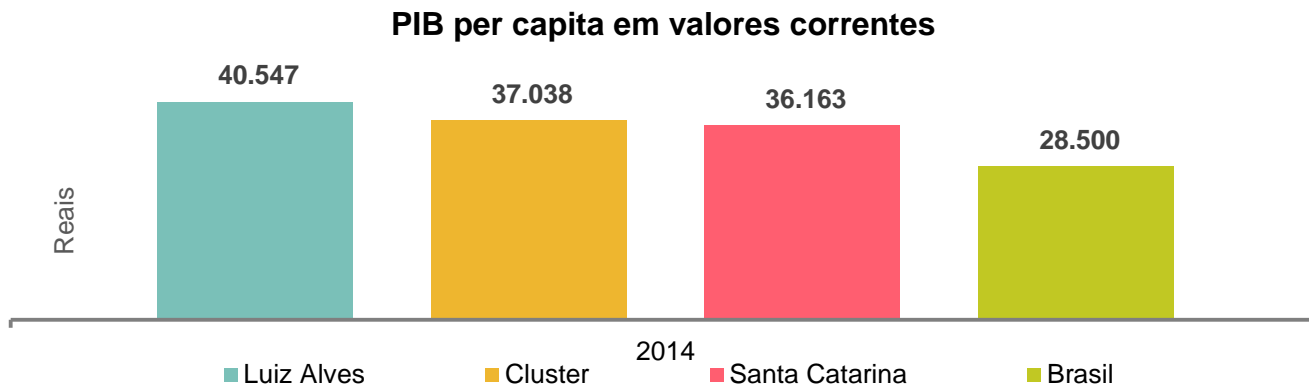
Segmento econômico	Mil (reais)	Participação
3. VAB do Comércio	30.144	6,4%
3.1. Atacadista, exceto combustíveis	1.894	6,3%
3.2. Veículos automotores e motocicletas	1.407	4,7%
3.3. Atacadista de combustíveis	951	3,2%
3.4. Varejista	25.892	85,9%
4. Prestação de serviços	86.671	18,3%
4.1 Alojamento e Alimentação	1.850	2,1%
4.1.1 Alojamento	82	4,4%
4.1.2. Alimentação - empresas não financeiras	697	37,7%
4.1.3 Alimentação - famílias	1.071	57,9%
4.2 Transporte, armazenagem e correio	17.820	20,6%
4.2.1 Transporte terrestre de passageiros	2.805	15,7%
4.2.2 Transporte de terrestre de cargas	8.080	45,3%
4.2.3 Transporte aquaviário	-	0,0%
4.2.4 Transporte aéreo	-	0,0%
4.2.5 Correio	379	2,1%
4.2.6 Armazenagem e outros	6.556	36,8%
4.3. Serviços de informação	2.848	3,3%
4.3.1 Telecomunicações	2.764	97,1%
4.3.2. Demais serviços de informações	84	2,9%
4.4 Intermediação financeira	4.217	4,9%
4.5 Atividades imobiliárias	22.756	26,3%
4.6. Ativ. Prof., científicas e téc., adm. e serv. complementares	23.070	26,6%
4.7 Educação Privada	74	0,1%
4.8 Saúde privada	2.913	3,4%
4.9 Artes, cultura, esporte e recreação, outras atividades de serviços	11.122	12,8%

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina - Diretoria de Estatística e Cartografia - 2014.

Nota: VAB em valores nominais.



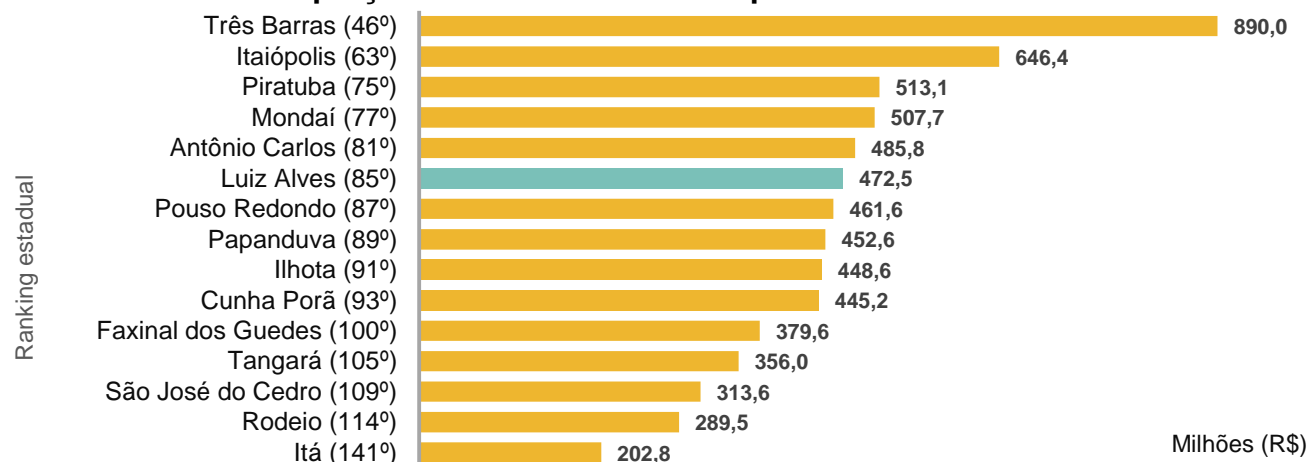
Em 2014, o PIB per capita de Luiz Alves, alcançou o valor de R\$ 40.547,00, o 38º maior de Santa Catarina. No comparativo deste indicador, o município ficou acima da média catarinense.



Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios – 2014.

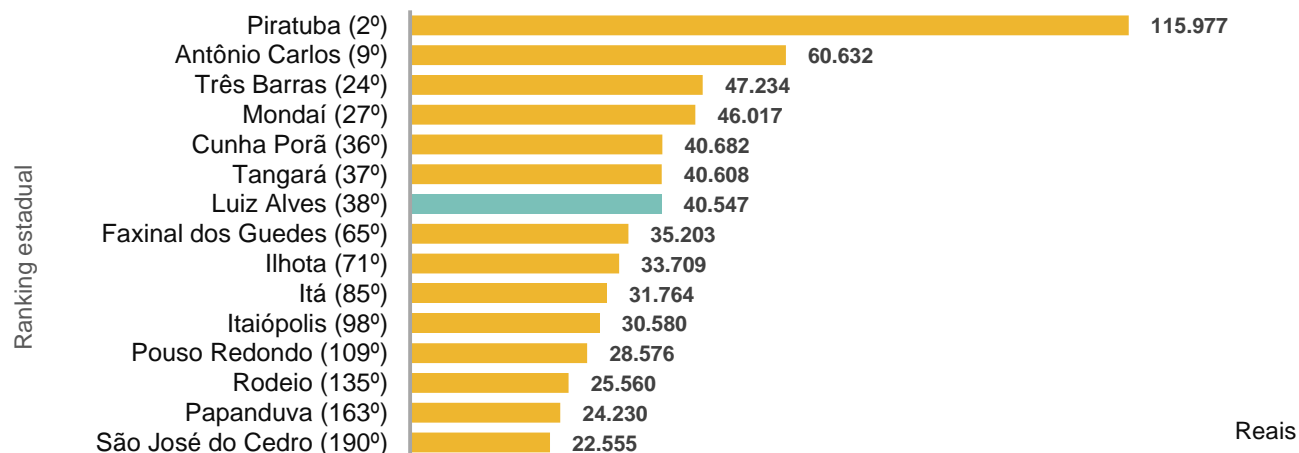
Os gráficos a seguir, caracterizam o posicionamento de Luiz Alves frente ao cenário estadual e do cluster em relação ao PIB e PIB per capita de 2014.

PIB a preços correntes nos municípios do Cluster – 2014



Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios – 2014.

PIB per capita a preços correntes nos municípios do Cluster – 2014



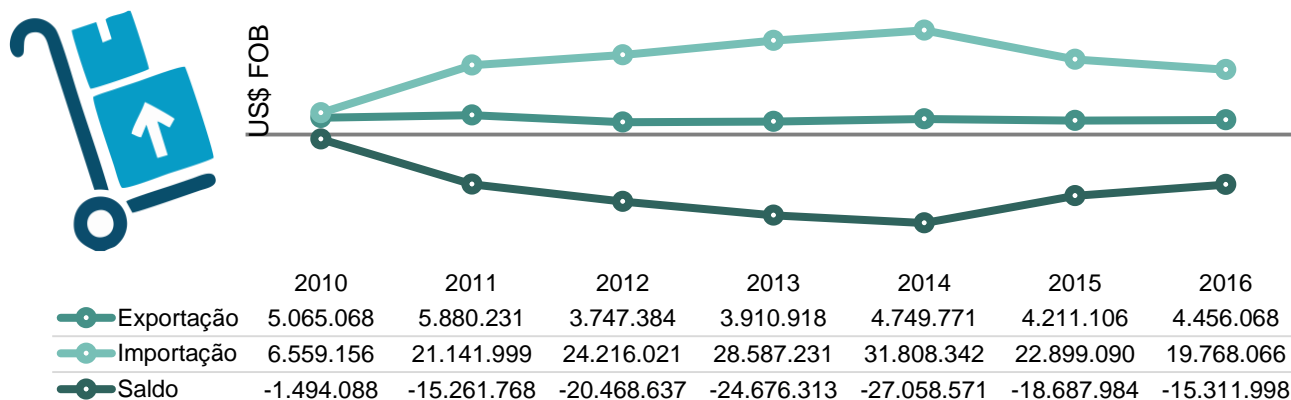
Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios – 2014.

6.2 Comércio Exterior

Do ponto de vista do comércio internacional, Luiz Alves registrou em 2016 uma corrente de comércio de US\$ 24,2 milhões, com elevação de 108,4% sobre 2010, quando atingiu US\$ 11,6 milhões.

As exportações encerraram 2016 com um valor de US\$ 4,5 milhões e as importações, com US\$ 19,8 milhões. Em relação a 2010, as exportações apresentaram queda de 12,0%, e as importações, uma alta de 201,4%. Com esse desempenho, a balança comercial do município fechou 2016 com um saldo negativo de US\$ 15,3 milhões.

Balança Comercial de Luiz Alves



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior (DEPLA), Balança Comercial Brasileira por UF.

Em 2016, segundo dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações de Luiz Alves foram realizadas por 10 empresas.

Número de empresas, segundo as faixas de valores exportados – Luiz Alves – 2010/2016		
Faixa de exportação	2010	2016
Até US\$ 1 milhão	3	8
Entre US\$ 1 milhão e US\$ 5 milhões	2	2
Entre US\$ 5 e US\$ 10 milhões	-	-
Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões	-	-
Entre US\$ 50 e US\$ 100 milhões	-	-
Acima de US\$ 100 milhões	-	-
Total	5	10

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior (DEPLA), Balança Comercial Brasileira por UF.

A tabela a seguir apresenta os principais países de destino das exportações e origem das importações de Luiz Alves em 2016.



Principais países de destino das exportações e origem das importações – Luiz Alves – 2016					
Destino das exportações			Origem das importações		
País	US\$ FOB	(%)	País	US\$ FOB	(%)
Uruguai	3.797.251	85,21528397	China	10.062.436	50,9
Argentina	443.060	9,942846474	Indonésia	3.292.884	16,7
Paraguai	144.525	3,243330218	Bangladesh	1.442.916	7,3
Alemanha	25.221	0,56599226	Vietnã	1.272.183	6,4
Espanha	21.975	0,493147771	Índia	1.027.023	5,2
Panamá	13.296	0,298379648	Tailândia	859.471	4,3
Costa Rica	10.180	0,228452528	Turquia	729.375	3,7
Chile	560	0,012567133	Sri Lanka	398.947	2,0
Demais países	-	0	Demais países	682.831	3,5
Total	4.456.068	100	Total	19.768.066	100,0

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior (DEPLA), Balança Comercial Brasileira por UF.

6.3 Empresas e Empregos

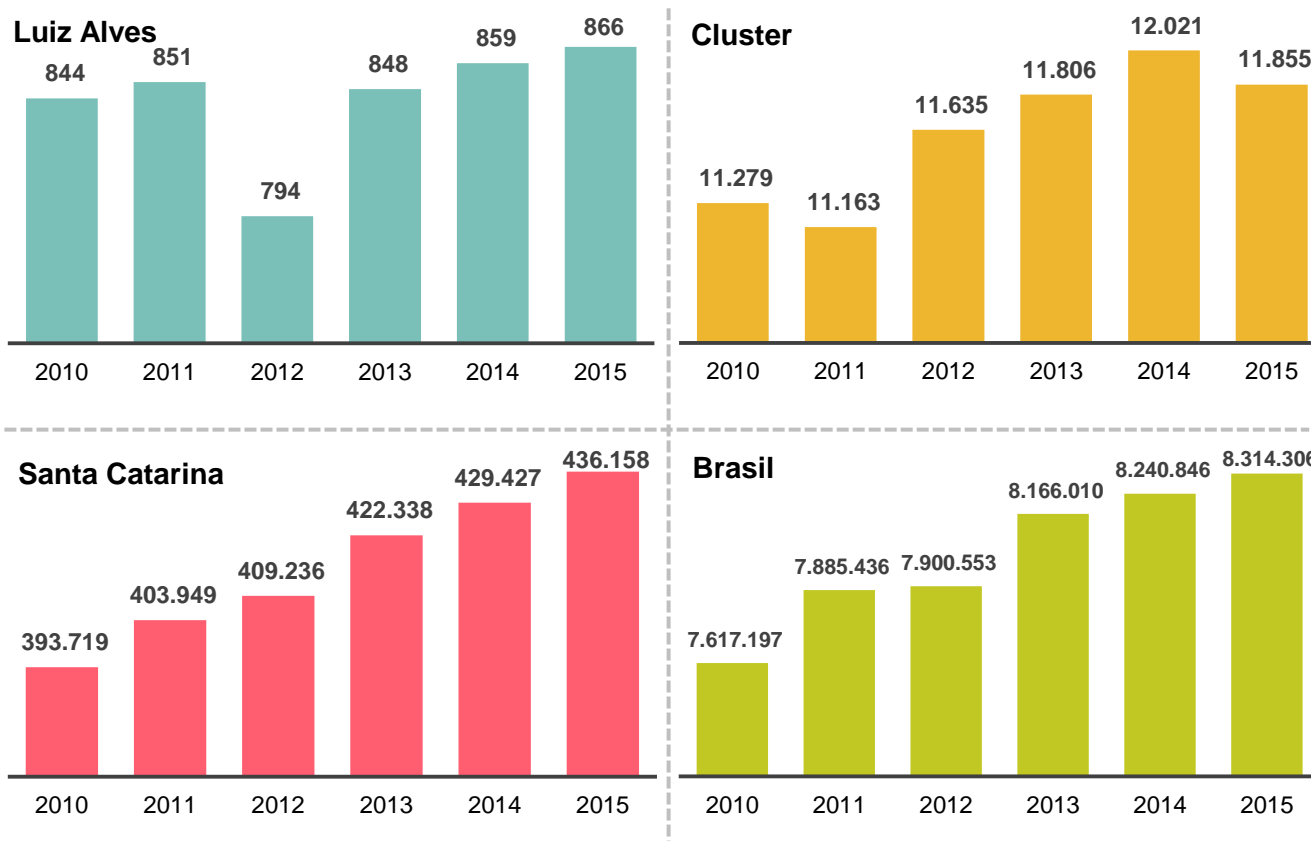
No que diz respeito ao estoque de empresas e empregos, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, relativos a 2015, Luiz Alves contava com 866 estabelecimentos que totalizavam 4.229 empregos formais. Em 2015, as empresas de micro e pequeno porte representavam 99,3% dos negócios do município. As MPE foram responsáveis por 51,9% dos postos formais de trabalho.

Entre 2010 e 2015, o estoque de empresas registrou uma taxa média anual de crescimento de 0,5% ao ano, resultando no incremento de 22 empresas em relação ao primeiro ano. Nesse período, a evolução do número de empregos formais registrou uma taxa média de 2,2% ao ano, que significou a agregação de 437 novos postos formais de trabalho.



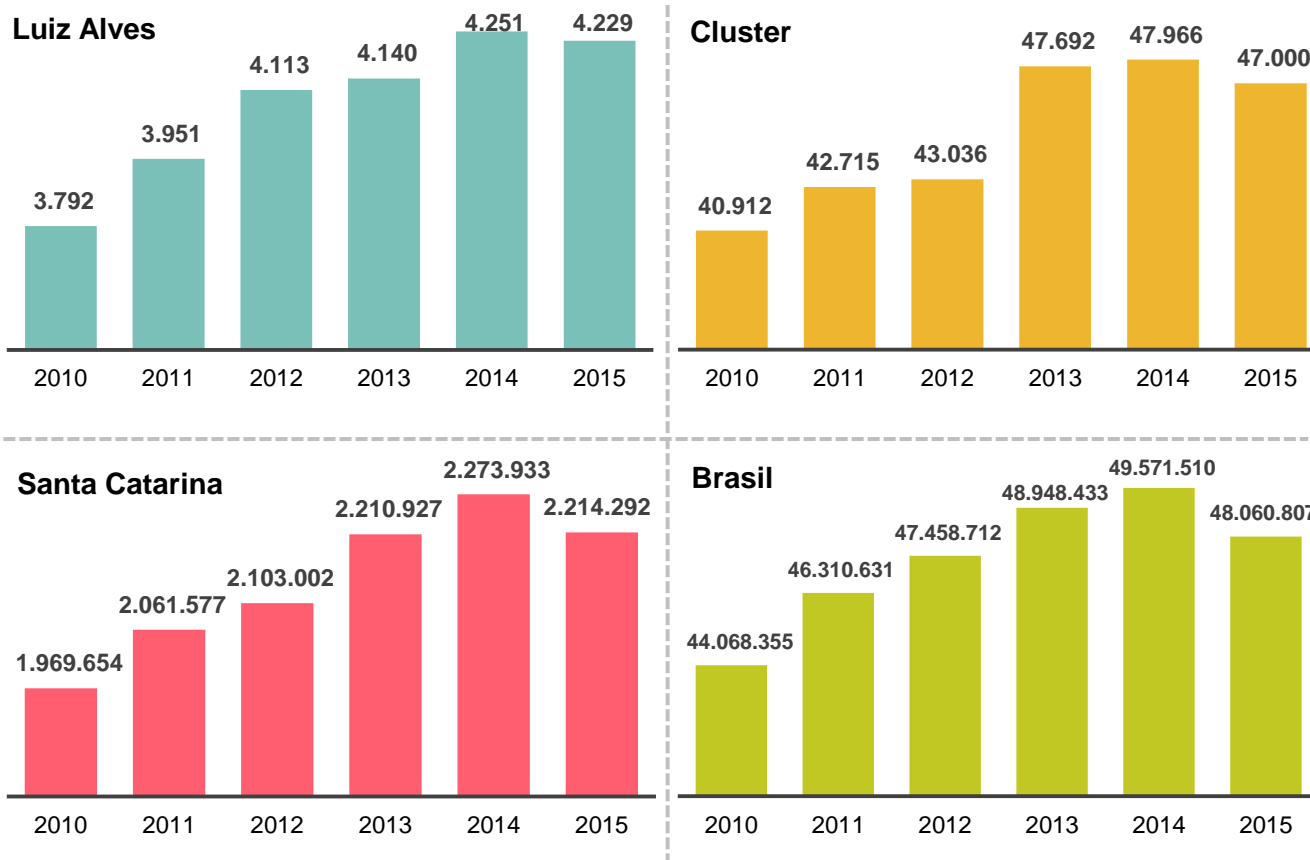
É oportuno salientar que no período de 2010 a 2015, a taxa média anual de crescimento do estoque de empresas e empregos de Luiz Alves ficou abaixo da média registrada pelo cluster e estado.

Varição do estoque de empresas



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

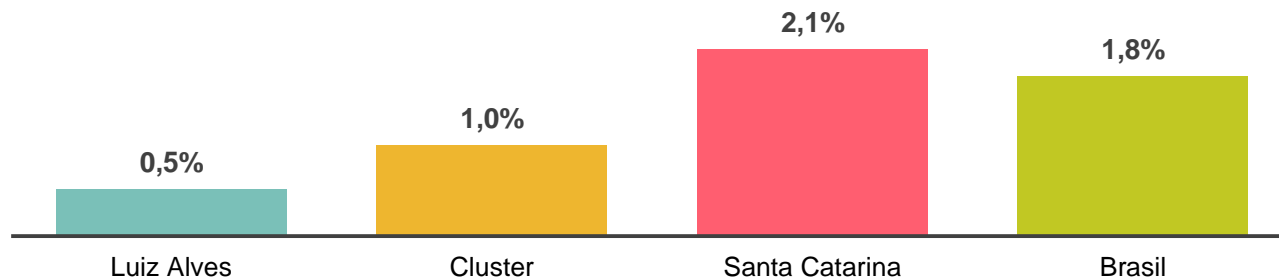
Variação do estoque de empregos



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.



Taxa média anual de crescimento do estoque de empresas - 2010/2015



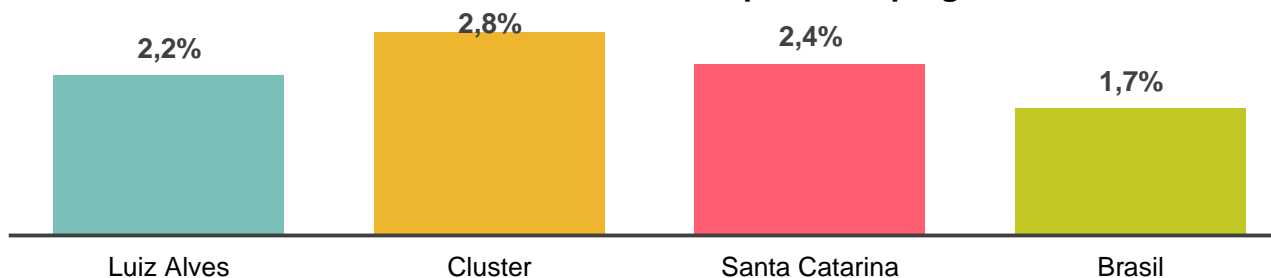
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Taxa média anual de crescimento e variação absoluta do estoque de empresas dos municípios do Cluster - 2015/2010

Ranking estadual (Taxa média anual de crescimento 2015/2010)		Ranking estadual (Crescimento absoluto 2015/2010)	
Antônio Carlos (82º)	2,9%	Antônio Carlos (93º)	78
Cunha Porã (248º)	-0,9%	Cunha Porã (280º)	-49
Faxinal dos Guedes (216º)	0,1%	Faxinal dos Guedes (212º)	4
Ilhota (69º)	3,2%	Ilhota (75º)	110
Itá (155º)	1,3%	Itá (125º)	40
Itaiópolis (244º)	-0,8%	Itaiópolis (273º)	-39
Luiz Alves (196º)	0,5%	Luiz Alves (163º)	22
Mondaí (63º)	3,4%	Mondaí (77º)	107
Papanduva (233º)	-0,4%	Papanduva (251º)	-16
Piratuba (17º)	5,9%	Piratuba (55º)	158
Pouso Redondo (68º)	3,3%	Pouso Redondo (65º)	129
Rodeio (188º)	0,7%	Rodeio (151º)	26
São José do Cedro (133º)	1,7%	São José do Cedro (88º)	84
Tangará (269º)	-1,7%	Tangará (277º)	-48
Três Barras (245º)	-0,8%	Três Barras (264º)	-30

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Taxa média anual de crescimento do estoque de empregos - 2010/2015



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Taxa média anual de crescimento e variação absoluta do estoque de empregos dos municípios do Cluster - 2015/2010

Ranking estadual (Taxa média anual de crescimento 2015/2010)		Ranking estadual (Crescimento absoluto 2015/2010)	
Antônio Carlos (141º)	3,4%	Antônio Carlos (107º)	335
Cunha Porã (37º)	6,8%	Cunha Porã (65º)	764
Faxinal dos Guedes (254º)	0,7%	Faxinal dos Guedes (188º)	129
Ilhota (218º)	1,7%	Ilhota (128º)	262
Itá (292º)	-3,7%	Itá (289º)	-310
Itaiópolis (64º)	5,4%	Itaiópolis (51º)	976
Luiz Alves (195º)	2,2%	Luiz Alves (85º)	437
Mondaí (198º)	2,1%	Mondaí (132º)	247
Papanduva (48º)	6,1%	Papanduva (55º)	902
Piratuba (115º)	3,9%	Piratuba (119º)	285
Pouso Redondo (108º)	4,0%	Pouso Redondo (62º)	794
Rodeio (280º)	-0,9%	Rodeio (285º)	-149
São José do Cedro (204º)	2,0%	São José do Cedro (115º)	289
Tangará (192º)	2,3%	Tangará (137º)	233
Três Barras (103º)	4,2%	Três Barras (57º)	894

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Estoque de empresas, segundo seções de atividades econômicas da CNAE – Luiz Alves – 2010/2015

Atividades econômicas	Empresas 2010	Empresas 2015	Δ (%) acum. 2015/2010
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	161	134	-16,8
Indústrias extrativas	1	2	100,0
Indústrias de transformação	209	215	2,9
Eletricidade e gás	-	-	0,0
Água, esgoto, ativ. de gestão de resíduos e descontaminação	2	4	100,0
Construção	26	31	19,2
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	243	244	0,4
Transporte, armazenagem e correio	38	48	26,3
Alojamento e alimentação	40	39	-2,5
Informação e comunicação	5	3	-40,0
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	7	7	0,0
Atividades imobiliárias	3	7	133,3
Atividades profissionais, científicas e técnicas	15	19	26,7
Atividades administrativas e serviços complementares	14	24	71,4
Administração pública, defesa e seguridade social	2	2	0,0
Educação	4	13	225,0
Saúde humana e serviços sociais	11	12	9,1
Artes, cultura, esporte e recreação	24	18	-25,0
Outras atividades de serviços	39	44	12,8
Serviços domésticos	-	-	0,0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	0,0
Total	844	866	2,6

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.



Estoque de empregos, segundo seções de atividades econômicas da CNAE – Luiz Alves – 2010/2015

Atividades econômicas	Empregos 2010	Empregos 2015	Δ (%) acum. 2015/2010
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	299	255	-14,7
Indústrias extrativas	-	-	0,0
Indústrias de transformação	2.067	2.487	20,3
Eletricidade e gás	-	-	0,0
Água, esgoto, ativ. de gestão de resíduos e descontaminação	11	14	27,3
Construção	184	30	-83,7
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	624	746	19,6
Transporte, armazenagem e correio	141	242	71,6
Alojamento e alimentação	26	32	23,1
Informação e comunicação	1	1	0,0
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	79	7	-91,1
Atividades imobiliárias	2	-	-100,0
Atividades profissionais, científicas e técnicas	15	12	-20,0
Atividades administrativas e serviços complementares	56	36	-35,7
Administração pública, defesa e seguridade social	226	255	12,8
Educação	12	12	0,0
Saúde humana e serviços sociais	7	19	171,4
Artes, cultura, esporte e recreação	3	10	233,3
Outras atividades de serviços	39	71	82,1
Serviços domésticos	-	-	0,0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	0,0
Total	3.792	4.229	11,5

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.



As tabelas a seguir apresentam, respectivamente, a configuração do estoque de empresas e empregos do município para o ano de 2015, segundo o porte e perfil setorial.

Perfil do estoque de empresas e empregos, segundo o porte – Luiz Alves – 2015				
Porte	Empresas		Empregos	
	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação
Microempresas	816	94,2%	1.386	32,8%
Pequenas empresas	44	5,1%	809	19,1%
Médias empresas	3	0,3%	667	15,8%
Grandes empresas	3	0,3%	1.367	32,3%
Total	866	100,0%	4.229	100,0%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Perfil do estoque de empresas e empregos, segundo o setor de atuação – Luiz Alves – 2015				
Setor	Empresas		Empregos	
	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação
Agropecuário	134	15,5%	255	6,0%
Industrial	252	29,1%	2.531	59,8%
Comercial	244	28,2%	746	17,6%
Prestação de serviços	236	27,3%	697	16,5%
Total	866	100,0%	4.229	100,0%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

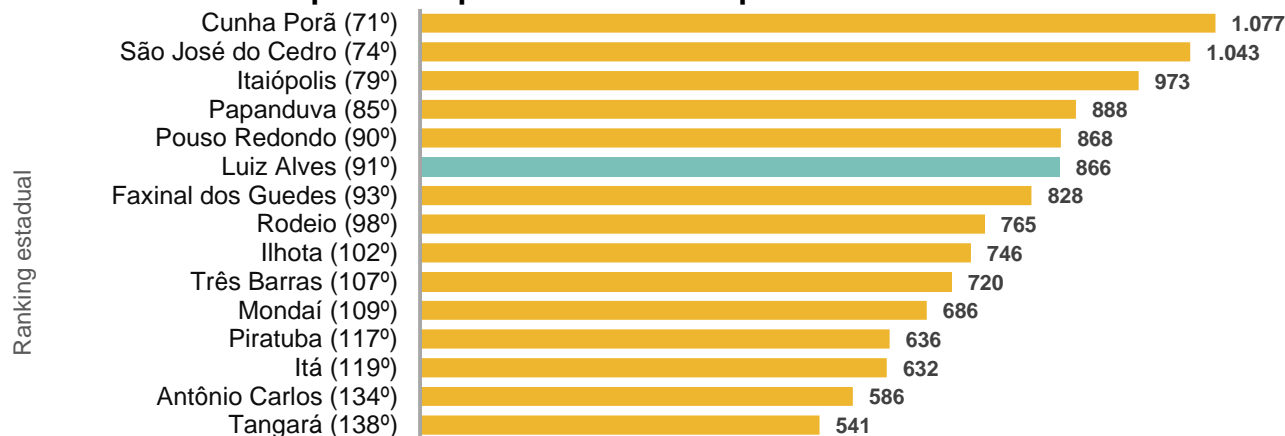
Média salarial, em Reais, segundo o gênero e seções de atividades econômicas – Luiz Alves – 2015			
Atividades econômicas	Homens (R\$)	Mulheres (R\$)	Média (R\$)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.440	1.148	1.407
Indústrias extrativas	-	-	-
Indústrias de transformação	1.931	1.536	1.711
Eletricidade e gás	-	-	-
Água, esgoto, ativ. de gestão de resíduos e descontaminação	3.394	6.919	3.645
Construção	1.633	1.191	1.618
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	1.817	1.585	1.723
Transporte, armazenagem e correio	1.765	1.535	1.736
Alojamento e alimentação	1.175	1.266	1.249
Informação e comunicação	-	-	-
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	6.143	2.515	5.106
Atividades imobiliárias	-	-	-
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.338	1.592	1.528
Atividades administrativas e serviços complementares	1.384	1.211	1.341
Administração pública, defesa e seguridade social	2.276	1.446	1.697
Educação	1.217	1.210	1.213
Saúde humana e serviços sociais	962	1.250	1.205
Artes, cultura, esporte e recreação	1.523	1.025	1.274
Outras atividades de serviços	1.331	1.545	1.509
Serviços domésticos	-	-	-
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-
Total	1.850	1.524	1.691

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Os gráficos a seguir apresentam comparativos do estoque de empresas e empregos para os municípios do cluster.

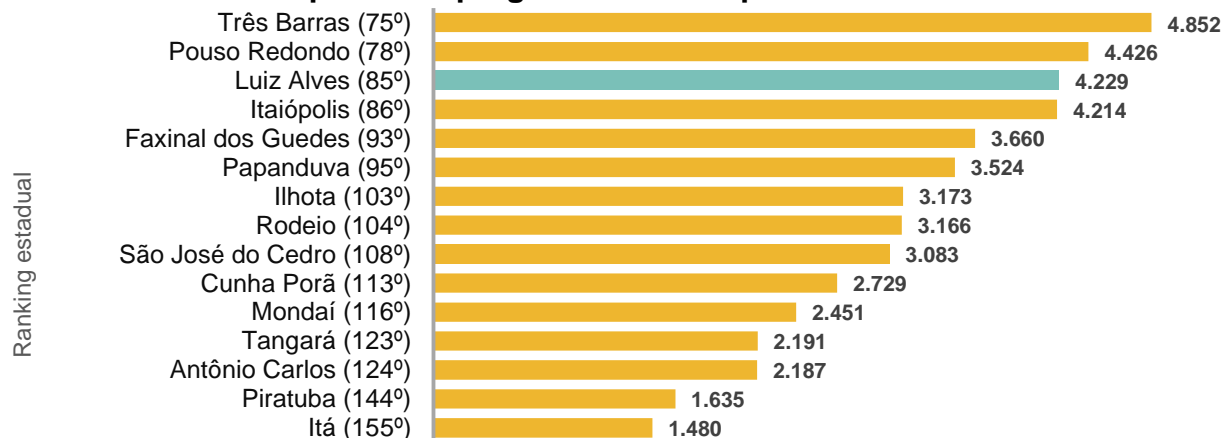


Estoque de empresas dos municípios do Cluster – 2015



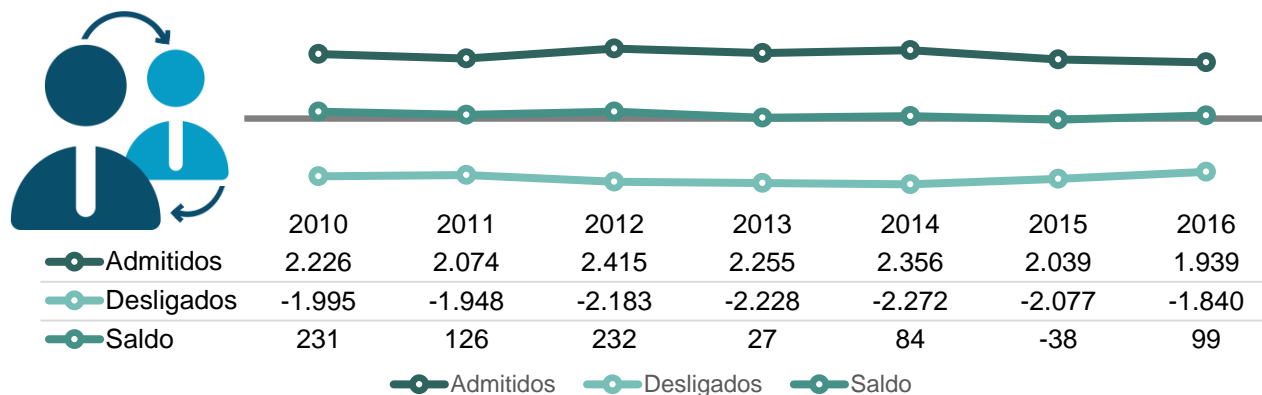
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Estoque de empregos dos municípios do Cluster – 2015



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75.

Movimentação do mercado de trabalho formal em Luiz Alves – saldo de admitidos e desligados



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED – Dec. 76.900/75.

6.4 Microempreendedor Individual – MEI

Em fevereiro de 2017, o município de Luiz Alves possuía 430 microempreendedores individuais, destes, 57,2% eram do sexo masculino e 42,8% feminino. A próxima tabela apresenta o número de registros de MEI segundo as seções de atividades econômicas da CNAE.

Número de microempreendedores individuais (MEI) em Luiz Alves, segundo seções de atividades econômicas da CNAE – fevereiro/2017

Atividades econômicas	Quantidade	Participação (%)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1	0,2%
Indústrias extrativas	-	0,0%
Indústrias de transformação	149	34,7%
Eletricidade e gás	-	0,0%
Água, esgoto, ativ. de gestão de resíduos e descontaminação	6	1,4%
Construção	42	9,8%
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	106	24,7%
Transporte, armazenagem e correio	13	3,0%
Alojamento e alimentação	32	7,4%
Informação e comunicação	-	0,0%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	-	0,0%
Atividades imobiliárias	-	0,0%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6	1,4%
Atividades administrativas e serviços complementares	19	4,4%
Administração pública, defesa e seguridade social	-	0,0%
Educação	6	1,4%
Saúde humana e serviços sociais	-	0,0%
Artes, cultura, esporte e recreação	3	0,7%
Outras atividades de serviços	46	10,7%
Serviços domésticos	1	0,2%
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	0,0%
Total	430	100,0%

Fonte: Sebrae/SC – Cadastro de Microempreendedores Individuais – fev.2017.

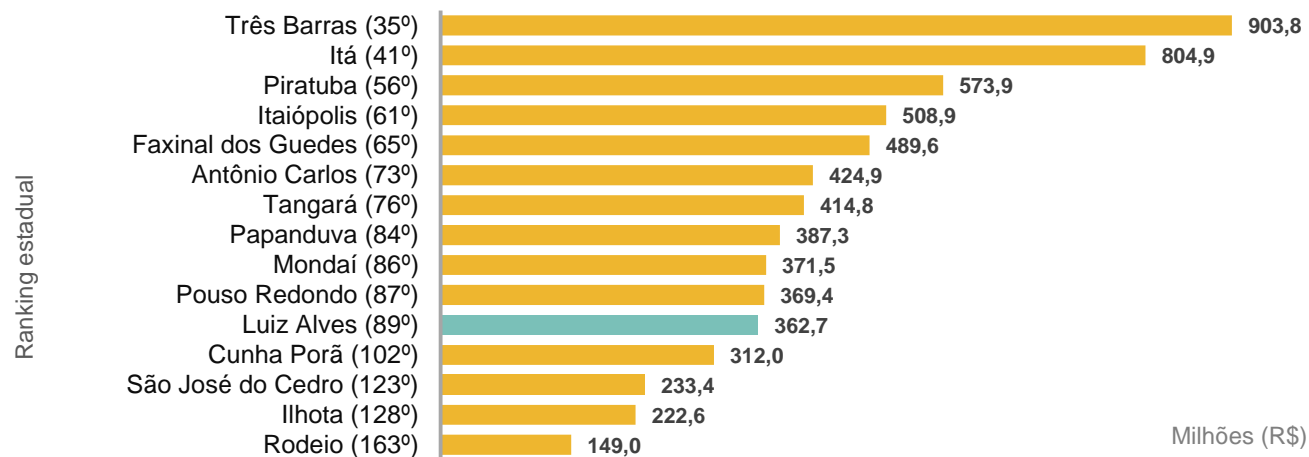
6.5 Valor Adicionado Fiscal - VAF

Valor Adicionado Fiscal (VAF) de Luiz Alves, segundo seções de atividades econômicas da CNAE – 2010/2015			
Atividades econômicas	2010 (Reais)	2015 (Reais)	Δ (%) 2015/2010
Agricultura, pecuária, prod. florestal, pesca e aquicultura	42.887.592	61.033.940	42,3
Indústrias extrativas	-	-	0,0
Indústrias de transformação	142.935.355	234.539.227	64,1
Eletricidade e gás	10.290.629	11.719.437	13,9
Água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação	-	-	0,0
Construção	-	211.077	0,0
Com. e reparação de veículos automotores e motocicletas	21.901.848	35.934.747	64,1
Transporte, armazenagem e correio	4.725.673	11.263.173	138,3
Alojamento e alimentação	583.159	1.178.375	102,1
Informação e comunicação	5.474.334	5.950.796	8,7
Atividades financeiras, de seguros e serv. relacionados	-	-	0,0
Atividades imobiliárias	-	-	0,0
Atividades profissionais, científicas e técnicas	-	-	0,0
Atividades administrativas e serviços complementares	28.902	41.790	44,6
Administração pública, defesa e seguridade social	-	-	0,0
Educação	-	13.790	0,0
Saúde humana e serviços sociais	-	-	0,0
Artes, cultura, esporte e recreação	-	16.260	0,0
Outras atividades de serviços	65.013	808.785	1.144,0
Serviços domésticos	-	-	0,0
Org. internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	0,0
Não classificado	-	-	0,0
Total	228.892.503	362.711.398	58,5

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina – Valor Adicionado Fiscal 2015.



Valor Adicionado Fiscal dos municípios do Cluster – 2015



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina – Valor Adicionado Fiscal 2015.

A próxima tabela apresenta para o ano de 2015 a representatividade do volume de empresas, empregos e valor adicionado fiscal.

Representatividade das atividades econômicas de Luiz Alves, segundo o estoque de empresas, empregos e montante apurado pelo VAF – 2015

Atividades econômicas	Empresas	Empregos	VAF
Agricultura, pecuária, prod. florestal, pesca e aquicultura	15,5%	6,0%	16,8%
Indústrias extrativas	0,2%	0,0%	0,0%
Indústrias de transformação	24,8%	58,8%	64,7%
Eletricidade e gás	0,0%	0,0%	3,2%
Água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação	0,5%	0,3%	0,0%
Construção	3,6%	0,7%	0,1%
Com. e reparação de veículos automotores e motocicletas	28,2%	17,6%	9,9%
Transporte, armazenagem e correio	5,5%	5,7%	3,1%
Alojamento e alimentação	4,5%	0,8%	0,3%
Informação e comunicação	0,3%	0,0%	1,6%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0,8%	0,2%	0,0%
Atividades imobiliárias	0,8%	0,0%	0,0%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	2,2%	0,3%	0,0%
Atividades administrativas e serviços complementares	2,8%	0,9%	0,0%
Administração pública, defesa e seguridade social	0,2%	6,0%	0,0%
Educação	1,5%	0,3%	0,0%
Saúde humana e serviços sociais	1,4%	0,4%	0,0%
Artes, cultura, esporte e recreação	2,1%	0,2%	0,0%
Outras atividades de serviços	5,1%	1,7%	0,2%
Serviços domésticos	0,0%	0,0%	0,0%
Org. internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,0%	0,0%	0,0%
Não classificado	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75; Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina – Valor Adicionado Fiscal – 2015.

7 ANÁLISE DO SETOR PRIMÁRIO

Em complemento aos levantamentos apresentados, esta parte do estudo visa a caracterização do setor primário – agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura – de Luiz Alves.

Conforme apresentado no capítulo anterior, em 2014, este setor respondeu por 13,9% do PIB municipal. Participação que alcança 19,0% se descontada a parcela do valor adicionado bruto ligada à administração pública e impostos.

Dados de 2015, do Ministério do Trabalho e Emprego apontam para a existência de 134 empresas e 255 empregos formais no município. Sobre estes números, vale ponderar a perspectiva de um menor nível de formalização do setor, aspecto que é reforçado por números do IBGE – relativos ao Censo Agropecuário de 2006 – que trazem o indicativo de um total de 764 estabelecimentos agropecuários⁷ e de 1.864 pessoas ocupadas na atividade agropecuária de Luiz Alves. Números que permitem inferir a respeito da possibilidade de que uma parte significativa dos produtores rurais do município tenham seus negócios à margem da formalização, ou mesmo, associados à cooperativas e sistemas integrados de produção.

Em adição ao levantamento do quantitativo de estabelecimentos agropecuários, empresas e empregos, fez-se conveniente o delineamento de um referencial a respeito de quais itens do setor primário de Luiz Alves se configuram entre os mais estratégicos para a dinâmica econômica do município. Este referencial, conforme descrito na metodologia empregada para a elaboração deste estudo baseou-se em dados do IBGE referentes à produção e movimentação econômica – agrícola, pecuária, extrativa vegetal e silvícola e na correlação com outros indicadores financeiros, entre eles, o valor adicionado bruto e fiscal.

⁷ Estabelecimento Agropecuário, segundo o IBGE, é toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, subordinadas a uma única administração (do produtor ou de um administrador), independentemente de tamanho, forma jurídica, situação (urbana ou rural) ou finalidade da produção (subsistência ou mercado).

Deste modo, cinco itens da pauta produtiva agropecuária de Luiz Alves foram compreendidos como mais estratégicos do ponto de vista de sua representatividade produtiva e econômica local. São eles: o cultivo de banana (principal destaque), palmito, cana-de-açúcar, a aquicultura – tilápias e carpas – e o plantio de pinus e eucalipto.



Cultivo de banana

O município detém a 2ª maior produção estadual.
Valor estimado da produção em 2015 – R\$ 69,9 milhões.



Cultivo de palmito

Maior produtor catarinense.
Valor estimado da produção em 2015 – R\$ 8,4 milhões.



Cultivo de cana-de-açúcar

3ª maior produtor estadual.
Valor estimado da produção em 2015 – R\$ 2,7 milhões.



Aquicultura – criação de tilápias e carpas

14º produtor estadual de tilápias e 25º de carpas.
Valor da produção em 2015 – R\$ 2,7 milhões (tilápias e carpas).



Plantio de eucalipto e pinus

O valor da produção de madeira em tora de eucalipto e pinus foi de R\$ 7,8 milhões em 2015.

Principais itens de produção do setor agropecuário de Luiz Alves.

Fonte: IBGE – Produção agrícola, pecuária, extrativa vegetal e silvícola – 2015.

As tabelas a seguir apresentam dados relativos a produção e movimentação econômica destes e dos demais itens da pauta agropecuária de Luiz Alves.

Produção e movimentação econômica da lavoura permanente em Luiz Alves - 2015					
Tipologia	Produção			Valor da produção local	
	Quantidade produzida (toneladas)	Participação (%) em SC	Posição em SC	Mil Reais	Participação (%)
Banana (cacho)	127.100	17,9	2º de 89 A	69.905	89,3
Palmito	4.200	17,8	1º de 40 A	8.400	10,7
Total				78.305	100,0

Fonte: IBGE – Produção agrícola, pecuária, extrativa vegetal e silvícola – 2015.

Produção e movimentação econômica da lavoura temporária em Luiz Alves - 2015					
Tipologia	Produção			Valor da produção local	
	Quantidade produzida (toneladas)	Participação (%) em SC	Posição em SC	Mil Reais	Participação (%)
Arroz (em casca)	3.033	0,3	54º de 149 B	2.199	42,9
Cana-de-açúcar	18.000	4,7	3º de 126 A	2.700	52,7
Mandioca	360	0,1	166º de 248 C	180	3,5
Milho (em grão)	90	0,0	265º de 275 C	41	0,8
Total				5.120	100,0

Fonte: IBGE – Produção agrícola, pecuária, extrativa vegetal e silvícola – 2015.

Produção e movimentação econômica da pecuária em Luiz Alves - 2015					
Tipologia	Produção			Valor da produção local	
	Quantidade produzida	Participação (%) em SC	Posição em SC	Mil Reais	Participação (%)
Aquicultura - carpa ¹	60.200	0,9	25º de 224 A	409	8,5
Aquicultura - tilápia ¹	450.000	1,8	14º de 241 A	2.250	46,7
Aquicultura - outros peixes ¹	10.000	1,0	30º de 105 B	55	1,1
Bovinos ²	6.646	0,2	227º de 295 C
Codornas ²	298	0,0	44º de 131 B
Galináceos - galinhas ²	7.400	0,0	167º de 294 C
Galináceos - total ²	169.539	0,1	152º de 295 C
Leite de vaca ³	2.000	0,1	212º de 294 C	1.900	39,4
Mel de abelha ¹	1.000	0,0	240º de 276 C	8	0,2
Ovos de galinha ⁴	80	0,0	161º de 294 C	186	3,9
Ovos de codorna ⁴	5	0,0	34º de 82 B	10	0,2
Suínos - total ²	553	0,0	240º de 294 C
Suínos - matrizes ²	30	0,0	231º de 258 C
Total				4.818	100,0

Fonte: IBGE – Produção agrícola, pecuária, extrativa vegetal e silvícola – 2015.

Nota: Unidades das quantidades produzidas – (1) kg; (2) cabeças; (3) mil litros; (4) mil dúzias.

Produção e movimentação econômica da extração vegetal e silvicultura em Luiz Alves - 2015					
Tipologia	Produção			Valor da produção local	
	Quantidade produzida	Participação (%) em SC	Posição em SC	Mil Reais	Participação (%)
Carvão vegetal de eucalipto ¹	90	1,0	17º de 55 B	162	1,8
Lenha de eucalipto ²	20.000	0,3	101º de 212 B	630	7,1
Lenha de pinus ²	7.500	0,6	25º de 64 B	225	2,5
Madeira em tora de eucalipto para outras finalidades ²	65.000	3,1	5º de 167 A	5.200	58,9
Madeira em tora de pinus para outras finalidades ²	29.000	0,5	50º de 128 B	2.610	29,6
Total				8.827	100,0

Fonte: IBGE – Produção agrícola, pecuária, extrativa vegetal e silvícola – 2015.

Nota: Unidades das quantidades produzidas – (1) tonelada; (2) metro cúbico.

8 SEGMENTOS ECONÔMICOS ESTRATÉGICOS

Com base na metodologia adotada foram selecionados quatro segmentos econômicos considerados estratégicos do ponto de vista de sua importância em relação ao volume de empresas, empregos e valor adicionado. Tais segmentos são apresentados nas tabelas a seguir, em conformidade à sequência dos códigos de atividades econômica da CNAE, ou seja, não estabelecem uma hierarquia de relevância entre eles.

Agricultura, produção florestal e aquicultura



De acordo com dados do MTE, em 2015, o município contava com 134 empresas e 255 empregos formais. O setor primário representava 16,8% do valor adicionado fiscal (R\$ 61 milhões).

Destaques do setor:

Na agricultura, o destaque fica por conta do cultivo de banana, seguido pelo de palmito e de cana-de-açúcar. Na pecuária assinala-se a importância da aquicultura (tilápias e carpas), bovinocultura e produção leiteira. A produção florestal tem como destaque o plantio de eucalipto e pinus.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75; Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina – Valor Adicionado Fiscal – 2015.

Fabricação de bebidas alcoólicas



De acordo com dados do MTE, em 2015, o município contava com 10 empresas que respondiam por 20 empregos formais. A atividade representava 0,2% do valor adicionado fiscal (R\$ 756 mil). Destaque para a fabricação de aguardente (forte relação com a produção de cana-de-açúcar).

Atividade:	VAF (R\$)	Empresas	Empregos
- Fabricação de bebidas alcoólicas	756.403	10	20

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75; Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina – Valor Adicionado Fiscal – 2015.

Têxtil e Confecção



Segundo o MTE, em 2015, o município contava com 85 empresas e 1.900 empregos formais. A atividade representava 54,5% do valor adicionado fiscal (R\$ 197,5 milhões). O segmento está assim configurado.

Atividade:	VAF (R\$)	Empresas	Empregos
Têxtil:	6.911.978	12	199
- Preparação e fiação de fibras têxteis	-	0	0
- Tecelagem, exceto malha	305.511	2	17
- Fabricação de tecidos de malha	-	1	0
- Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis	946.848	5	32
- Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário	5.659.619	4	150
Confecções:	190.597.978	73	1.701
- Confecção de artigos do vestuário e acessórios	190.597.978	73	1.701
- Fabricação de artigos de malharia e tricotagem	-	0	0

A atividade têxtil conta com 3 MEIs e a de confecção de artigos do vestuário 122.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75; Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina – Valor Adicionado Fiscal – 2015.

Metalurgia



De acordo com dados do MTE, em 2015, o município contava com 3 empresas que respondiam por 210 empregos formais. A atividade representava 4,3% do valor adicionado fiscal (R\$ 15,6 milhões). O segmento está assim configurado:

Atividade:	VAF (R\$)	Empresas	Empregos
- Fundação	15.582.904	3	210

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – Dec. 76.900/75; Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina – Valor Adicionado Fiscal – 2015.

Conforme apresentado inicialmente, a resultante deste estudo se constitui em um primeiro passo para o futuro estabelecimento de ações convergentes para a organização, capacitação e fortalecimento de atividades econômicas estratégicas. Tornando imprescindível a reunião dos diversos agentes locais de desenvolvimento, para a complementação, validação e desdobramento desse diagnóstico em planos de ações orientados para a promoção do desenvolvimento do município.

METODOLOGIA

Conforme apontado anteriormente, a elaboração deste estudo socioeconômico fundamentou-se na coleta, análise e tratamento de dados secundários extraídos de fontes oficiais disponibilizadas por representações do Governo Estadual e Federal.

De modo análogo aos tradicionais estudos desta natureza, Luiz Alves em *Números* igualmente oferece um compêndio de informações, dados estatísticos e indicadores confiáveis e representativos. De modo singular, este estudo traz um especial enfoque para o estabelecimento de comparativos que visam apoiar o leitor na ponderação da *performance* de seu município frente a outros recortes territoriais.

Conforme será possível constatar no decorrer do estudo, buscou-se, sempre que possível e conveniente, o estabelecimento de comparativos do município, frente ao agregado estadual, nacional e de um grupo de municípios catarinenses tidos como de “características semelhantes”, aos quais, denominamos de *cluster*.

O emprego da figura do *cluster* visa fornecer ao leitor um referencial para a comparação dos dados e indicadores. O *cluster* foi representado por um conjunto de 15 municípios catarinenses, o equivalente a 5% dos municípios de Santa Catarina, incluindo o município em análise, congregados por apresentarem semelhança quando realizada a avaliação de um conjunto de 10 variáveis⁸.

Com o intuito de subsidiar os planejamentos estratégicos das gestões municipais e respectivos planos de desenvolvimento econômico, foram consideradas variáveis que permeiam aspectos demográficos, sociais, econômicos e relativos às finanças públicas. Deste modo, foram contemplados fatores como desenvolvimento humano, renda, aspectos demográficos, potencial de consumo, indicadores de produção e agregação de valor e receita tributária municipal, formando assim o conjunto de análise para formação dos *clusters*.

⁸ Constituíram as 10 variáveis de análise: população (2016); IDHM (2010); domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita – urbana (2010); valor do rendimento nominal médio mensal domiciliar per capita dos domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita (2010); Produto Interno Bruto (2014); Valor Adicionado Fiscal (2015); estoque de empresas (2015); estoque de empregos (2015); potencial de consumo (2017); e, receita tributária (2015).

Metodologia

As variáveis sociais estão concentradas nos aspectos tamanho da população, qualidade de vida e indicadores referentes à população urbana, visando desta forma aglutinar municípios que tenham contingente populacional semelhante, com características urbanas e de qualidade de vida próximas. As variáveis econômicas concentram-se em aspectos produtivos e de consumo, por sua vez, no quesito finanças públicas avaliou-se o montante tributário – ISSQN, IPTU, IRRF, ITBI, ITR e Taxas e Contribuições de Melhoria – arrecadado no município, objetivando adensar municípios com capacidade de investimento semelhantes.

Cabe destacar que para formação dos *clusters*, em geral, foram utilizados indicadores absolutos (valores absolutos registrados num determinado espaço), pois entende-se que indicadores relativos (indicadores que resultam da relação entre valores absolutos e população em análise em determinado espaço) devem ser utilizados para avaliar mais profundamente as diferenças entre os municípios que formarão os *clusters*. Ou seja, a utilização dos valores absolutos permite identificar semelhanças entre municípios para formação do agrupamento, enquanto a análise dos indicadores relativos permitirá identificar as diferenças ou discrepâncias dentro de um mesmo cluster.

Os *clusters* foram definidos em faixas (bandas) flutuantes, permitindo que cada município em análise possa ter seus indicadores comparados com o seu conjunto específico de municípios. Para o caso específico deste estudo, além de Luiz Alves, o *cluster* compreende os seguintes municípios: Antônio Carlos, Cunha Porã, Faxinal dos Guedes, Ilhota, Itá, Itaiópolis, Mondaí, Papanduva, Piratuba, Pouso Redondo, Rodeio, São José do Cedro, Tangará e Três Barras.

Outro enfoque especial deste estudo foi atribuído à caracterização da dinâmica econômica municipal, sobre a qual, consideraram-se variáveis como: produto interno bruto, balança comercial, estoque de empresas e empregos, valor adicionado fiscal⁹ e o número de microempreendedores individuais.

⁹ Valor Adicionado Fiscal (VAF) - Na contabilidade pública e de acordo com o Art. 3º, parágrafo 1º, da Lei Complementar Federal nº 63/90, para efeito do cálculo do Fundo de Participação dos Municípios o valor adicionado corresponderá, para cada município, ao valor das mercadorias saídas, acrescido do valor das prestações de serviços, no seu território, deduzido o valor das mercadorias entradas, em cada ano civil.



Metodologia

Sobre as variáveis relacionadas a empresas, empregos e valor adicionado fiscal (VAF), realizou-se uma análise com vistas à identificação das atividades econômicas mais relevantes e em expansão dentro da economia municipal. Essa análise levou em consideração os códigos de atividades econômicas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), versão 2.0, implementada pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), um órgão colegiado do Ministério do Planejamento e Orçamento e, a forma de disponibilização dos dados publicados pelos órgãos responsáveis pela elaboração das estatísticas de empresas, empregos e valor adicionado fiscal.

Os dados relativos a empresas e empregos foram coletados junto a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), fornecida anualmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As informações coletadas recebem tratamento estatístico do MTE e permitem análises relativas aos estabelecimentos (localização, atividade econômica, tamanho etc.) e aos empregados (idade, remuneração, grau de instrução etc.). Esses dados seguem a estrutura da CNAE 2.0, a qual está organizada em 21 seções, 87 divisões, 285 grupos, 674 classes e 1.301 subclasses.

Por sua vez, os números relativos ao valor adicionado fiscal foram extraídos junto ao portal da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (SEFAZ), sendo os mesmos, disponibilizados em conformidade aos 285 grupos da CNAE 2.0.

Visando estabelecer uma adequada padronização para a determinação das atividades econômicas mais relevantes e em expansão dentro da economia municipal, as análises envolvendo empresas, empregos e valor adicionado foram realizadas com base nos Grupos da CNAE 2.0, maior nível de desagregação disponível para o valor adicionado.

A partir da quantificação do volume de empresas, empregos e do valor adicionado, iniciou-se a avaliação das principais atividades econômicas estabelecidas no município. Para isso, três critérios foram considerados, o quociente locacional, a representatividade percentual das atividades e a taxa média anual de crescimento dos últimos seis anos das variáveis: empresas, empregos e valor adicionado.

O quociente locacional – QL – consiste em um indicador largamente adotado, tanto na literatura de economia regional, como em estudos destinados a ações governamentais,



principalmente em âmbito estadual. É adequado para regiões de porte médio, nas quais os resultados obtidos são coerentes, pois para regiões menores ou maiores, os resultados são distorcidos, dado que:

- Em uma região de pequeno porte, a presença de uma única empresa de porte considerável produz um indicador alto para o setor em que atua, sem que haja uma concentração de empresas conforme a conceituação de *cluster*;
- Em uma região de grande porte, dada a grande capacidade produtiva instalada, mesmo que haja uma concentração industrial importante em determinado setor, o QL resultante pode ser baixo.

O objetivo do quociente locacional é comparar duas estruturas setoriais-espaciais. Assim, o quociente é dado pela razão entre a atividade produtiva em estudo e a atividade produtiva de referência. Para o presente diagnóstico, a unidade de referência adotada utilizou-se dos indicativos de empresas, empregos e valor adicionado de Santa Catarina. O QL foi calculado conforme é apresentado a seguir.

$$QL_{ij} = \frac{\frac{E_{ij}}{E_{i.}}}{\frac{E_{.j}}{E_{..}}} = \text{Quociente locacional do setor } i \text{ na região } j;$$

onde: E_{ij} = empresas no setor i da região j ;

$E_{i.} = \sum_i E_{ij}$ = empresas em todos os setores da região j ;

$E_{.j} = \sum_j E_{ij}$ = empresas no setor i em todas as regiões;

$E_{..} = \sum_i \sum_j E_{ij}$ = empresas em todos os setores de todas as regiões.

Metodologia

Em termos simplificados, se o valor do quociente locacional for menor do que um, a atividade econômica é menos concentrada - na região ou município - do que na unidade de referência, neste caso, Santa Catarina. Se for maior do que um, a atividade econômica é mais concentrada - na região ou município - do que na unidade de referência.

A representatividade percentual considerou o quanto cada atividade econômica importava para o município, tomando por referência o ano de 2015 para empresas e empregos e valor adicionado fiscal. Esta data base foi igualmente utilizada para efeito de cálculo do quociente locacional.

Para apoiar na identificação das atividades econômicas mais relevantes e em expansão nos municípios fez-se necessário uma prévia exclusão de um conjunto de atividades¹⁰ – representadas por segmentos industriais de utilidade pública, administração pública propriamente dita, serviços mais diretamente associados a representações governamentais e ainda, outras atividades consideradas de menor aderência em relação ao campo de atuação do Sebrae/SC.

Para minimizar as limitações associadas aos critérios utilizados em relação às variáveis, empresas, empregos e valor adicionado, estruturou-se uma matriz de priorização onde foram definidos pesos e pontuações. Essa matriz permitiu minimizar as limitações impostas pela forma de contabilização de cada uma das variáveis e também, estabelecer “parâmetros de corte” adequados ao porte do município.

¹⁰ Atividades excluídas 25 divisões de atividades econômicas da análise. São elas: eletricidade, gás e outras utilidades; captação, tratamento e distribuição de água; esgoto e atividades relacionadas; coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais; descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos; correio e outras atividades de entrega; telecomunicações; atividades de serviços financeiros; seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde; atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde; atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial; pesquisa e desenvolvimento científico; seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra; atividades de vigilância, segurança e investigação; serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas; administração pública, defesa e seguridade social; educação; atividades de atenção à saúde humana; atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em residências coletivas e particulares; serviços de assistência social sem alojamento; atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental; atividades de exploração de jogos de azar e apostas; atividades de organizações associativas; serviços domésticos; e, organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.



Metodologia

Para a melhor definição dos “parâmetros de corte” adotou-se o conceito de “municípios semelhantes”, um derivativo do Estudo de Clusterização dos Municípios Brasileiros, desenvolvido pela UAMSF – Unidade de Acesso a Mercado e Serviços Financeiros do Sebrae/NA, a partir de informações populacionais, indicadores socioeconômicos e de indicadores de produção e serviços dos 5.570 municípios brasileiros.

Um exemplo prático da contribuição da adoção dos pesos e pontuações dessa matriz se refere à possibilidade da identificação da relevância do segmento primário, onde o nível de formalização se mostra menor. Sendo esta, uma condição bastante observada em municípios de menor porte.

Uma vez identificadas as atividades econômicas mais relevantes e em expansão dentro da economia municipal buscou-se identificar o porte dos estabelecimentos e sua contribuição em relação ao volume de empregos gerados. Para isso, foi adotado como critério de classificação das MPE, o número de trabalhadores ocupados. Optou-se por esse critério em razão de que as informações disponíveis para o enquadramento do porte pelo Simples apresentam limitações para o acesso e adequado tratamento estatístico. Dadas às restrições, o critério adotado para o enquadramento do porte é apresentado a seguir.

Critérios adotados para a delimitação do porte empresarial		
Porte	Setores	
	Indústria	Comércio e Serviços
Microempresa	Até 19 pessoas ocupadas	Até 09 pessoas ocupadas
Pequena empresa	De 20 a 99 pessoas ocupadas	De 10 a 49 pessoas ocupadas
Média empresa	De 100 a 499 pessoas ocupadas	De 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande empresa	Acima de 500 pessoas	Acima de 100 pessoas

Ainda que adotado o critério de enquadramento do porte baseado no número de trabalhadores ocupados, é conveniente mencionar que o mesmo não possui fundamentação



Metodologia

legal. Para fins legais, vale o previsto na legislação do Simples, Lei 123 de 14 de dezembro de 2006.

A título de esclarecimento, o critério de classificação de MPE, por meio da Lei Complementar nº 123, foi alterado em 10 de novembro de 2011 pela Lei Complementar 139, passando a vigorar os seguintes valores:

- I. No caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).
- II. No caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

A mesma Lei 138/11 traz a classificação dos Microempreendedores Individuais (MEI), definindo MEI como aquele empreendedor com faturamento anual máximo de R\$ 60.000,00 e até um empregado.

Complementarmente ao trabalho de identificação das atividades econômicas mais relevantes para a economia municipal realizou-se levantamento similar para identificar no setor primário, quais itens produzidos se configuram como relevantes economicamente para o município. Para isso recorreu-se ao IBGE, onde levantou-se dados sobre as seguintes áreas: agricultura temporária e permanente; pecuária e aquicultura; produtos de origem animal; e, extrativismo vegetal e silvicultura.

Uma vez identificada a relevância do segmento primário para a economia municipal, uma nova análise foi realizada para identificar quais atividades agropecuárias se mostravam mais representativas do ponto de vista do valor gerado pela produção, bem como da classificação frente aos demais municípios catarinenses. Essa análise foi fixada às culturas, rebanhos e produtos de origem animal onde Santa Catarina possui ao menos, uma cidade produtora. Esse mapeamento complementar foi realizado tomando por referencial as bases de dados do IBGE relativas a produção agropecuária de 2015.



Metodologia

Cabe ressaltar, no que se refere a produção pecuária, o IBGE não disponibiliza o valor da produção. Diante desta situação, estabeleceu-se como parâmetro para identificação da importância dos produtos da pecuária no município, a quantidade produzida em relação a população em comparação à média de produção por habitantes de Santa Catarina e valor adicionado bruto (VAB) de 2015. Esta medida foi tomada por se ter a compreensão de que o ranking considerando apenas a quantidade produzida não identificava a importância de determinadas produções na economia de município.

Desse modo, as quantidades produzidas dentro de cada item das áreas mencionadas foram avaliadas e comparadas com o montante catarinense. Tal procedimento possibilitou o estabelecimento do ranking em relação à sua produção no setor primário. Para melhor parametrizar a relevância da produção municipal em relação ao cenário estadual tomou-se por referencial o ranking estabelecido e a partir dele adotou-se o “Princípio de Pareto” - difundido na bibliografia como “Distribuição ABC”.

A distribuição ABC foi configurada a partir do número total de municípios catarinenses que alcançaram a unidade mínima de produção definida pelo IBGE, ou seja, onde o registro da quantidade produzida foi diferente de zero. Vale frisar que a metodologia do IBGE atribui zero aos valores dos municípios, onde, por arredondamento, os totais da quantidade produzida não atingem a unidade de medida. O que não necessariamente é sinônimo da inexistência produtiva de um determinado item, mas sim, de uma incipiente produção, segundo os critérios do IBGE.

Dessa forma, a distribuição ABC foi assim estabelecida:

- Classificação A – grupo¹¹ representado pelos 20% de municípios mais bem colocados dentre o total de cidades onde a quantidade produzida de determinado item foi diferente de zero.

¹¹ O grupo A, em valores médios respondeu por 77% da produção agrícola, 73% da pecuária, 79% da produção de produtos de origem animal e 80% da produção extrativa vegetal e da silvicultura.

Metodologia

- Classificação B – grupo¹² representado pelos 30% de municípios mais bem colocados dentre o total de cidades onde a quantidade produzida de determinado item foi diferente de zero.
- Classificação C – grupo¹³ representado pelos 50% de municípios mais bem colocados dentre o total de cidades onde a quantidade produzida de determinado item foi diferente de zero.

Por fim, considerando que os resultados apresentados neste estudo foram estruturados a partir de estatísticas oriundas de bases de dados secundárias, recomenda-se que, para a utilização desse material em planos de ação para o desenvolvimento municipal, sejam combinadas pesquisas de campo.

Convenções Estatísticas Utilizadas

... Dado numérico não disponível

– Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

¹² O grupo B, em valores médios respondeu por 17% da produção agrícola, 19% da pecuária, 15% da produção de produtos de origem animal e 16% da produção extrativa vegetal e da silvicultura.

¹³ O grupo C, em valores médios respondeu por 6% da produção agrícola, 8% da pecuária, 6% da produção de produtos de origem animal e 4% da produção extrativa vegetal e da silvicultura.



REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Telefonia Móvel: Estações de Radiobase por Município - 2016**: Brasília: ANATEL, 2017. Disponível em: <<https://sistemas.anatel.gov.br/stel/consultas/ListaEstacoesLocalidade/tela.asp?pNumServico=010>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica: Consulta Pública das Escolas e Cursos Técnicos Regulares nos Sistemas de Ensino e Cadastradas no MEC – SISTEC – 2017**. Brasil: MEC, 2017. Disponível em <<http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino/>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

_____. Ministério da Saúde. **DATASUS – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - 2016**. Brasília: MS, 2017. Brasília: MS, 2017. Disponível em <<http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/cadastros-nacionais/cnes>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial Brasileira: Municípios - 2016**. Brasília: MDIC, 2017. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-municipios>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família - 2016**. Brasília: MDS, 2017. Disponível em <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/dados>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais 2016**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 25 jan. 2017.



____ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991-200-2010**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 26 jan. 2017.

____ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB dos Municípios Brasileiros**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 26 jan. 2017.

____ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola - 2015**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 18 mai. 2017.

____ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Pecuária - 2015**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 19 mai. 2017.

____ Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de disseminação das estatísticas do trabalho. **Bases estatísticas RAIS/CAGED**. Brasília: MTE, 2017. Disponível em <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIASC. **Mapa Interativo de Santa Catarina**. Florianópolis: CIASC, 2017. Disponível em: <<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/#>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA – SCGÁS. **Mapa da Rede**. Florianópolis: SCGÁS, 2017. Disponível em: <<http://www.scgas.com.br/conteudos/map>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – 2013-2016**. Brasília: FNDE, 2017. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/sistemas>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2012**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em:



<<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Microdados: Censo da Educação Superior**. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/microdados>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: IDEB – Resultados e metas**: Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

IPC MARKETING EDITORA. **Índice De Potencial de Consumo 2017**. São Paulo, 2017. CD-ROM.

LUIZ ALVES. PREFEITURA MUNICIPAL. **Turismo**. Luiz Alves: PMLA, 2017. Disponível em: <<http://luisalves.sc.gov.br/turismo/>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – BRASIL. **Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil - 2013**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Fazenda. **Valor Adicionado e Índice de Participação – 2010-2015**. Florianópolis: SEFAZ, 2017. Disponível em <http://www.sef.sc.gov.br/servicos/servico/91/Valor_Adicionado_e_%C3%8Dndice_de_participa%C3%A7%C3%A3o_dos_munic%C3%ADpios_no_ICMS>. Acesso em: 16 mai. 2017.

_____. Secretaria de Estado da Saúde. Florianópolis: **Banco de Dados TABNET**. Florianópolis: SES, 2017. Disponível em <http://portalses.saude.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=259&Itemid=567>. Acesso em: 14 set. 2015. Acesso em: 16 mai. 2017.



_____. Secretaria de Estado da Saúde. **Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - 2016**. Florianópolis: SES, 2017. Disponível em <http://www.saude.sc.gov.br/cgi/tabnet_grafico.asp?indicador=Ind_SINASC/IND_SINASC_graf>. Acesso em: 17 mai. 2017.

_____. Secretaria de Estado da Saúde. **Sistema de Informações de Mortalidade – SIM - 2016**. Florianópolis: SES, 2017. Disponível em <<http://www.saude.sc.gov.br/cgi/tabcgi.exe?inf.def>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Segurança em Números 2016**. Florianópolis: SSP-SC, 2017. Disponível em <http://www.ssp.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=533:seguranca-em-numeros&catid=92&Itemid=241>. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento. **Portal Estatístico - 2017**. Florianópolis: SPG, 2017. Disponível em <<https://sites.google.com/a/spg.sc.gov.br/portal/>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – STN. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro –SICONFI- 2013-2015**. Brasília: STN, 2017. Disponível em:<<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf;jsessionid:B3GENY9u2dhiL6pHesGzCst+.node3>> Acesso em: 27 jun. 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – TCE/SC. **Informações dos Municípios**. Florianópolis: TCE/SC, 2017. Disponível em: <<http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/homesic.php>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas eleitorais 2016**. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Brasília: TSE, 2017. Acesso em: 24 abr. 2017.



sebrae.sc/cidadeempreendedora

